

EUCLIDES DA CUNHA ,
O ITAMARATY E A AMAZÔNIA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)



Diretor Embaixador Fernando Guimarães Reis

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funaggov.br

O Instituto Rio Branco (IRBr), criado em abril de 1945, é o órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como finalidade o recrutamento, a formação e o aperfeiçoamento dos diplomatas brasileiros. O IRBr organiza, regulamenta, o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, em âmbito o Curso de Formação, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE).

Setor de Administração Federal Sul
Quadra 5, Lote 2/3
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3325 7000 /5/6
Site: www.mre.gov.br/irbr

KASSIUS DINIZ DA SILVA PONTES

EUCLIDES DA CUNHA,
O ITAMARATY E A AMAZÔNIA

Prêmio Azeredo da Silveira - 2º colocado
entre as dissertações apresentadas no
Mestrado em Desenvolvimento IRBr, 2002-2004

COLEÇÃO RIO BRANCO

INSTITUTO RIO BRANCO
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

BRASÍLIA 2005

Copyright©

Projeto de foto da capa: João Batista Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento – primeira fase (profa-i) do Instituto Rio Branco com o parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Diplomacia, sob orientação da Professora Maria Angélica Madaíra.

Prêmio Azeredo da Silveira – Instituto Rio Branco – Mercado 2002-2004

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Espalada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br
E-mail: publicacoes@funag.gov.br

Impresso no Brasil 2005

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907

SUMÁRIO

Introdução	7
I - Euclides da Cunha e a primeira república	13
1.1. Euclides da Cunha e a política: a ideologia republicana e o reformismo social	18
1.2. Euclides e as ciências	28
II - O Ingresso no Itamaraty	37
III - A Amazônia na agenda de política exterior do Brasil.....	49
3.1. Os problemas de fronteira com o Peru	51
3.2. A viagem de Euclides à Amazônia	59
3.3. O relatório oficial da Comissão de Exploração do Alto Purus	63
IV - Euclides da Cunha e a Amazônia	69
4.1. Amazônia, Terra sem história	71
4.2. A crítica social.....	78
4.3. O discurso etnográfico: o sertanejo	87
4.4. O discurso etnográfico: o caucheiro	91
4.5. O Juás Ahasverus	98
4.6. A integração da Amazônia ao Brasil.....	102
V - Euclides da Cunha e a Política Internacional.....	108
5.1. O contexto sulamericano	112
5.2. A disputa interimperalista	115
5.3. "Peru versus Bolívia"	122
5.4. A controvérsia com Zeballos	131
5.5. O trabalho de adido e os dilemas de um membro da inteligência de classe média	135
Conclusões	141
Bibliografia	147

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho - originalmente apresentado com o título de dissertação - foi desenvolvido no Instituto Rio Branco, sob a orientação da Professora Maria Angélica Madeira, e avaliado pelas Professoras Lúcia Lippi Oliveira (FGV/RJ) e Mariza Peirano (UnB), cujas valiosas observações agradeço. O trabalho tem como objetivos fundamentais recuperar a memória histórica da passagem de Euclides da Cunha pelo Itamaraty e analisar os textos que produziu sobre a Amazônia e sobre a política internacional de sua época. A correlação dos temas decorre do fato de que os diversos ensaios de Euclides sobre a Amazônia e o cenário político internacional da primeira década do século XX foram produzidos durante seu trabalho na Chancelaria brasileira, inicialmente com o chefe da comissão de limites com o Peru e posteriormente com o adido do Barão do Rio Branco.

O estudo será desdobrado, nessa esteira, em três eixos fundamentais. O primeiro deles retoma a trajetória de Euclides da Cunha no Itamaraty, de sua admissão até a viagem à Amazônia e sua atuação com o adido do Barão do Rio Branco. O segundo detém-se na apreciação de seus textos sobre a Amazônia, sobretudo do livro *À Margem da História* (1909) e de alguns dos artigos presentes na coletânea *Contrastes e Confrontos* (1907). O último tem por objeto as concepções fundamentais de Euclides da Cunha sobre a política externa brasileira e a realidade internacional do início do século XX. Os segmentos em questão são antecedidos, porém, por um capítulo introdutório, voltado à análise de sua inserção no campo intelectual da Primeira República.

Essas considerações acerca do contexto intelectual e político da Primeira República têm como propósito apresentar os aspectos fundamentais do pensamento de Euclides. Sua formação se deu na transição do Império para a República, e o fato de aderir ao credo republicano ainda quando estudante da Escola Militar terá repercussões importantes em suas concepções ideológicas e nas leituras que fará durante esse período. O

sentimento nacionalista e o espírito cientificista que permeiam toda sua obra deitam raízes nesse período de formação intelectual.

O primeiro capítulo consubstancia, logo, uma reflexão teórico-metodológica baseada em conceitos capazes de colaborar na análise do pensamento de Euclides da Cunha. Tendo em vista que um dos propósitos do trabalho é o de elucidar a relação de Euclides com personagens proeminentes em sua época - sobretudo o Barão do Rio Branco -, a utilização do conceito de "campo intelectual", conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu, será uma das chaves explicativas das posições do escritor no contexto histórico específico da Primeira República. É à luz das preocupações geradas no interior do campo intelectual e do grupo social a que pertencia Euclides que poderemos interpretar melhor seus pronunciamentos sobre as ideias em voga na transição para o século XX.

O conceito de "campo intelectual" não esgota, porém, o instrumental metodológico necessário para o exame do pensamento euclidiano. O fato de a obra de Euclides ter sido lida criticamente durante muito tempo por autores que trouxeram à baila o exame de seus condicionantes ideológicos obriga ao manejo do conceito de ideologia ao longo do trabalho. Apoiaremos-nos, nesse sentido, na concepção de ideologia fixada por Karl Mannheim, que compreende esse conceito com o um conjunto de ideias derivadas da visão de mundo de um grupo social específico.

Um último conceito, o de inteligência de classe média, presente na obra de Norbert Elias, será utilizado com o intuito de explicitar o papel que os intelectuais brasileiros desse estrato social tiveram no debate público sobre os rumos da República. Trata-se de um conceito que se relaciona e complementa os dois anteriores, de modo que campo intelectual, ideologia e inteligência constituem a tríade que contribuiu para a exposição das raízes e dos elementos que conformaram o pensamento de Euclides.

Uma vez ultrapassada a reflexão sobre a relação entre Euclides e a Primeira República, objeto do primeiro capítulo, ficam estabelecidos os pressupostos para o estudo de sua trajetória no Itamaraty, o que será feito no segundo capítulo. Retomase, de início, o processo de sua admissão na Chancelaria, na condição de chefe da comissão de limites com o Peru. Sua relação com o Barão do Rio Branco também é analisada, haja vista que

Euclides foi um dos intelectuais que fizeram parte do círculo mais próximo ao Chanceler brasileiro – o que nos remeterá, novamente, ao conceito de campo intelectual. Em seguida, procede-se à apresentação dos eventos que cercaram sua viagem à Amazônia e dos trabalhos que daí resultaram, sobretudo o relatório oficial da comissão de limites com o Peru.

Os dois capítulos seguintes dedicam-se, respectivamente, à apresentação da viagem de Euclides à Amazônia e à interpretação de seus ensaios amazônicos, sobretudo do livro *À Margem da História*. Nesse sentido, o terceiro capítulo discorre sobre os problemas de fronteira com o Peru, analisa os artigos sobre a questão publicados no jornal *O Estado de São Paulo* e rememora a viagem de Euclides à Amazônia, com o objetivo de que se tenha uma visão panorâmica dos problemas que envolviam a região à época. Em seguida, no quarto capítulo, procede-se ao estudo dos ensaios e artigos que reproduzem as experiências que Euclides teve no Amazonas e no Acre. Esses textos colocam o escritor na condição de um dos primeiros intérpretes da Amazônia. Sua visão contempla tanto aspectos físicos como uma original exposição dos problemas sociais vividos pela população local, oferecendo ao leitor, por conseguinte, uma perspectiva complexa da realidade amazônica. O exame da assertiva de que a Amazônia era uma “terra sem história” é o passo inicial na interpretação dos ensaios de Euclides, situando sua compreensão da região a partir das leituras que fez de naturalistas estrangeiros. Em seguida serão estudados aspectos específicos de seus textos, com a crítica social – sobretudo a denúncia da exploração do seringueiro –, o discurso etnográfico sobre os personagens que protagonizavam o trabalho na selva – o seringueiro e o caucheiro – e a descrição da cerimônia do “Judas Hasverus”, um dos capítulos mais contundentes de *À Margem da História*.

O último capítulo almeja reconstruir a visão que Euclides tinha dos problemas de política internacional de seu tempo. Alguns textos merecem destaque, com suas opiniões acerca do contexto político sul-americano e da disputa imperialista entre Estados Unidos e Alemanha. Sobre essas duas questões Euclides escreveu artigos publicados inicialmente na imprensa e posteriormente no livro *Contrastes e Confrontos*. Nesse segmento se procede ainda à análise do livro *Peru versus Bolívia*, escrito em razão de seu trabalho no Itamaraty e por solicitação direta do Barão do Rio Branco. Seu trabalho com o adido também é resgatado – após seu regresso da Amazônia. Euclides

trabalhou com o cartógrafo na chancelaria entre 1906 e 1909 -, bem com o a controvérsia com o Chanceler argentino Estanislau Zeballos, aspecto pouco conhecido de sua biografia porém relevante em sua passagem pelo Itamaraty.

Em suma, o primeiro capítulo do presente trabalho - "Euclides da Cunha e a Primeira República" - além de oferecer o contexto histórico, político e intelectual em que Euclides viveu. Esse panorama de fundo permitirá um a melhor compreensão de sua administração no Itamaraty - objeto do segundo capítulo - e dos textos que produziu após sua expedição à Amazônia. Assim, a expedição é o objeto do terceiro capítulo e os ensaios amazônicos são estudados no capítulo seguinte. Por derradeiro, são apresentadas as concepções fundamentais de Euclides sobre problemas de política internacional. Com o verem os, o interesse por essas questões foi acentuado após seu ingresso no Itamaraty, já que o trabalho o colocou na posição de observador privilegiado das questões internacionais.

O exame da trajetória de Euclides no Itamaraty e o estudo de seus ensaios amazônicos chama a atenção para um momento pouco explorado de sua vida, que vai de 1904 a 1909. Durante esse período Euclides desempenhou suas funções com o chefe da comissão de limites com o Peru e com o adido do Barão do Rio Branco. Os textos que produziu nesse intervalo de tempo são, em linhas gerais, analisados no presente trabalho. Embora menos conhecida, a obra de Euclides sobre a Amazônia com partilha algumas características com Os Setes, sobretudo na conciliação dos discursos literário e científico e na preocupação em revelar a realidade das regiões mais distantes do litoral brasileiro. Ainda que a planejada obra sobre a Amazônia - Um Paraíso Perdido - não tenha sido concluída em razão de sua prematura morte, os ensaios que Euclides publicou não deixam de constituir um esforço pioneiro de interpretação da Amazônia, sendo ainda hoje de interesse para o conhecimento da região.

Dada a forma, o trabalho no Itamaraty permitiu que Euclides da Cunha mantivesse contato com personalidades políticas e diplomáticas importantes em sua época, notadamente com o Barão do Rio Branco. Uma vez inserido nesse ambiente político e intelectual, pôde desenvolver uma perspectiva própria sobre a República e discutir a inserção do Brasil no cenário internacional. A recuperação dessas concepções é passo importante para um a melhor compreensão de sua obra.

I-EUCLIDES DA CUNHA
E A PRIMEIRA REPÚBLICA

I. EUCLIDES DA CUNHA E A PRIMEIRA REPÚBLICA

A compreensão do papel desempenhado por Euclides da Cunha no Itamaraty não dispensa a contextualização de seu pensamento e de sua posição social no quadro da República proclamada em 1889. O estudo de seu pensamento requer, portanto, uma reflexão correlata, concernente ao substrato social em que viveu e que teve papel importante na conformação de suas posições político-ideológicas. Esse estudo preliminar se justifica pela circunstância de que na obra de Euclides interagem com nitidez elementos de ordem política e literária, sendo possível assinalar que sua produção enfeixa uma visão específica sobre a realidade social da época. A melhor interpretação de sua obra passa, por conseguinte, pela compreensão dos fatores históricos a ela subjacentes.

Não se trata, contudo, de adotar uma concepção determinista, no sentido de que os textos de Euclides são moldados por fatores sociológicos e carecem, assim, de autonomia do ponto de vista estético. Trata-se, ao contrário, de compreender tanto os aspectos sociológicos inerentes à obra, como considerar sua estrutura como sendo dotada de qualidades estéticas que independem do fato de o texto refletir ou não certas realidades. Os aspectos sociológicos pertinentes devem ser tomados, nesse passo, como um elemento interno, e não externo, da obra. O texto não deve ser visto nem como um simples espelho da realidade, nem como uma estrutura que não trava nenhuma relação com o contexto em que foi produzida. Antônio Candido chama a atenção para a imprescindibilidade de que se combinem, na análise literária, tanto fatores externos (sociais) como os internos (estéticos):

"Hoje sabem os que a integridade da obra não permite adotar nenhum a dessas visões dissociadas; e que só a podem os entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialética emente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro,

norteados pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam com os momentos necessários do processo interpretativo”¹

Dessa maneira, o exame do trabalho de Euclides numa instituição oficial rende ensejo a reflexões sobre as relações entre os intelectuais e o poder no limiar do século XX. A nomeação de Euclides para um cargo no Itamaraty se deveu, além de sua reconhecida competência intelectual, às relações de amizade que mantinha com importantes figuras da época, inclusive com um dos personagens mais representativos da primeira fase da República, o Barão do Rio Branco. O que peculiariza a obra de Euclides, contudo, é que mesmo a condição de funcionário do Estado não impediu que os livros publicados após sua viagem à América – com o *Contrastes e Confrontos* e *À Margem da História* – perdessem o vigor de crítica social e política que marcou os *Sertões*. É necessário enfatizar, logo, que seu trabalho no Itamaraty e a admiração que nutria por Rio Branco e outros personagens eminentes do cenário político não tolheram a insinuação com os rumos tomados, à época, pelo regime republicano.

A alusão à relação de Euclides com figuras importantes da Primeira República leva-nos ao conceito de “campo intelectual”. Pierre Bourdieu o define como um “sistema de posições predeterminadas”, permitindo explicar

“o que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do habitus socialmente constituído, para que lhes tivesse sido possível ocupar as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, ao mesmo tempo, adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições”²

A posição específica de Euclides no campo intelectual a que pertencia é, com os demais escritores de classe média marcados pela experiência da Proclamação da República. Desde o tempo de estudante da Escola Militar Euclides já professava seu entusiasmo pelos projetos de reforma social. Sua pertinência a essa fração do campo intelectual o levará a manifestar,

¹ Candido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo, T.A. Quatrocentos, 2000; Publifolha, 2000, p. 5-6.

² Bourdieu, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, p. 190.

com o assinalam as palavras de Bourdieu, um agam a de "posições estéticas ou ideológicas objetivamente vinculada a estas posições". Essas posições consistirão no flerte com as teorias científicas centrais em voga na Europa e na tentativa de afirmar a nacionalidade brasileira tanto do ponto de vista territorial (daí a admiração por Rio Branco) com o racial (preocupação presente tanto em Os Setões com o nos ensaios amazônicos). Assinale-se que após a proclamação da República o grupo a que pertencia Euclides deixa de ser o dos republicanos propriamente ditos, já que o processo de modernização de regime viria a se consumar antes da virada do século, e passa a ser principalmente o dos intelectuais e cientistas de classe média, culminando em sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, em 1903.

Durante sua vida Euclides exerceu basicamente funções ligadas ao Estado, seja como militar, engenheiro, funcionário do Itamaraty ou professor. As diversas passagens pelo aparelho de Estado não acarretaram, contudo, grandes transformações nas posições políticas do escritor. O inconformismo com a política nacionalmente teve-se o mesmo, e talvez tenha até se agudizado após a consolidação do regime republicano, pelo qual Euclides lutou desde os primórdios de sua carreira militar e desde o início de sua colaboração com a imprensa. Os ensaios de Euclides sobre a Amazônia – escritos após a viagem oficial ao Amazonas e ao Acre – revelam, nesse passo, a mesma combatividade social que caracterizam seus textos anteriores.

Um dos pontos que sobressai é, desse modo, a simbiose entre duas facetas de Euclides: o funcionário de Estado, colaborador direto do Barão do Rio Branco, e o reformador social, cioso dos rumos tomados pela República. Essas duas dimensões iluminam o campo intelectual específico em que operou. Com o funcionário de Estado Euclides pôde pensar a República e os interesses geopolíticos do Brasil mais ativamente, e com o reformador social não se escusou de dialogar com as ideologias políticas que lhe foram contemporâneas, inclusive com o marxismo.³ Os ensaios amazônicos denotam essa dupla perspectiva. Ao lado de ponderações e análises técnicas relevantes para o trabalho burocrático, emergem as considerações de ordem sociológica e a crítica social. Mesmo os textos propriamente oficiais, como o relatório da comissão, evidenciam a coexistência dessas duas dimensões contrastantes.

³ Cf. item 4.2, infra.

O estilo vigoroso de Euclides, constatado principalmente em seus artigos na imprensa, justificam o pseudônimo utilizado nos primeiros textos publicados no jornal A Província de S. Paulo: Proudhon. A alusão ao líder socialista francês do século XIX revela as aspirações de reforma social acalentadas por Euclides desde sua juventude. Para ele, Proudhon seria "o pensador mais original do nosso século".⁴

O exame do papel público de Euclides da Cunha, com o intelectual e funcionário do Estado na transição entre os séculos XIX e XX, será feito a partir de duas chaves explicativas principais. De início, serão apreciadas as relações de Euclides com a política e suas convicções ideológicas. Num segundo momento, passaremos ao estudo de suas relações com a ciência e com os círculos intelectuais de sua época. Para isso nos apoiaremos tanto no conceito de "ideologia" como no de "intelligentsia" de classe média.

1.1 - EUCLIDES E A POLÍTICA: A IDEOLOGIA REPUBLICANA E O REFORMISMO SOCIAL

Com o intelectual, Euclides da Cunha não se furtou a manifestar, sobretudo por intermédio da imprensa, suas impressões sobre a política brasileira no momento da instauração da República. O traço mais marcante de suas reflexões políticas iniciais é o evidente republicanismo. Sua formação ocorreu num ambiente impregnado pelos ideais positivistas que colocavam em xeque a monarquia e esposavam a ciência como o instrumento primordial de análise da sociedade e da natureza. Essa formação cientificista, obtida nos anos em que estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, se fará presente de modo indelével em suas convicções políticas.

Ao nos referirmos à "ideologia" que se manifesta na obra de Euclides temos em mente a "concepção total" de ideologia desenvolvida por Karl Mannheim. Para Mannheim, a concepção total refere-se à "ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo".⁵

⁴ Cunha, Euclides da. "Atos e Palavras". In: *Obras Completas*, v. 1, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1995, p. 611.

⁵ Mannheim, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986, p. 82.

Não se trata, assim, de uma concepção particular de ideologia, peculiar ao pensamento marxista, segundo a qual as idéias apresentadas por um interlocutor "são encaradas com o disfarce mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com os seus interesses".⁶ Ao revés, cabe analisar as opiniões de Euclides não com as representações de interesses particulares do escritor, mas com o conjunto de posições derivadas da visão de mundo de seu grupo social.

Desse modo, a ideologia veiculada na obra de Euclides será tomada com o conjunto de idéias gestado no contexto histórico-social em que viveu o escritor. Essa "concepção total" de ideologia depende, com o registro Mannheim, de uma análise mais abrangente das idéias vigentes no "campo intelectual" (recorrem os novatos ao conceito de Bourdieu) a que Euclides esteve ligado. Iniciaremos, logo, pela exposição panorâmica do processo histórico testemunhado por Euclides durante o período de sua formação intelectual.

O episódio mais emblemático do republicanismo de Euclides é o protesto que efetuou em 1888 durante a visita do Ministro da Guerra ao Império à Escola Militar. O episódio, supostamente planejado em grupo, acabou consistindo numa ação isolada de Euclides, que, ao desembarcar seu sabre e atirá-lo ao chão, acabou selando sua expulsão da instituição, à qual retornou somente após a proclamação da República. A adesão dos alunos da Escola Militar aos princípios republicanos e positivistas decorria não apenas da influência direta de professores como Benjamin Constant, mas também da insatisfação com as condições de trabalho e com a política de promoções do Exército. Todavia, o protesto de Euclides não se deveu apenas à demora na promoção ao posto de alferes-aluno. A intenção de defender a República também se fazia presente. Roberto Ventura assina que, anos depois do protesto, Euclides da Cunha confessou a Gástron da Cunha que "seu protesto fazia parte de um plano de rebelião para proclamar a República, que acabou sendo traído pelos colegas".⁷ Ainda segundo o relato de Euclides, as palavras que dirigiu ao ministro Tomás Coelho deixavam claras suas convicções republicanas.⁸

⁶ *Ibidem*, p. 81.

⁷ Ventura, Roberto. Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha. Organização de Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2003, p. 74.

⁸ *Ibidem*, p. 75.

A passagem pela Escola Militar exerceu, porém, forte influência na formação intelectual de Euclides. O exemplo de Benjamin Constant, positivista de grande ascendência junto aos alunos, ajudaria a conformar suas convicções intelectuais. Como registra Luiz Costa Lima, para o futuro escritor "Constant será um dos paradigmas para a vida ético-profissional, sendo de se presumir, talo paralelismo de suas biografias a respeito, haver sido um dos modelos que para sempre o marcou"⁹.

Após o episódio ocorrido na Escola Militar, Euclides prosseguiu sua defesa da República por meio de artigos publicados na imprensa. Sua colaboração com o jornal O Estado de São Paulo – então denominado A Província de São Paulo – teve início também em 1888, após seu desligamento da Escola Militar. Seu primeiro artigo na Província foi publicado em 22 de dezembro de 1888, quando Euclides contava 22 anos de idade. O texto, intitulado "A Pátria e a Dinastia", expressa a fé nos princípios positivistas de evolução da sociedade: "Desiluda-se o governo. A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; em nada interfere em um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução –, o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que hedemore a arca, nem revoluções que a perturbem (...)"¹⁰. O artigo criticava a decisão do governo imperial de transferir para localidades distantes os militares que simpatizavam com a República, com o Deodoro da Fonseca, que fora removido para o Mato Grosso.¹¹

É no artigo seguinte, porém, que Euclides vai manifestar mais incisivamente sua crença na iminência da proclamação da República. "Revolucionários" foi publicado em 29 de dezembro de 1888. Nela Euclides observa que o "republicano brasileiro deve ser, sobretudo, eminentemente revolucionário"¹², no sentido de que tem de destruir para, em seguida, construir uma nova sociedade. A severa, ainda, que "a política do século XIX chama-se democracia", assinalando que "de há muito a colaboração de todas as ciências e das tendências naturais de nosso tempo,

⁹ Lima, Luiz Costa. Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Petrobrás, 2000, p. 8.

¹⁰ Cunha, Euclides da. "A Pátria e a Dinastia". In: *Obras Completas*, v. 1, cit., p. 597.

¹¹ Ventura, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*, cit., p. 78.

¹² Cunha, Euclides da. "Revolucionários". In: *Obras Completas*, v. 1, cit., p. 597.

despiu-a do frágil caráter de uma opinião partidária, para revesti-la da fortaleza da lógica inquebrantável de uma dedução científica".¹³ A adesão aos princípios democráticos será manifestada também em outros artigos. Euclides, todavia, não emprega o termo "democracia" para designar, literalmente, o governo do povo pelo próprio povo. Em artigo posterior, publicado já em 1889, ele contesta os críticos dos republicanos que manejam, com frequência, a tese de que a República é inviável porque o povo não reúne condições de se autogovernar. Para Euclides, a democracia, no regime republicano, não afasta o mérito ou a aptidão. Segundo ele, o "governo republicano – digam o quê sem temor – é naturalmente aristocrático – os pergaminhos dessa nobreza, porém, ascendem numa continuidade admirável, das oficinas às academias". Nesse sentido, classifica a República com o "o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por todos".¹⁴

Numa predição que se revelaria correta, Euclides registra nas páginas da *Província de São Paulo*, no início de 1889, que a proclamação da República era questão de tempo: "Porque sabem os que a República se fará hoje ou amanhã, fatalmente com o um corolário de nosso desenvolvimento; hoje, calma, científica, pela lógica, pela convicção: amanhã... Amanhã será preciso quebrar a espada do senhor Conde D'Eu".¹⁵

A participação de Euclides, pela imprensa, nos episódios que conduziram à proclamação da República marca o início de sua atividade com o intelectual público. A colaboração com jornais como *A Província de São Paulo* e *O Democrata* evidenciam o surgimento do pensador influenciado pela ciência e o escritor de estilo hiperbólico, engajado na militância pela reforma social. Esse envolvimento com o processo de mudança política e transformação social não cessará com a proclamação da República. As deficiências do novo regime farão com que Euclides, frustrado com os rumos do país, continue defendendo mudanças, ainda que de forma mais discreta. Ao entusiasmo inicial, portanto, seguiu-se a desilusão com a República.¹⁶

¹³ *Ibidem*, p. 598.

¹⁴ *Ibidem*. "Atos e Palavras". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., p. 605.

¹⁵ *Ibidem*, p. 609.

¹⁶ O irmão de Sousa Andrade pondera que Euclides é um "falso desiludido" com a República, "pois, mais adiante, tentará reacender em si um chama qualquer de esperança". Cf. "Para a Peneira da História". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., p. 590.

O vigor que caracteriza os artigos iniciais de Euclides na imprensa não deixa de afetar a qualidade de seus argumentos. Com o ressaltado de Souza Andrade, prevalece, em seu noviciado na imprensa, o "gosto pela generalidade e pelas abstrações, que caracterizava a sua geração de batalhadores". O apego às idéias gerais e abstratas fazia com que raras vezes se voltasse "para os detalhes, para o lado objetivo das coisas, para o concreto da realidade"¹⁷.

A ideologia de Euclides, na linha da "concepção total" proposta por Mannheim, resulta do conjunto de valores que prevaleciam em seu campo intelectual: a defesa da República, a pregação pela reforma social, o positivismo e o culto à ciência. Essas três vertentes de idéias, típicas dos estratos de classe média insatisfeitos com os rumos do Segundo Império, marcam a formação ideológica do escritor.

O cenário político brasileiro é, portanto, uma referência fundamental para a compreensão da obra de Euclides, que se distingue por um consistente substrato histórico, aludindo a acontecimentos políticos e sociais do Brasil nos vinte anos que se seguiram à proclamação da República.

A presença da política na vida de Euclides não se cingiu às páginas de seus artigos e livros. Decepcionado com os problemas e incongruências da Primeira República, Euclides chegou a postular uma candidatura a deputado por São Paulo. Walmir Nogueira Galvão registra que a política é uma das carreiras abraçadas de Euclides, ao lado do magistério. Quanto ao ensaio de candidatura, assevera: "Estimulado pelos republicanos paulistas e especialmente pela confraria do jornal O Estado de S. Paulo, teve seu nome adiantado, em preterido, para uma indicação a candidato. O autor da sugestão foi Júlio Mesquita, porém o projeto não foi avante"¹⁸. Com efeito, da correspondência pessoal de Euclides da Cunha podem se depreender as circunstâncias que o levaram a postular uma candidatura a deputado, a única – em sua vida – inscrição concreta que fez em busca de um mandato eletivo.

Em carta a Júlio Mesquita, Euclides aceita o convite do amigo para tentar a candidatura, atribuindo-a principalmente à amizade que o unia ao

¹⁷ Andrade, O Império de Souza. História e interpretação dos Sertões. 4ª ed. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 59.

¹⁸ Galvão, Walmir Nogueira. "Anseios de um plúrio". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nºs. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 174.

diretor de O Estado de São Paulo: "Aceitando o seu convite, espontaneamente feito, para ocupar um lugar no Congresso Constituinte do Estado, faço-o principalmente porque ele partiu de um velho com panheiro de lutas que, conhecendo-me desde menino, sabe perfeitamente que eu seria incapaz de aceitar sem e reconhecer sem atitude para o cargo". Ajudando a um dos traços fundamentais de sua personalidade, a introspecção, Euclides reporta-se também ao passado de militância republicana – especialmente ao episódio de insubordinação que protagonizou na Escola Militar: "Apesar de uma amoldade revolucionária, sou um tímido! Assusta-me qualquer conceito dúbio ou vacilante. Está nisto explicada mesmo a anomalia de ter me anecido engenheiro obscuro até hoje, num regime cuja propaganda me levou até a revolta e ao sacrifício franco, com o sabe". E remata manifestando certo entusiasmo com a pré-candidatura: "Ademais, sabe que não iludirei a sua expectativa. Serei no Congresso o que sou aqui – um trabalhador".¹⁹ Euclides, porém, não obteve o número de votos necessário para sagrar-se candidato pelo Partido Republicano de São Paulo.

Assim, é certo que o escritor, apesar da frustração com os rumos tomados pela República, não repudiou totalmente a possibilidade de ingressar na política. O fracasso da tentativa em lançar sua candidatura a deputado, todavia, gerou um arrependimento inicial no escritor. No final do mesmo ano de 1900, relata a seu amigo Reinaldo Porchat que a empreitada foi um "esconregão":

"O Mesquita, esse Júlio Mesquita que às vezes penso ser um irmão mais velho, ofereceu-me com adorável espontaneidade. Aceitei-a. Mas este desazo, esse desconregão fora da linha reta em que sempre estive, esse esquecer pecaminoso da minha velha rigidez republicana, esse transigir com a vaidade – paguei-os! Ainda bem. Sinto singular consolo no próprio travar do descontentamento que me estonteou".²⁰

Muito embora tenha lamentado esse "esconregão fora da linha reta", Euclides manteve a pretensão de participar de uma eleição, com o atestado

¹⁹ Carta a Júlio Mesquita, s.d. 1900. In: Galvão, Walmir Nogueira e Galabetti, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 1997, p. 120. As demais citações da correspondência pessoal e oficial de Euclides da Cunha serão feitas com base nessa edição.

²⁰ Carta a Reinaldo Porchat, em 2 de dezembro de 1900. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 121.

fato de ter cedido aos pedidos de Francisco Escobar para se lançar candidato a deputado federal por Camanducaia, em Minas Gerais²¹, no ano de 1908. Oito anos após o insucesso de sua pré-candidatura a deputado por São Paulo, Euclides ainda nutria, mesmo que de forma tênue, projetos eleitorais. Ao aceitar apresentar sua candidatura, justifica a nova tentativa a partir do romantismo e idealismo que o singularizavam desde o período de estudante da Escola Militar: "Não resisto à perspectiva quem edescenas! Sou o mesmo romantismo antigo incorrigível. A idealização submeto-a aos estudos mais positivos, envolvo-a no cilício dos algarismos, em ago-a no peso das indagações mais objetivas – e ela revive-me, cada vez maior, e triunfante". Anuncia, ademais, seu otimismo com a missão que almeja desempenhar no Congresso: "Penso até, num ímpeto de pecaminosa vaidade, que destruirei a esterilidade de um Congresso de resignados, tolhidos por toda espécie de compromissos".²²

Pouco tempo depois, todavia, Euclides desiste da candidatura. Pondera que "ser deputado nesta terra é hoje um a profissão qualquer – para a qual decididamente não me preparei". Pede a Escobar que "passem os um a esponja sobre o nosso romance eleitoral".²³

A ligação de Euclides da Cunha com a política apresenta, por conseguinte, características bem definidas. O republicanismo e a defesa de reformas sociais são traços marcantes de sua atuação, bem como o um a espécie de romantismo ou idealismo aos quais ele se referiu em diversas ocasiões. Sua personalidade com bativa do ponto de vista intelectual teve pouca desenvoltura, contudo, no plano da prática político-partidária. O fracasso de sua primeira tentativa eleitoral e a precoce desistência de sua candidatura em Minas Gerais indicam que Euclides não estava preparado para as lides eleitorais, sobretudo em função de seu alegado escrúpulo em solicitar favores e adesões e em travar contato com políticos tradicionais. Seus ímpetos "revolucionários" não encontravam, por conseguinte, espaço para progredir no cenário político da Primeira República.

²¹ Galvão, Wahne Lubiano, op. cit., p. 176.

²² Carta a Francisco Escobar, em 10 de abril de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 358.

²³ Carta a Francisco Escobar, em 27 de maio de 1908. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 363-364.

Sua participação política vai se concentrar na colaboração com a imprensa e no contato com personagens proeminentes da época, já que a passagem pela vida partidária foi efêmera. Seu trânsito nos círculos intelectuais permitiu-lhe o acesso a políticos e burocratas importantes. A ligação com o Barão do Rio Branco, por exemplo, surgiu devido à intermediação de intelectuais renomados, com o José Veríssimo, e de diplomatas que ocupavam altos cargos, com o Oliveira Lima e Domício da Gama. Um outro exemplo dessa conexão com os círculos de poder pode ser encontrado na nomeação de Euclides para o cargo de professor de Lógica do Colégio Pedro II, obtida duas semanas antes de sua morte. Muito embora tenha ficado em segundo lugar no concurso, superado pelo filósofo Farias Brito, foi o nomeado pelo governo, em razão da intervenção de amigos com o Rio Branco e o escritor e deputado Coelho Neto, que tinham influência junto ao presidente Nilo Peçanha.²⁴

Esse episódio explicita, mais uma vez, a conexão do grupo intelectual a que Euclides pertencia. Para Bourdieu, a análise do campo intelectual requer, num primeiro momento, a análise da "posição dos intelectuais e dos artistas na estrutura da classe dirigente".²⁵ No Brasil, durante a Primeira República, houve uma imbricação muito clara entre elites políticas e elites intelectuais. Euclides é um exemplo disso, tendo trabalhado no Itamaraty de 1904 até um pouco antes de sua morte, em 1909. A ação do Barão do Rio Branco, trazendo para o Ministério das Relações Exteriores intelectuais conhecidos, evidencia que nas primeiras décadas da República o Estado era o locus onde escritores e professores poderiam obter estabilidade financeira e, em contrapartida, legitimar ideologicamente o novo regime político. Nicolau Sevcenko observa:

"Rodrigues Alves representou a mais harmônica e conseqüente articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional. Rio Branco por seu turno fechou esse círculo atraindo o grupo de intelectuais que agregados ao Ministério das Relações Exteriores representaram a intelligentsia do novo regime, ao mesmo tempo que consolidou toda a substância da política interna de Rodrigues Alves

²⁴ Ventura, Roberto. "Memória Seletiva - À Frente da História". In: Cadernos de Literatura Brasileira, números 13 e 14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 37.

²⁵ Bourdieu, Pierre, op. cit., p. 191.

através de sua integração funcional no sistema internacional de forças políticas".²⁶

Euclides da Cunha viu-se em diversos momentos na contingência de buscar no Estado a tão almejada estabilidade financeira, a fim de poder se dedicar com mais afinco aos estudos e à literatura. Sua decepção com a engenharia, com o verem os posteriores, foi manifestada diversas vezes aos amigos. Não tendo logrado obter uma colocação com o professor, apesar de sua ambição de lecionar na Escola Politécnica de São Paulo e na Escola Militar do Rio Grande do Sul (a conquista da cadeira de Lógica no Colégio Pedro II só ocorreu pouco antes de sua morte), é apenas com o trabalho no Itamaraty que se integra de maneira mais efetiva – ainda que não estável, por ocupar um cargo de estrita confiança do Barão do Rio Branco – à burocracia estatal.

Para os intelectuais da Primeira República o Estado representava, nesse passo, uma forte fonte de atração. Não obstante, Euclides manteve as características centrais de seu pensamento. Com o verem os, em seus textos que produziu quando já empregado no Itamaraty, sobretudo na coletânea de artigos e estudos *A Margem da História*, são apresentadas críticas à situação social das populações mais afastadas dos centros de poder. O reformismo social que amparava seu republicanismo persistiu íntegro durante toda a sua vida.

É importante ressaltar, ademais, que o contexto histórico que marca o declínio do Império e a ascensão da República é acompanhado por transformações sociais e culturais que levam a intelectualidade a buscar novos fundamentos para a nação. As concepções filosóficas que emergem na Europa desempenham, nesse processo, um papel decisivo. O darwinismo, o positivismo comteano e o evolucionismo consubstanciaram-se, a partir da década de 1870, num ideário que levaria, no Brasil, à defesa ideológica do republicanismo. A intelligentsia de classe média brasileira esforçava-se, dessa maneira, em sintonizar-se com as principais correntes de pensamento em voga na Europa. Norbert Elias conceitua intelligentsia de classe média com o sendo "numerosos indivíduos nam essa situação e de origens sociais

²⁶ Sevcenko, Nicolau. *Literatura e história: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1999, p. 46.

sem elhantes espalhados por todo o país, pessoas que se com prendiam porque estavam nam esm a situação”²⁷ Euclides, decisivam ente influenciado pelas concepções científicas m odernas, é um exem plo de com o esse conjunto de idéias redundaria na defesa, no plano político, de reform as políticas e sociais, lançando m ão de argum entos m uitas vezes frágeis, dada a disparidade entre seu arcabouço ideológico e a realidade brasileira. A inda assim , convém registrar que o projeto dos intelectuais brasileiros m ais afinados com os centros europeus era prom over, com esteio nas novas correntes fibsóficas, a m odernização do país, do ponto de vista político, sociale cultural.

O fato de os intelectuais brasileiros passarem a se envolver progressivam ente na defesa de transform ações, de 1870 até o início do século XX , leva N icolau Sevcenko a fixar que, nesse período, “o engajm ento se toma a condição ética do hom em de letras”²⁸ A inda segundo Sevcenko, os temas que despontavam na análise desses intelectuais brasileiros eram “a atualização da sociedade com o m odo de vida prom anado da Europa, a m odernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacionale a elevação do nível culturale m aterial da população”²⁹

Todo o quadro exposto – a ascensão da República e a crença de Euclides nas possibilidades do novo regim e, bem com o o papel que a intelligentsia de classe m édia desem penhou no período, defendendo reform as a partir da influência de correntes de pensam ento europeias – se presta a colaborar para a interpretação da produção de Euclides, inclusive dos textos sobre a Am azônia e sobre política internacional, escritos em sua m aior parte durante o desem penho de atividades no Itamaraty. A com preensão desse segm ento de sua obra exige que se tenha em m ira que Euclides é um republicano crítico, observador das questões políticas e pregador constante de reform as sociais. Tais concepções políticas vão se fazer presentes, com o verem os, em sua obra literária e em suas análises da conjuntura m undial da prim eira década do século XX .

²⁷ Elias, Norbert. O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes. v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, p. 36.

²⁸ *Ibidem*, p. 78-79.

²⁹ *Ibidem*, p. 79.

1.2 - EUCLIDES E AS CIÊNCIAS

A ligação de Euclides com as ciências, sobretudo as naturais e exatas, mostra-se nítida na leitura de suas obras. É de se destacar que a apreensão de certas correntes filosóficas européias, sobretudo do evolucionismo, fez com que incorresse em alguns erros e contradições, notadamente no que diz respeito à análise da mistura de raças e seus reflexos na constituição da nação. De acordo com Nelson Wenneck Sodré, o emprego de conceitos importados das doutrinas européias indicaria, nos textos de Euclides, a influência da "ideologia do colonialismo". Sodré a conceitua da seguinte forma: "Por ideologia do colonialismo se entende aqui o conjunto de idéias e conceitos que, gerado e desenvolvido com a expansão colonial das nações do Ocidente europeu, pretende justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar (...)". A ideologia do colonialismo reuniria, nesse passo, "tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização"³⁰.

O conceito de ideologia esposado por Sodré deita raízes na concepção marxista, vendo o fenômeno ideológico sobretudo como uma falsa representação da realidade. Difere, nesse sentido, da "concepção total" de ideologia apresentada por Mannheim, que, com o visos anteriores, não corporifica uma visão crítica das idéias de um interculturador, procurando, antes, perquirir o contexto sociohistórico em que foram produzidas. A referência anterior à ideologia de Euclides não mantém nenhuma relação, portanto, com a conotação assumida pelo termo "ideologia do colonialismo", estando ligada, sim, à "concepção total" de Mannheim.

Ainda que os equívocos dos textos de Euclides sejam inegáveis, a assertiva de que sua literatura incorpora a ideologia do colonialismo não reflete aspecto fundamental de sua obra: a afirmação da nacionalidade. Apesar de sua sintonia com as principais vertentes do pensamento europeu, Euclides foi original ao não se apegar em sua análise e compreensão histórica do Brasil. Os erros que cometeu com relação à mestiçagem, por exemplo, são mitigados, tanto em Os Sertões como em À Margem da História, por palavras de burocrata sertanejo e ao amazônida. Dáique as reflexões de Euclides estejam freqüentemente assentadas em ambigüidades e

³⁰ Sodré, Nelson Wenneck. "Revisão de Euclides da Cunha". In: *Obra Completa*, v. 2, cit., p. 32.

contradições. Em *Os Sertões* fica patente essa transição: a visão negativa da figura do sertanejo se transmite, ao final da obra, na célebre assertiva de que ele mesmo, o sertanejo, é o "cerne de nossa nacionalidade". Também em *A Margem da História*, conforme ressaltarem os posteriores, Euclides abandona a visão preconceituosa do imigrante nordestino que vai à Amazônia (referindo-se às levas de imigrantes com o "rebotão das gentes") para enaltecer, páginas depois, o destemido e resistente que tem às adversidades. Assim, a aceitação do evolucionismo convive, problematizada, com a necessidade que sente em revelar o interior do Brasil e buvar seus personagens principais, com o sertanejo e o caboclo.

Sodré vislumbrou um "dualismo singular" em Euclides, entendendo que as contradições reforçariam a ideologia do colonialismo:

"Existe em Euclides da Cunha um dualismo singular, de que os seus livros estão pontilhados: enquanto observa, testemunha, assiste, conhece por si mesmo, tem uma veracidade, uma importância, uma profundidade e uma grandeza insuperáveis; enquanto transmite a ciência alheia, ainda sobre o que ele mesmo viu, testemunhou, assistiu, conheceu, desca para o teorismo vazio, para a digressão subjetiva, para a ênfase científica, para a tese desprovida de demonstração".³¹

O ponto de vista aqui adotado, no entanto, assume uma interpretação distinta: as contradições na obra de Euclides debilitam a exposição das correntes filosóficas representativas da ideologia do colonialismo, retirando-lhe eficácia e coerência. Assim, a aceitação acrítica das teses evolucionistas tende a ser enfraquecida pela forte impressão que causou em Euclides o contato com a realidade: o conhecimento das condições concretas de vida do sertanejo vai marcá-lo positivamente. A contradição colabora, assim, para esvaziar a visão negativa da mistura de raças. O "dualismo singular" a que se refere Sodré – de um lado o plano da teoria, das correntes de pensamento europeias que visariam à justificação do colonialismo; de outro o confronto de Euclides com a realidade, que lhe oferece outra perspectiva, mais positiva, dos fenômenos que discute – atesta, nesse sentido, que os juízos sumários de Euclides sobre certos temas não são unívocos, restando debilitados dentro do próprio texto.

³¹ *Ibidem*, p. 40.

Convém, logo, resgatar o histórico da relação de Euclides com as ciências, tem a que desperta, na interpretação de sua obra, diversas controvérsias, com o a relativa à ideologia do colonialismo.

O ingresso de Euclides na Escola Militar é o passo inicial para o estudo de diversos campos da ciência – mineralogia, astronomia, cálculo, metalurgia, geologia, geografia, dentre outras disciplinas. A formação obtida na Escola da Praia Vermelha e na Escola Superior de Guerra lhe permitiu conseguir o título de bacharel em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais.³² O ambiente intelectual que freqüentava era marcado pela influência de autores como Comte, Darwin, Haeckel, Spencer e Gumplowicz, cujas concepções estavam em voga na Europa. Com relação a essas correntes de idéias, contudo, Euclides deixou claro que sua aceitação não deveria significar a aplicação inrestrita de concepções estrangeiras à realidade brasileira. Pelo contrário: Euclides afirmou, em diversos momentos, que a especificidade da formação brasileira exigia um esforço maior de reflexão, que fosse além da incorporação acrítica de teorias gestadas em outros países – o que, com o dissenso, atenua os eventuais erros decorrentes da captação direta, sem um maior aferição crítica, das doutrinas européias.³³

Num artigo intitulado O Brasil Mental, de 1898, Euclides deixa patente essa visão. A cerca do positivismo, por exemplo, contesta a idéia de que as ponderações de Comte tenham sido aceitas, no Brasil, sem maiores adaptações: "Ora, a verdade é que a grande maioria da atual geração brasileira, que remodebucou o espírito sob o influxo tonificador do notável critério científico do pensador francês, não ultrapassou as páginas da "filosofia positiva", da "geometria analítica" e da "síntese subjetiva"."³⁴ Querá dizer, com isso, que o credo positivista tinha sido aceito no Brasil mais no plano das ciências, no qual suas observações se fariam pertinentes, do que na esfera dos rituais e dos cultos, em que a pregação de uma aristocracia de sábios parecia se antagonizar com os ideais republicanos.

³² Santana, José Carlos Barreto de. *Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Feira de Santana, Ed. Hucitec e Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, p. 47.

³³ Clóvis Moura observa que Euclides, apesar de se anparar "num cabedal de conhecimentos que não o ajudava a desvendar os véus que cobriam a solução dos problemas brasileiros", era um escritor "sensível aos problemas da sociedade brasileira". Cf. Moura, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1964, p. 10.

³⁴ Cunha, Euclides da. "O Brasil Mental". In: *Obras Completas*, v. 1, cit., p. 452.

Euclides assevera, assim, que "um am inoria dim inutíssim a aceitou todas as conclusões do pontífice. A m aioria perm aneceu autônoma. É escusado dem onstrar. Basta a afirm ativa incontestável de que em nossas indagações científicas preponderam , exclusivos em toda a linha, o m onism o germ ânico e o evolucionism o inglês".³⁵

As reflexões de Euclides salientam , por conseguinte, que a corrente prevalente no Brasil, sobretudo entre a intelligentsia de classe média, era o evolucionismo, verificando-se, adem ais, uma aceitação parcial do positivismo. Essa gama de idéias deveria ser interpretada à luz da realidade brasileira, já que a nossa história seria peculiar, caracterizando-se pela presença de "tipos étnicos em ergentes do cruzamento de raças m uí diversas".³⁶ A existência de raças diferentes e sua fusão na formação da nacionalidade brasileira poderiam ser explicadas, segundo Euclides, com esteio nos conceitos das correntes determ inistas e evolucionistas. Assim, citando Ludwig Gumplowicz, uma de suas m aiores influências, Euclides assenta que

"podem os caracterizar o nosso m ovimento evolutivo com o um resultado da ação de raças heterogêneas que se acham entre si numa relação de subordinação ou de predom ínio, ou num equilíbrio m ais ou m enos estável, obtido à custa de com prom issos políticos, determ inando um a superposição de classes que se erige na ordem política com o - a seleção natural das raças".³⁷

O fato de a nacionalidade brasileira resultar da m istura de tipos étnicos distintos entre si faria com que fossem os fatalmente diferentes. Um dos fatores constituintes de uma nacionalidade seria a capacidade de formular um corpo de idéias próprio, de maneira que se pudesse respirar "livremente em ambiente superior, autônomos, não absorvendo parasitarimente o resultado de esforços estranhos, m as transform ando-os em nossa economia íntima, e reagindo por nossa vez sobre o progresso geral imprim indo-lhe um traço de originalidade qualquer".³⁸ Com o já visto,

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*, p. 455.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*, p. 443.

essa assertiva de Euclides resulta da circunstância de que os intelectuais brasileiros pugnavam, no final do século XIX, pela gestação de idéias explicativas sobre o Brasil e seus problemas, com o passo decisivo para a formação de uma nacionalidade independente.

Ressalte-se, novamente, que essa ênfase sobre a necessidade de um olhar externo ao pensamento estrangeiro às nossas especificidades não evitou que o próprio Euclides incorresse em alguns equívocos. Adepto de Darwin e Gumplowicz, com efeito, em *Os Sertões*, diversas propriedades, ao revelar preconceitos contra o sertanejo e contra a figura de Antônio Conselheiro. Afirmava, peremptoriamente, que a "mistura de raças muito diversas é, na maioria dos casos, prejudicial".³⁹ Entretanto, é ainda em *Os Sertões* que Euclides, paradoxalmente, passa a sublinhar o vigor do sertanejo, considerando-o o cerne de nossa nacionalidade e "uma raça forte".⁴⁰ Essa já referida contradição interna de sua obra – os preconceitos coexistem com a visão positiva dos tipos étnicos nacionais que resultaram da mistura de raças – enseja diversas críticas aos argumentos de Euclides, com o acusação de arauto da "ideologia do colonialismo" feita por Nelson Werneck Sodré.

Luiz Costa Lima, a propósito de *Os Sertões*, sublinha que a análise de Euclides combina um "darwinismo cru" e um "evolucionismo grosseiro", aliados à idéia de que o avanço da nação dependia inexoravelmente da República: "Antes pois que Euclides dispusesse de uma "teoria" sobre o futuro do país, já em punhava seus pressupostos, sobre os quais em nenhum momento se questionaria. As conseqüências deste apriorismo não serão pequenas, nem pouco danosas".⁴¹ Para Costa Lima, Euclides, com o Conselheiro, também seria um fanático, cuja crença nos poderes da ciência e da república acabavam redundando numa espécie de autoritarismo. O contato com o sertão e com suas populações teria feito com que adotasse, porém, outro discurso. Dá a ponderação de que seu pensamento contém duas dimensões: a dos referenciais científicos do final do século XIX e início do século XX, que o levou a incorrer em apriorismos e equívocos sobre certas temas; e, de outra parte, a do contato com a realidade do

³⁹ *Ibidem*. *Os Sertões*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 113.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 115.

⁴¹ Costa Lima, Luiz, op. cit., p. 16-17.

interior brasileiro, que lhe trouxe impressões capazes de infirmar os juízos sumários emitidos com base apenas nos postulados evolucionistas.

O apego de Euclides às ciências manifestou-se ao longo de toda sua vida. Em 1903, por exemplo, em correspondência a Avaripe Júnior, em que analisa a disputa imperialista no continente americano, travada entre Estados Unidos e Alemanha, reitera sua admiração por Gumplowicz, autor que preconizava a luta de raças com o forçoso motor da história: "Sou um discípulo de Gumplowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico"⁴²

Também os ensaios de Euclides sobre a Amazônia, que analisaremos posteriormente, deixam entrever a adesão do escritor aos princípios científicos do evolucionismo. Ao apreciar, em artigos no jornal O Estado de São Paulo, a incidência de um conflito entre Brasil e Peru, Euclides critica o país vizinho com respaldo em argumentos raciais, assinalando que a mestiçagem teria contribuído para os impulsos belicistas dos peruanos.⁴³ Ademais, a preocupação que tinha do panorama político internacional, marcado pelo crescente poderio e intervencionismo norte-americanos na América Central e do Sul, baseava-se na tese de que a disputa entre as nações também era parte de um processo de seleção natural, em que os mais fracos estariam fadados ao fracasso. A alusão freqüente à "seleção natural" e a crítica que empreende à mestiçagem caracterizam, em Euclides, um etnocentrismo resultante da fascinação que sobre ele exerciam o evolucionismo e o transformismo.⁴⁴

A influência do evolucionismo alia-se a outra característica fundamental do pensamento euclidiano: o nacionalismo. Como já sublinhamos, a absorção da gama de idéias emanadas da Europa não redundou, no autor de Os Serões, numa alienação total da realidade brasileira. O que se verifica, ao contrário, é a defesa que faz em prol de um maior conhecimento das regiões e populações do Brasil. Alfredo Bosi observa que Euclides faz parte do grupo de escritores que, no início do século XX, passaram a tematizar problemas fundamentais do Brasil, com o "as

⁴² Carta a Avaripe Júnior, em 27 de fevereiro de 1903. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 151.

⁴³ Cf. item 3.1, infra.

⁴⁴ Sodré, Nelson Wernicke, op. cit., p. 45-46.

oposições cam po/cidade, branco/mestiço, rico/pobre, cosmopolita/brasileiro, imigrante/nacional...". Ainda segundo Bosi, "variavam no tempo e no espaço as incidências dessas tensões: os desequilíbrios dizem respeito ora a problemas regionais, que acabam envolvendo o poder central, ora à estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de status que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação".⁴⁵ É lícito, nesse sentido, atribuir a Euclides a condição de intérprete da sociedade brasileira, tendo ele efetuado um trabalho sociológico pioneiro, muito em bora não tenha produzido textos propriamente acadêmicos, e sim dado forma literária a questões que se colocavam em primeiro plano na consolidação do regime republicano.

Deve-se atentar, logo, para esta peculiaridade de Euclides: trata-se de um autor que se apropriou do fluxo de idéias advindas da Europa, em bora buscasse evitar a adoção de um cosmopolitismo alheio à realidade brasileira. No prefácio ao livro "O Inferno Verde", de Alberto Rangel, Euclides pondera que "pensam os demais em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivem os em pleno colapso espiritual, quase um século após a autonomia política".⁴⁶ Seu propósito era o de que a apreensão das ideologias e correntes filosóficas européias se fizesse de acordo com uma perspectiva nacionalista, isto é, que fossem maneiradas conforme as possibilidades de explicar fenômenos brasileiros, o que em certos casos conduziu a erros (como na análise da migração). Desse modo, Euclides esforçava-se em utilizar um crivo crítico na leitura do sistema de idéias europeu. Para ele, o cosmopolitismo típico do ambiente intelectual da Primeira República era um "espécie de regime colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo".⁴⁷

Gilberto Freyre, a propósito das generalizações que Euclides faz quando trata de problemas etnográficos, ressalva que ele "não se extremou

⁴⁵ Bosi, Alfredo. "As Letras na Primeira República". In: Fausto, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930). v. III, t. II. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1985, p. 304.

⁴⁶ Cunha, Euclides. "O Inferno Verde", prefácio ao livro de mesmo título de Alberto Rangel. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 498.

⁴⁷ Cunha, Euclides. Contrastes e Confrontos. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 195.

em místico de qualquer teoria de superioridade de raça".⁴⁸ Conquanto Freyre reconheça em Euclides "exageros etnocêntricos na análise e interpretação da nossa sociedade"⁴⁹, tem o cuidado de observar que "em Euclides da Cunha o pessimismo diante da mestiçagem não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências sociais a cuja sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida tão ortas na Europa ocidental (...)".⁵⁰ Nesse sentido, o acolhimento do evolucionismo surgido na Europa não impediu que salientasse – e procurasse afirmar – os aspectos específicos da formação da nacionalidade brasileira.

Tendo em vista os elementos básicos da relação de Euclides da Cunha com as idéias políticas e científicas de sua época, podem os nos dedicar, agora, a recuperar sua trajetória no Itamaraty e em apreender uma interpretação de seus ensaios sobre a Amazônia e a política internacional de seu tempo.

⁴⁸ Freyre, Gilberto. Perfil de Euclides e outros perfis. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 41.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 40.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 42.

II-O INGRESSO NO ITAMARATY

II. O INGRESSO NO ITAMARATY

O ingresso de Euclides da Cunha no Itamaraty é resultado da ambição pessoal do escritor em travar contato com a Amazônia. Após a publicação de *Os Sertões* em 1902, Euclides propôs-se a descortinar para o Brasil aquela "terra sem história", expressão que utilizou para designar a outra vasta porção do território nacional que persistia pouco conhecida pelo resto do país. Nos primeiros anos do século XX a Amazônia passara a adquirir maior relevo para o governo central, sobretudo em função dos problemas envolvendo a incorporação do Acre – efetivada em 1903 pelo Tratado de Petrópolis – e do período mais intenso de exploração da borracha.

O trabalho no Itamaraty apresentava-se, nesse passo, com o um instrumento útil à pretensão literária de Euclides. Sua vida pessoal, no início de 1904, é caracterizada por atribulações. Uma breve apreciação das dificuldades que se apresentavam é relevante para a compreensão dos caminhos que o levaram ao Itamaraty. À ausência de estabilidade financeira somam-se as aspirações intelectuais que o incompatibilizavam com a rotina da vida de engenheiro. À época, Euclides trabalhava na Comissão de Saneamento de Santos, morando na cidade vizinha de Guarujá. O trabalho não o satisfazia⁵¹, como se verifica em seu epistolar. Em correspondência a Machado de Assis, datada de 15 de Fevereiro de 1904, refere-se a seu "triste ofício" e desabafa: "Realmente, desde que aqui cheguei não tive ainda um quarto de hora para mim e dedicar aos assuntos queridos, nem aos livros prediletos. Estou inteiramente embaraçado e preso numa rede... de esgotos! A comparação, tristemente realista, é tristemente verdadeira"⁵². A reticência quanto à sua perspectiva profissional e a evidente amargura

⁵¹ Sílvio Rabelo destaca que "Euclides foi um engenheiro sem nenhum gosto pela profissão". Cf. Rabelo, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Casa do Estudante Brasileiro, 1948, p. 271.

⁵² Carta a Machado de Assis, em 15 de Fevereiro de 1904. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 197.

persistem na carta de 12 de Março, endereçada ao historiador Max Fleiuss: "Aqui estou às voltas com o meu triste ofício de engenheiro. Quer isto dizer que bem pouco tempo me sobra para cuidar de coisas mais altas. Calcule a minha revolta contra essa situação lastimável: chumbado à profissão ingrata que me desvia tanto dos estudos prediletos..."⁵³

A alusão ao "triste ofício" põe em manifesto que Euclides acalentava objetivos intelectuais que dessem seguimento ao sucesso atingido por Os Setões. Seu dia-a-dia era, contudo, pontilhado pelas angústias da profissão. Em abril de 1904, pede demissão do emprego em Santos em razão de desentendimentos com seus superiores. Retorna ao Rio de Janeiro, não logrando obter, todavia, emprego fixo. Reinicia, então, a colaboração com o jornal O Estado de São Paulo, escrevendo, também, para O País, do Rio de Janeiro. A precariedade e instabilidade de sua situação profissional são patentes, refletindo-se inclusive financeiramente. Roberto Ventura salienta que os sobressaltos financeiros fizeram com que Euclides transferisse os direitos de Os Setões para a editora Laemmert "pela módica quantia de um conto e 800 mil réis"⁵⁴.

O período que se inicia em abril de 1904, com o abandono das atividades de engenheiro em Santos, é decisivo para as suas pretensões. Saturado da rotina que o afligia, e resistente a solicitar favores para conseguir nova colocação, passa a vislumbrar novos objetivos. O interesse pela Amazônia era antigo, e se acentuara com o problema do Acre. Em 1903, em carta a Luís Cruz, assevera que "alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre". Seus escrúpulos, porém, restringiam-lhe o campo de ação. Na mesma carta, prossegue: "Mas não vejo como realizá-lo. Nesta terra, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. E limpo por isto a aspiração – é que talvez pudesse prestar alguns serviços"⁵⁵.

Euclides manifestava freqüentemente esse embate íntimo entre seus escrúpulos e a premissa em obter um emprego estável na burocracia do Estado. Revelou, inclusive, que chegara a negar uma oferta do então presidente Floriano Peixoto, que teria lhe oferecido, em retribuição ao seu

⁵³ Carta a Max Fleiuss, em 12 de Março de 1904. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 198.

⁵⁴ Ventura, Roberto. "M em ória Seletiva - À Frente da História", cit., p. 31.

⁵⁵ Carta a Luís Cruz, em 20 de Fevereiro de 1903. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 149.

apoio à causa republicana, a colocação que melhor lhe conviesse na burocracia estatal.⁵⁶ A recusa trouxe-lhe orgulho, mas também conseqüências danosas, fazendo com que sofresse com as incertezas de sua profissão. Para Luiz Costa Lima, o repúdio à oferta de Fribiano engendra um evidente ressentimento em Euclides: "Com o se ele dissesse: se eu não fosse tão rígido, sofreria menos apertos".⁵⁷

Esse ressentimento com a ausência de impessoalidade no funcionamento do Estado é uma constante em Euclides, mas não vai obstar o estreitamento de suas relações com o Barão do Rio Branco. Euclides tinha consciência de que sua ida à Amazônia estava na dependência do exercício de uma função oficial, e que sua nomeação passava pelo acionamento de uma cadeia de relações pessoais, sobretudo dentro do grupo intelectual a que pertencia. De início, porém, a decisão de não solicitar favores o leva a abandonar temporariamente seu objetivo.

É a demissão do cargo de engenheiro da Comissão de Saneamento de Santos e a inexistência de novas ofertas de trabalho, a partir de abril de 1904, que fazem Euclides retomar o plano de ir à Amazônia. Sua decepção com a engenharia é profunda, agudizando-se após o malogro de sua ida ao Rio de Janeiro, onde não conseguiu emprego. Lá, testemunhou que a "pobre engenharia" estava "torpemente jogada na calçaria estéril da rua do Ouvidor ou entupindo as escadas das Secretarias". A crescente e assim a gama de frustrações pessoais: "Doloroso é isto: tenho doze anos de carreira fatigante, abnegada, honestíssima, ebiçada, traçada retineamente; passei-os com o um asceta, com a máxima parcimônia, sem uma hora de festa dispendiosa, e chego ao fim desta reta tão firme, inteiramente desparelhado!"⁵⁸

Em junho de 1904, em correspondência a José Veríssimo, Euclides cede às contingências e aceita os bons ofícios de seu amigo junto ao Barão do Rio Branco para conseguir um posto na Comissão de Reconhecimento

⁵⁶ A revelação consta de correspondência não datada a Lúcio de Mendonça, em 1904. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 193-194.

⁵⁷ Lima, Luiz Costa, op. cit., p. 09.

⁵⁸ Carta a Vicente de Carvalho em 27 de Abril de 1904. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 204.

do Alto Purus. Euclides não recuou, no entanto, a ponto de buscar, pessoalmente, sua nomeação, preferindo utilizar a intermediação de Veríssimo e também de Oliveira Lima. Este último assinava em suas memórias: "(...) fui eu que um pouco depois o fez, por seu desejo, escolher para a comissão do Alto-Purus".⁵⁹ Todavia, por razões pessoais, Oliveira Lima transferiu a incumbência de conversar com Rio Branco a José Veríssimo.⁶⁰ Na carta a José Veríssimo e Euclides é explícito no que concerne à sua objeção ao pleiteamento de cargos no Estado: "Não escreverei diretamente ao Barão do Rio Branco".⁶¹

Euclides não era um desconhecido para Rio Branco. A fama alcançada com a publicação de *Os Setores* já ecoava junto ao Chanceler brasileiro, fazendo com que sufragasse o seu nome na eleição para a Academia Brasileira de Letras.⁶² Com o registramos anteriormente, Euclides e Rio Branco mantinham uma certa interseção sobre os problemas do país, já que o Chanceler brasileiro esforçava-se em se cercar de intelectuais capazes de compartilhar suas preocupações com a integridade territorial e a afirmação da nacionalidade brasileira. Não houve, assim, resistência do ministro à indicação efetuada por José Veríssimo. O primeiro encontro pessoal entre Euclides e Rio Branco, ocorrido em meados de 1904, se deu a nomeação do escritor para a comissão de reconhecimento do Purus, criada com a função de demarcar as fronteiras do Brasil com o Peru. O encontro é narrado por Francisco Venâncio Filho com esteio no relato de Domício da Gama, que testemunhou a conversa entre Euclides e Rio Branco. Segundo Domício, o encontro se estendeu das nove às onze horas da noite, e Rio Branco parecia à vontade, "contente de encontrar quem o entendesse e partilhasse o seu interesse pelos assuntos que lhe eram caros". Euclides, de outra parte, parecia "cada vez mais intimado em alã vontade, com o seu oprimido respeito que lhe inspirava desde o primeiro momento aquele grande homem público".⁶³

⁵⁹ *Apud*: Venâncio Filho, Francisco. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946, p. 15-16.

⁶⁰ Venâncio Filho, Francisco. "Retrato Humano de Euclides da Cunha". *In*: Cunha, Euclides. *Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 73.

⁶¹ Carta a José Veríssimo em 24 de Junho de 1904. *In*: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 207.

⁶² Venâncio Filho, Francisco, *Rio Branco e Euclides da Cunha*, cit., pp. 11-13.

⁶³ *Apud*: Venâncio Filho, Francisco, *Rio Branco e Euclides da Cunha*, cit., p. 19.

Algum as semanas após o encontro foi publicada a nomeação de Euclides com o chefe da comissão de reconhecimento do Purus. Iniciava-se, assim, um período de cinco anos de trabalho no Itamaraty. Seu ingresso na instituição, com o seu vên, apresenta especificidades que vão se refletir em sua obra. Euclides era um intelectual a serviço do Estado, ligado diretamente ao Barão do Rio Branco. Os textos que resultarão de sua viagem à Amazônia, inclusive o relatório oficial da comissão, revelam uma visão complexa da região, concatenando a perspectiva geográfica que interessava à comissão com análises sociológicas originais à época. Seus estudos são, também, propositivos. À semelhança do que ocorrera com Os Setões, Euclides, coerente com sua visão republicana, preocupava-se sobretudo com a integração da Amazônia ao Brasil. Essa integração, transcendendo a questão de limites, dependia de políticas públicas de desenvolvimento e de auxílio às populações locais. É o conjunto dessas análises e propostas que permitem aquilatar o valor dos textos de Euclides sobre a região.

O encontro de 1904 foi o início de boas relações pessoais com o Barão do Rio Branco. Euclides admirava o Chanceler, com o que revela em extensa carta a Domício da Gama:

"O próprio barão, com a sua estranha e ajeitada gentileza, recorda-me um a idade de ouro, muito antiga, ou acabada. Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido, e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos; discutimos; ele franqueia-me e a máxima intimidade – e não há modo de poder eu considerá-lo sem as proporções de homem superior à sua época (...) De fato, é o caso vívido de um grande homem justamente apreciado pelos seus contemporâneos. A sua influência oral, hoje, irradia triunfalmente pelo Brasil inteiro".⁶⁴

As particularidades da relação entre Euclides da Cunha e o Barão do Rio Branco interessam por contribuírem para um melhor conhecimento do papel que o chefe da comissão de limites desempenhará no Itamaraty. As relações com Rio Branco são cerimoniosas. Por se tratar de um "homem superior à sua época", Euclides não logra desvencilhar-se, com o afim ou, de um "culto respeitoso" pela figura do Chanceler. A afinidade que existe entre ambos diz respeito ao interesse que devotam às regiões mais afastadas

⁶⁴ Carta a Domício da Gama em 15 de Agosto de 1907. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 335.

do país. Ríó Branco, com o ator político, teve êxito na defesa da integridade do território nacional, escudando-se em argum entoshistóricose geográficos caros a Euclides. Este, por seu turno, fixou em seus textos as contradições quem arcavam a República na transição para o século XX, trazendo apúblico os problemas das populações do interior do Brasil. A convergência de interesses e o partilhamento de uma certa cosmovisão parece haver colaborado, assim, para a aproximação entre Euclides e Ríó Branco.

De outro lado, os papéis que desempenharam guardam uma certa complementaridade. Ríó Branco tinha desenvoltura no campo da política, ao passo que Euclides era um intelectual cujo gênio poderia ter, com o vislumbrou Ríó Branco, grande serventia para o Itamaraty. Não se tratava, afinal, de um simples literato, mas de alguém capacitado tecnicamente para as funções que lhe foram atribuídas: chefe da Comissão de Reconhecimento do Purus e, posteriormente, cartógrafo do Itamaraty, trabalhando com questões de fronteira. Alberto Venâncio Filho aponta dois elementos de aproximação entre Euclides da Cunha e Ríó Branco: ambos tinham "as mesmas convicções pelo interesse público e pela noção do serviço à pátria" e Ríó Branco, ademais, tinha a postura de "sem pre procurar se servir dos melhores talentos". A separação havia a origem: Ríó Branco era filho de um estadista do Império e fora educado no colégio Pedro II e nas tradicionais Faculdades de Direito de São Paulo e Recife; Euclides, por sua vez, era filho de um modesto guarda-livros e tivera um percurso atribulado até concluir o curso de engenharia na Escola Militar.⁶⁵

Não obstante, vale destacar que a proximidade ao Barão do Ríó Branco não permitiu que Euclides obtivesse um emprego estável no Itamaraty. As funções que desempenhou foram de estrita confiança do Chanceler, não oferecendo, assim, maiores perspectivas de futuro. Suas pretensões de ocupar um outro posto, inclusive no exterior, não tiveram o apoio de Ríó Branco.⁶⁶

Alindano tocante à sua relação com o Barão do Ríó Branco, Euclides via no Chanceler a única figura capaz de resguardar a soberania brasileira

⁶⁵ Venâncio Filho, Alberto. "O Barão do Ríó Branco e Euclides da Cunha". In: Cardin, Carlos Henrique e Aarão, João (orgs.). Ríó Branco – a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro, EM C, 2002, p. 214.

⁶⁶ Cf. item 5.7, *infra*.

sobre a Amazônia. Em carta a Francisco Escobar, escrita em 1906, quando os trabalhos da comissão que chefiou já haviam sido encerrados, Euclides não poupou adjetivos para manifestar sua admiração pelo chefe da diplomacia brasileira. Assim escreveu que o Barão era "o único grande homem vivo desta terra", reunindo diversas qualidades: "é lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista. Ninguém poderia substituí-lo. (...) a substituição do Rio Branco por quem quer que seja será uma calamidade".⁶⁷ Na mesma carta, Euclides observa que a resolução dos diversos litígios com os países vizinhos exigiam uma gama de conhecimentos que poucos, além de Rio Branco, possuíam. A gravidade da situação, que poderia levar à perda de até "um quinto da Amazônia opulentíssima"⁶⁸, in punha, segundo ele, a continuidade de Rio Branco na chancelaria, a despeito da mudança de presidente que ocorreria naquele ano.

O ingresso de Euclides da Cunha no Itamaraty foi resultado, por conseguinte, da difícil situação que vivia em meados de 1904. A síntese de seu percurso é simples: após a demissão em Santos retorna ao Rio de Janeiro com o intuito de reencontrar-se com o engenheiro; não conseguindo, manifesta desgosto com sua profissão, retomando o projeto de viajar à Amazônia; aciona, logo, seus amigos, sobretudo José Veríssimo, que obtém junto ao Barão do Rio Branco a nomeação do escritor com o chefe da comissão que explorará o Purus.

Cabe reiterar, portanto, que a nomeação de Euclides para um cargo no Itamaraty é corolário da rede de relações pessoais mantidas pelo escritor. A referência que fazem os anteriores ao conceito de "campo intelectual" permite esclarecer com o quê se dá a ligação dos intelectuais com o poder. A final, para Bourdieu a definição de campo intelectual passa necessariamente pela "forma particular da relação que se estabelece objetivamente entre a fração dos intelectuais e artistas em seu conjunto e as diferentes frações das classes dominantes".⁶⁹ O caso da relação entre Euclides e Rio Branco é ilustrativo, atestando que no Brasil da Primeira República a inteligência de classe mantinha estreitas relações com os círculos do poder – o que não só lapava,

⁶⁷ Carta a Francisco Escobar, em 13 de junho de 1906. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 305.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 306.

⁶⁹ Bourdieu, Pierre, op. cit., p. 191.

especialmente no que diz respeito a Euclides, sua capacidade de pensar criticamente os rumos do novo regime. Essa dualidade na relação dos escritores com a classe dominante – ora de proximidade, ora de crítica – é reconhecida também por Bourdieu, que a explica a partir da assertiva de que

“os escritores e intelectuais constituem, pelo menos desde a época romana, uma fração dominante da classe dominante, que, em virtude da ambigüidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante, vê-se forçada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante (“os burgueses”) como com as classes dominadas (“o povo”), e a comportar uma ambigüidade de sua posição na sociedade e de sua função social”.⁷⁰

A posição de Euclides é, com efeito, ambivalente, visto que sua desilusão com a Primeira República não impediu que compartilhasse idéias com personagens emblemáticos do regime, notadamente o Barão do Rio Branco – cujas ligações com o poder retroagiam, inclusive, ao período monárquico. O fato é que Rio Branco tinha como diretriz atrair para o seu círculo mais próximos intelectuais que pudessem, a um só tempo, desempenhar funções de relevo e colaborar na legitimação do poder político, o que acentua a ambigüidade do papel desempenhado pelo escritor no Itamaraty: sua simples presença na instituição confere a ela maior legitimidade junto à intelligentsia, a despeito de eventuais objeções que Euclides tivesse com relação ao regime republicano.

Além dessa ênfase no campo intelectual a que pertencia Euclides, o esforço em apresentar sua “ideologia” – na acepção da “concepção total” de Mannheim – possibilita esclarecer algumas das posições políticas que manifestou ao longo de sua vida. A formação intelectual obtida num ambiente impregnado pelo positivismo e pelo entusiasmo com as ciências tornou Euclides um defensor de mudanças sociais. Essa cosmovisão atravessa sua obra, e permite compreender não apenas a posição particular de Euclides, mas a de um estrato social mais amplo: o dos intelectuais de classe média que, na relação ambígua que mantêm com o novo regime, buscam participar ativa e criticamente da construção da República, tendo como fonte de estabilidade financeira, entretanto, cargos oferecidos pelo

⁷⁰ *Ibidem*, p. 192.

próprio Estado. A biografia de Euclides nos dá um exemplo da fragilidade dessa inteligência de classe média: muito embora sobre alguns aspectos da República recém-instituída, especialmente a necessidade de favor para a obtenção de colocações, Euclides vai ter de lançar mão dessa mesma rede de relações pessoais (no âmbito específico de seu grupo intelectual) para lograr tanto uma posição no Itamaraty como, no final da vida, um cargo de professor no Colégio Pedro II.

O estabelecimento desses pressupostos de análise da obra de Euclides – o “campo intelectual” e suas relações com as classes dirigentes; a ideologia de Euclides e sua posição na inteligência de classe média – permite que se avance no estudo da passagem do escritor pelo Itamaraty e na análise de seus ensaios azônicos e sobre política internacional.

III - A AMAZÔNIA NA AGENDA DE
POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

III. A AMAZÔNIA NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

3.1 – OS PROBLEMAS DE FRONTEIRA COM O PERU

A incorporação do Acre ao Brasil, formalizada pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, acentuou a necessidade de entendimentos com o Peru para o estabelecimento das linhas limítrofes entre os dois países. A divisa entre o Acre e o Peru era o objeto central das preocupações, em função dos interesses econômicos que se voltavam para a exploração da borracha.

Já em 1903-1904 estava patenteada a relevância do problema fronteiriço. O acirramento dos ânimos resultava das incursões peruanas no território do Acre, suscitando a questão de como preservar a integridade territorial brasileira na região. O governo peruano aspirava ao domínio de grandes áreas no Alto Purus e Alto Juruá, aquiescendo, assim, com a penetração de seus nacionais no território acreano. Os desentendimentos com o Peru indicavam que o Tratado de Petrópolis resolvera um litígio e gerara outro, que demandaria cinco anos até sua solução definitiva.

As pretensões peruanas diziam respeito a uma vasta região: além de uma parcela do território do Amazonas, o país vizinho pleiteava todo o território do Acre. As áreas em disputa, somadas, totalizavam uma superfície de 442.000 quilômetros quadrados. Segundo Araújo Jorge, a cobiça peruana remontava a 1863 e amparava-se inclusive em documentos cartográficos de origem oficial, que datavam do período colonial.⁷¹

Além das divergências com o Brasil, o Peru também mantinha pendências territoriais com a Bolívia. Com o verem os posteriores, Euclides vai escrever um livro sobre o assunto, *Peru versus Bolívia*, publicado em 1906, no qual declina argumentos favoráveis à posição boliviana. De

⁷¹ Jorge, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às dobras do Baixo do Rio Branco*. Brasília, Senado Federal, 1999, p. 121.

acordo com Álvaro Lins, o Peru estava, à época, num momento de aspiração expansionista, reivindicando territórios ao Brasil, à Bolívia, ao Equador e à Colômbia.⁷² Seu governo via com receio os entendimentos entre brasileiros e bolivianos em torno do Acre, tendo, inclusive, pleiteado uma negociação tripartite, o que foi rechaçado por Rio Branco.⁷³

Em maio de 1904, as mobilizações militares de ambas as partes acirravam os ânimos na região. Rio Branco manifestava preocupação com a lentidão do Exército em enviar guarnições para o Acre, advertindo que "estamos a perder tempo e a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus. (...) no interesse da paz, eu peço e insto que nos mostrem os fortes e prontos para dar um golpe que impressione os peruanos".⁷⁴

O cerne do problema era a presença, em áreas do Juruá e do Purus, de caucheiros peruanos. Em 1902 houve a ocupação organizada, por caucheiros peruanos, do Alto Juruá, o mesmo ocorrendo no Alto Purus em 1903.⁷⁵ As tensões cresciam, e as mobilizações militares das duas partes conferiam à questão maior passionalidade, atraindo a atenção da opinião pública. O comportamento agressivo dos representantes diplomáticos peruanos no Rio de Janeiro também dificultava as negociações bilaterais, tendo o Brasil, contudo, mantido-se firme na tese de que a pretensão peruana não encontrava respaldo jurídico.

É nesse contexto que surgem os primeiros textos escritos por Euclides da Cunha sobre a Amazônia⁷⁶, antes mesmo de vir a conhecer de perto a região.

Euclides chama a atenção para o problema em artigo publicado em 14 de maio de 1904 no jornal O Estado de São Paulo. Intitulado "Conflito

⁷² Lins, Álvaro. Rio Branco. São Paulo, Ed. Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996, p. 292.

⁷³ *Ibidem*, p. 291.

⁷⁴ Viana Filho, Luís. A Vida do Barão do Rio Branco. Brasília, Senado Federal/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996, p. 336.

⁷⁵ Lins, Álvaro, *op. cit.*, p. 292.

⁷⁶ Antes dos textos escritos em maio de 1904 Euclides publicara o artigo "Fronteira Sul do Amazonas. Questão de Linhas", trazido a público em 14 de novembro de 1898 no jornal O Estado de São Paulo. Trata-se, no entanto, de um texto que não trata relação com as preocupações centrais que manifestaria em 1904-1905, quando se ocupa da viagem à Amazônia. In: *Obras Completas*, v. 1, *cit.*, pp. 531-535.

Inevitável", destaca as incursões peruanas e avança teses que explicariam o movimento de nacionais do país vizinho na região do Acre. Para Euclides, as incursões não consubstanciarão apenas "a avidez de alguns aventureiros claudicante ferretados da ambição que os arrebatou às paragens riquíssimas dos seringais". O fluxo de peruanos obedecerá a um imperativo maior, seguindo as "leis físicas invioláveis de toda aquela zona".⁷⁷

O artigo é paradigmático a respeito das concepções de Euclides anteriores ao contato com a Amazônia. Nele se percebe que o escritor, imbuído dos ideais científicos característicos do positivismo e do evolucionismo, interpretava os fatos políticos à luz de pressupostos teóricos geográficos e etnográficos. Trata-se do Euclides que teoriza com apoio nas leituras que fazia de autores europeus, visão que tende a se transformar após a viagem que fará à Amazônia. Em meados de 1904, porém, a correta apreensão dos problemas com o Peru demandaria, segundo Euclides, um exame percuciente das peculiaridades do território e do povo peruano, numa leitura do conflito à luz dos princípios do determinismo. Euclides principia o texto, portanto, rechaçando a visão segundo a qual a progressiva penetração de peruanos no Acre revelaria tão-somente uma cobiça pelas riquezas existentes na região – em verdade, uma série de fatores naturais estaria impelindo a expansão dos peruanos rumo à Amazônia brasileira.

Com o não se tratasse apenas da "avidez de alguns aventureiros", Euclides cuida de formular sua tese sobre a causa geradora dos choques com o Peru: uma "lei física inviolável" que determinaria a expansão do país vizinho rumo ao Atlântico. Essa lei física decorreria da circunstância de o Peru estar confinado, à época, entre o Pacífico e os Andes. A pobreza de recursos do litoral e o fato de não se vislumbrar uma solução para esse problema no Pacífico impulsionava a nação para a busca de um acesso ao Atlântico, o que exigiria o domínio de áreas no Purus e no Juruá, tributários do rio Amazonas. Nas palavras de Euclides, "os destinos do Peru oscilam entre dois extremos invariáveis: ou a extinção completa da nacionalidade suplantada por uma numerosa população adventícia (...) ou um desdobramento heróico para o futuro, uma entrada atrevida na Amazônia, uma rush salvadora às cabeceiras do Purus, visando do mesmo

⁷⁷ Cunha, Euclides da. "Contrastes e Confrontos". In: *Obras Completas*, v. 1, cit., p. 179.

passo um a saída para o Atlântico e um cenário mais fecundo às atividades".⁷⁸

O fundamento da tese de Euclides é, com o se vê, fruto da combinação entre condicionantes geográficos e naturais – o fato de a população peruana estar confinada a um litoral estéril – e um certo instinto de autoconservação da nacionalidade, que passou a vislumbrar na Amazônia um a possível solução para as restrições impostas pela natureza.

Euclides vai mais além e passa a se apoiar também em fatores de ordem étnica. Aqui se faz presente, uma vez mais, o em prego apriorístico de teses evolucionistas, levando-o a conceber uma etnografia repleta de afirmações frágeis, configurando "incompreensões por desconhecimento do problema, incompreensões por refratariedade, incompreensões por aceitação de teorias falsas (...)"⁷⁹ Para ele, a impetuosidade dos peruanos em seu avanço rumo à Amazônia, desrespeitando a soberania brasileira na região, decorreria de uma "mistura dissimil", que contém pluri "amais num mosaico etnográfico da terra: do caucásio puro, ao africano retinto, ou ao areb desfibrado e ao quíchua decaído (...)"⁸⁰ Essa mistura de etnias engendraria conseqüências também no plano político. A final, o amálgama de temperamentos resultante da miscigenação geraria desordem e conflitos. Tratar-se-ia, nas palavras do autor, de uma "sociedade incharacterística, sem tradições definidas", fazendo com que o "desequilíbrio das forças naturais que lhe convulsionam o território" se refletisse também na ordem política.⁸¹ Fiel às concepções deterministas e evolucionistas, Euclides é taxativo ao ponderar que no Peru deparamos apenas com uma mistura de raças, e não com um povo.

O artigo de 1904 não é inovador, claro, por veicular as visões científicas de Euclides. É original, porém, ao utilizar essas concepções como instrumento interpretativo de um fenômeno de política externa. Não se trata, como em *Os Setores*, de esmiuçar a formação física e psíquica do sertanejo, mas de enunciar teses controversas sobre os efeitos deletérios

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ Sodré, Nelson Wernicke, op. cit., p. 41.

⁸⁰ Cunha, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 180.

⁸¹ *Ibidem*.

que a migração teria trazido a um país vizinho. Euclides almeida, com seus argumentos, dar foros de cientificidade à noção de que a desordem e o caudilhismo prevaleciam na maior parte das repúblicas sul-americanas. O ingresso de peruanos no território brasileiro seria conseqüência do movimento tumultuário de uma "sociedade incoerente", marcada pela aleatória mistura de diferentes etnias.

Euclides registra ainda que o projeto de penetração peruana na Amazônia era antigo, tendo se manifestado em diferentes ações dos governos daquela república, interessados na construção de ferrovias que ligassem a Amazônia peruana ao litoral.⁸² E faz uma advertência final acerca da iminência de uma guerra: "Se contra o Paraguai, num teatro de operações mais próximo e acessível, aliados às repúblicas platinas, levamos cinco anos para destruir os caprichos de um homem - certo não se podem individuar e prever os sacrifícios que os impõem a luta com a expansão vigorosa de um povo".⁸³

Convém chamar a atenção para o título do artigo, "Conflito Inevitável". A idéia de inevitabilidade do choque com o Peru advém dos mesmos pressupostos de infalibilidade que regem as leis físicas. Por estarmos diante da "expansão vigorosa de um povo" ditada pelas condições naturais e étnicas, parece haver, à primeira vista, pouco espaço para uma contenção político-diplomática do avanço peruano sobre o Acre. Este artigo de Euclides sobre o Peru, conquanto não seja conclusivo, manifesta a intuição de que haverá um choque armado na região, ensejando a expressão que serve de título ao texto.

Nota-se, desse modo, o vivo interesse de Euclides pelas problemáticas da Amazônia, que assumia plano de destaque nas preocupações de política externa após a celebração do Tratado de Petrópolis. Vale reiterar que os artigos que redigiu sobre a questão peruana antecederam sua nomeação com o chefe da Comissão de Expansão do Alto Purus.

Esse interesse redundou noutro artigo relevante, também publicado no jornal O Estado de São Paulo. "Contra os Caucheiros" veio à tona em 22

⁸² *Ibidem*, p. 181-182.

⁸³ *Ibidem*, p. 182.

dem aio de 1904, apenas oito dias após a publicação de "Conflito Inevitável". N ele E uclides se am para, novam ente, em teses etnográficas para destacar as especificidades da guerra que poderia ocorrer na selva amazônica.

Seu argumento inicial é o de que o envio de batalhões para o Alto Purus "é um erro": "Está passado o tempo em que a honra e a segurança das nacionalidades se entregavam, exclusivamente, ao rigor das tropas arregimentadas".⁸⁴ À primeira vista, parece que E uclides declinará as razões para que se evite um conflito armado com o Peru. O propósito do artigo, todavia, é diverso: para E uclides as tropas regulares do Exército não teriam preparo nem resistência física suficientes para combater na região. Ao afirmar que passou o tempo em que a segurança das nacionalidades escorava-se apenas em "tropas arregimentadas", E uclides quer dizer que parece mais aconselhável que os próprios habitantes da região, os nordestinos que migraram atraídos pelo látex, estejam na linha de frente da resistência à invasão. Não se trata, pois, de limitar o conflito, mas de adicionar a ele novas considerações de ordem etnográfica.

Tropas tradicionais, assim, não teriam condições de combater num ambiente inóspito, onde o inimigo emprega táticas heterodoxas: "A linha não nos aguarda tropas alinhadas. Esperam-nos os caucheiros solertes e escapantes, mal reunidos nos batelões de voga, dispersos nas ubás ligeiras, ou derivando velozmente, isolados, à feição das correntes, nos mesmos paus boiantes que os rios acarretam (...)"⁸⁵ Além disso, o clima é fustigante, tomando árdua a adaptação humana. Esses empecilhos conduzem E uclides a negar a conveniência de que se prossiga no envio de militares para a região em disputa. Articula, ao contrário, uma tese original: a resistência dos próprios civis. Para E uclides, "as forças para repelir a invasão já ali se acham, destras e acimadas, nas tropas irregulares do Acre, constituídas pelos destemerosos sertanejos dos Estados do Norte", o que o leva a concluir: "Para o caucheiro - diante desta figura nova imaginam os um caso de hibridismo moral: a bravura aparatosa do espanhol difundida na ferocidade orbida do quíchua -, para o caucheiro um dom adorúnico, que o superantará: o jagunço".⁸⁶

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 184.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 185.

A conclusão do artigo revela que Euclides não estava defendendo, portanto, um recuo na militarização do conflito. Mas não é correto se inferir, daí, que preconizasse o recurso à força. Na verdade, nota-se, nas entrelinhas do texto, que Euclides receia o conflito bélico, seja por elementos objetivos, com o as dificuldades de acesso à região, seja porque ainda estavam abertas as portas do diálogo e da diplomacia. O entusiasmo com que louva as virtudes físicas do jagunço e as críticas que desfere contra a instabilidade política e contra a "misericórdia dissimulada" do país vizinho resultam mais do estado de ânimo da época e das características básicas de um artigo de imprensa do que de uma análise detida do conflito.

Vê-se, à luz do exposto, que também o texto "Contra os Caucheiros" lastreia-se em argumentos de base etnográfica, procurando vincular o comportamento humano às condições físico-climáticas e às considerações raciais. Também aqui o título é significativo: os caucheiros (resultado, com o visto, da mistura entre a "bravura aparatosada do espanhol" com a "ferocidade móbida" do quíchua) são tomados com o inimigos a serem derrotados pelo vigor dos jagunços.

A questão peruana se faz presente ainda em outro artigo de Euclides, também reunido no livro *Contrastes e Confrontos: "Entre o Maderia e o Javari"*, publicado no Estado de São Paulo em 29 de maio de 1904. É o terceiro texto de Euclides sobre o problema que se enfrentava na Amazônia, e com o qual ele lidaria a partir de agosto do mesmo ano. Neste artigo Euclides volta a professar sua fé no determinismo e no darwinismo. A região do Acre é, segundo ele, o "palco agitado de um episódio da concorrência vital entre os povos".⁸⁷ A utilização da expressão "concorrência vital" não é meramente metafórica: Euclides buscava retratar com fidelidade uma confrontação de base supostamente biológica. Tanto que assevera, explicitamente, que "o que ali se realizou, e está realizando-se, é a seleção natural dos fortes".⁸⁸ Em outros textos Euclides continuará expondo sua visão da conformação física do caboclo e de sua complexa relação com o meio.

Um dos pontos centrais do artigo, ultrapassando a discussão etnográfica, é a preocupação em promover a integração efetiva da Amazônia

⁸⁷ *Ibidem*, p. 188.

⁸⁸ *Ibidem*.

ao Brasil. Com o terem a oportunidade de salientar posteriormente, Euclides desenvolveu uma visão estratégica sobre a Amazônia, propugnando por sua integração física ao Brasil. Fazendo uma analogia com os Estados Unidos, ponderou que essa integração física passa pela engenharia e pelo estabelecimento de canais eficientes de comunicação entre o Acre e o resto do país. Dá importância de políticas públicas que atendam a esse objetivo: "As novas circunscções do Alto Purus, do Alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos"⁸⁹ Do contrário, "a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, com o se despegando um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga do seu próprio movimento"⁹⁰.

Convém prosseguir com a análise de um último artigo, também inserido no volume *Contrastes e Confrontos*. Em "Solidariedade Sul-Americana" Euclides dá vazão, novamente, à sua crença na idéia de "concorência vital" entre os povos. Nesse processo compositivo, não hesita em afirmar a superioridade brasileira e a desordem das repúblicas vizinhas. Criticando a belicosidade de países do continente, assenta que o "recente Tratado de Petrópolis (...) é o melhor atestado dessa antiga irradiação superior de nosso espírito, destruindo ou dispensando sem prejuízo o brilho e a fragilidade das espadas"⁹¹ E aceita claramente a guerra, sob o argumento de que não seria o primeiro caso de uma guerra reconstitutiva: "Aceitem os tranqüilos a luta com que nos ameaçam, e que não podem ostentar"⁹² Sua conclusão é de que o ideal de solidariedade entre os países da América do Sul é "irrealizável", servindo apenas para "nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos"⁹³ No contexto de um conflito civilizacional, o Brasil deveria fazer prevalecer sua superioridade e sua tradição de estabilidade política, ainda que tivesse de atrair-se com as repúblicas vizinhas, vistas em geral com o governo de

⁸⁹ *Ibidem*, p. 189.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*, p. 192.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Ibidem*.

em arcados por uma espécie de "seleção natural invertida", consequência de um "darwinismo perverso aplicado à história".⁹⁴

Os artigos de Euclides sobre os problemas de fronteira com o Peru revelam, assim, algumas reconhecidas de sua obra, com uns e outros intelectuais de seu tempo – isto é, próprias de seu campo intelectual específico, que manifestava uma ideologia conformada pelos problemas do regime republicano e pela influência do pensamento europeu. A preocupação cientificista, presente no exame etnográfico das populações locais, e uma visão estratégica da Amazônia e de sua integração ao Brasil estão presentes de forma embrionária nos artigos que publicou em maio de 1904. A viagem ao Amazonas e ao Acre hepem tirádesenvolver essas perspectivas e produzir reflexões mais alentadas sobre os problemas da região. Essa visão mostar-se-á, com o verem os, complexa. Não se vai cogitar de uma leitura simplente cientificista da realidade regional. Os textos de Euclides serão enriquecidos por um testemunho sociológico das contradições sociais que afetam a região, e pelo conteúdo mais arcaico e propositivo. Assim com o no artigo "Entre o Madeira e o Javari", serão apresentadas propostas para a integração da região – e de suas populações – ao restante do país.

Os quatro artigos que apreciam os – "Conflito Inevitável", "Contra os Caucheiros", "Entre o Madeira e o Javari" e "Solidariedade Sul-Americana" – são textos pioneiros de Euclides sobre a Amazônia, expressando sobretudo sua visão do conflito com o Peru, que passaria a absorvê-lo após sua nomeação, pelo Barão do Rio Branco, com o chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. A leitura dos artigos nos aproxima da incipiente visão de Euclides sobre os problemas de política externa, tema que será aprofundado na parte final do presente trabalho. Note-se, porém, que os artigos referidos ilustram bem algumas das falhas das concepções de Euclides, derivadas da utilização de teorias que, uma vez confrontadas com a realidade da Amazônia, viriam a mostrar sua debilidade.

3.2 – A VIAGEM DE EUCLIDES À AMAZÔNIA

Euclides é nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus em 09 de Agosto de 1904. A criação da

⁹⁴ *Ibidem*, p. 191.

com isso resultou do acordo brasileiro-peruano celebrado em 12 de Julho de 1904⁹⁵, consoante o qual os dois países tomariam providências para que uma expedição reconhecesse o Alto Purus, produzindo um relatório que fundamentasse a discussão sobre a delimitação de fronteiras. A comissão, assim, era mista, com postos de brasileiros e peruanos. A comissão brasileira era chefiada por Euclides e tinha, entre seus membros, o fotógrafo Eneas Chaves Fribre e o engenheiro Amado Pinenta Cunha, primo de Euclides, nomeado auxiliar técnico.⁹⁶ Do lado peruano a comissão era chefiada pelo capitão Pedro Alejandro Buenaño.⁹⁷ Posteriormente Euclides viria a queixar-se dos peruanos, por não reconhecerem nenhum interesse em acelerar os trabalhos: "são quíchuas, quíchuas moribundas e preguiçosos quando se trata de partir".⁹⁸ O acordo de 12 de Julho também criou uma comissão mista para o reconhecimento do Alto Juruá, presidida no lado brasileiro pelo general Belarmino de Mendonça.⁹⁹

A nomeação de Euclides é o início de uma espera de quatro meses, já que, ao contrário de suas expectativas imediatas, só partirá para a Amazônia em dezembro de 1904. Nesse ínterim, ocupa-se com os preparativos da viagem e muda-se, em setembro, para o Rio de Janeiro, lá acompanhando sua família.¹⁰⁰

As preocupações financeiras de Euclides prosseguem durante esse período de espera. Em correspondência a seu pai, em 25 de agosto, discute o possível valor de seus vencimentos e aceita os conselhos paternos para que seja mais pragmático: "O sr. tem razão: tenho sido idealista demais – e disto me arrependo. Vou fazer o possível para considerar as coisas praticamente, sem contudo perder de vista a linha reta à qual já estou habituado". Salienta, ainda, que pretende desempenhar sua comissão no Purus com "a máxima dedicação".¹⁰¹

⁹⁵ Jorge, Arthur Guimarães de Araújo, op. cit., pp. 123-124; Lins, Álvaro, op. cit., pp. 294-295; Braga, Róberio. Euclides da Cunha no Amazonas. Manaus, Editora Valer/Fundação Lourenço Braga, 2002, p. 29.

⁹⁶ Para a composição da comissão, cf. Venâncio Filho, Francisco. "Retrato Humano de Euclides da Cunha", cit., p. 75.

⁹⁷ Ventura, Roberto, "Memória Seletiva – À Frente da História", cit., p. 32-33.

⁹⁸ Carta a José Veríssimo, em 19 de março de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 274.

⁹⁹ Jorge, Arthur Guimarães de Araújo, op. cit., p. 124.

¹⁰⁰ Ventura, Roberto, "Memória Seletiva – À Frente da História", cit., p. 32.

¹⁰¹ Carta a Manuel R. Pinenta da Cunha, em 25 de Agosto de 1904. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 224.

Ulteriores preparativos, Euclides parte em 13 de dezembro e chega a Manaus no dia 30, após escalas, dentre outros lugares, em Recife (onde encontra Cívico Bevilacqua) e Belém (onde visita Emílio Góes).¹⁰² Sua primeira impressão da cidade não foi positiva, em função sobretudo do clima quente e úmido. Recém-chegado, alude, em carta a Afonso Arinos, a um "permanente banho de vapor", reportando-se à cidade com o a "ruidosa, ampla, mal-arranjada, monótona e opulenta capital dos seringueiros".¹⁰³ Manifesta o mesmo juízo posteriormente, influenciado desta vez não somente pelo desconforto proporcionado pelo clima, mas também pelas dificuldades que encontra para organizar a partida ao Purus.

Em carta a Domício da Gama, refere-se a Manaus com o um a "Cápuca abrasadora, trabalhosa, que me devora energias" e com o um a cidade "comercial e insuportável". Expressa suas preocupações com os preparativos da expedição, afirmando sofrer com a "sobrecarga de preocupações", em especial as dificuldades para obter transporte rumo ao Purus.¹⁰⁴ O mesmo sentimento se faz presente em carta a José Veríssimo, quando diz que leva, em Manaus, um a "vida perturbada e fatigante".¹⁰⁵

Os transtornos trazidos pelas dificuldades em preparar a partida da expedição fazem com que Euclides desabafe com José Veríssimo, afirmando que o explorador inglês Chandless, quando chegou a Manaus, "encontrou da parte do Governo provincial e até do povo o mais eficaz e poderoso auxílio", ao passo que "nós, brasileiros, revestidos de uma comissão oficial, encontramos em peços indescritíveis!"¹⁰⁶

A estada de Euclides em Manaus se prolonga mais do que o previsto. Os óbices que se apresentam à organização logística da expedição e a demora no envio de instruções do Itamaraty com o mesmo a comissão a permanecer na capital até abril de 1905. Em 10 de março de 1905 Euclides envia

¹⁰² Ventura, Roberto, "Memória Seletiva - À Frente da História", cit., p. 32.

¹⁰³ Carta a Afonso Arinos, em 12 de janeiro de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 250.

¹⁰⁴ Carta a Domício da Gama, sd. 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 255-256.

¹⁰⁵ Carta a José Veríssimo, em 13 de janeiro de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 252.

¹⁰⁶ Carta a José Veríssimo, em 2 de fevereiro de 1905. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 261-262.

correspondência ao Barão do Rio Branco. Nela, precisando as dificuldades da comissão, afirma que a comissão oficial enfrenta dificuldades financeiras e que vai partir, em função do atraso, num momento próprio, em face da vazante do rio.¹⁰⁷

A expedição parte em 5 de abril. As dificuldades prosseguem, inclusive com o naufrágio de um dos barcos que levavam mantimentos. Em diversos trechos, em virtude das condições de navegabilidade, os membros da comissão tiveram que se desbocarem canoas. A comissão, porém, consegue atingir a cabeceira do Purus, e retorna a Manaus em 23 de outubro, depois de ter feito, em seis meses e meio, o itinerário de 3 210 km para o reconhecimento do rio.¹⁰⁸

Os acontecimentos que cercaram a viagem da Comissão brasileira ao Purus foram inicialmente descritos por Euclides em entrevista ao *Jornal do Comércio*, de Manaus, publicada em 29 de outubro de 1905. O escritor relembra, de início, os obstáculos que se apresentaram à expedição, mencionando a “quadra imprópria em que seguimos” – referindo-se à vazante dos rios, que impôs o uso de canoas – e o naufrágio do boteão Manuel Urbano, que transportava os víveres.¹⁰⁹ As expectativas dos membros da Comissão não eram das melhores. Euclides ressalta: “Íamos para o misterioso. Não pode negar-se que até aquela data existia, entre nós e as nascentes do Purus, descido um desmesurado telão, escondendo-nos-las”.¹¹⁰

O “misterioso” a que alude Euclides consistia em duas ordens de empelinhos. O primeiro deles eram os naturais. No itinerário da expedição encontravam-se, conforme relata na entrevista, quedas d’água e bancos de areia e paus. Em segundo lugar havia a ameaça dos índios, com o Euclides denominando-os “bárbaros, que rondavam por perto numa ameaça permanente e surda”¹¹¹, e que, de acordo com o testemunho da comissão, haviam trucidado um mulher e jogado o seu cadáver no barranco do rio que

¹⁰⁷ Venâncio Filho, Francisco, *Rio Branco e Euclides da Cunha*, cit., p. 24-25.

¹⁰⁸ Ventura, Roberto, “Momento Seletivo – À Frente da História”, cit., p. 33.

¹⁰⁹ Cunha, Euclides. “Os Trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”. Entrevista ao *Jornal do Comércio* em 29 de Outubro de 1905. In: *Obra Completa*, v. 1, cit., p. 554.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 555.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 556.

percorriam . De resto , Euclides reporta-se à pequena quantidade de mantimentos disponíveis¹¹² e ao esforço despendido para que se alcançasse, com êxito, a cabeceira do Purus. Conclui asseverando que, ao atingir o ponto pretendido, "o que eu principalmente distingui, inrompendo de três quadrantes dilatados e trancando-nos inteiramente - ao sul, ao norte e a leste - foia inagem arrebatadora da nossa Pátria que nunca inaginei tão grande"¹¹³.

O sumário feito por Euclides em sua entrevista ao *Jornal do Commercio* dá um a idéia das variadas dificuldades superadas pela comissão nos seis meses em eio de expedição. O escritor atém -se, em seu relato, a rememorar o trajeto seguido pela comissão oficial e os principais problemas enfrentados em cada etapa. A única menção às populações locais ocorre quando cita a ameaça dos infieles. Recém -chegado, talvez ainda não tivesse tido a oportunidade de organizar suas reflexões sobre as precárias condições de vida dos seringueiros. O momento era apenas o de registrar os episódios principais da viagem que percorreu o Purus.

3.3 – O RELATÓRIO OFICIAL DA COMISSÃO DE EXPLORAÇÃO DO ALTO PURUS

O relatório oficial da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus traz outras ponderações de Euclides que merecem examinação detalhada. A análise em separado deste documento decorre do fato de se tratar de texto redigido após a viagem de Euclides ao Purus, contendo, logo, elementos que podem contribuir para o exame do livro *À Margem da História*. Observa-se que o documento, intitulado *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Paruana de Reconhecimento do Alto Purus*, foi publicado pela Imprensa Oficial em 1906 com o subtítulo "Notas complementares do comissário brasileiro"¹¹⁴, demonstrando, assim, que Euclides da Cunha foi o responsável pela redação.

¹¹² *Ibidem*. Euclides observou que "fomos à mesa e à ração" e faz uma lista da quantidade de cada um dos víveres (carne seca, farinha, açúcar, arroz, "restos de bolacha esfarinhada" e leite condensado) com o intuito de dar relevo, mais uma vez, às diversas dificuldades enfrentadas pela comissão: "Propositadamente apresento esta lista. É eloqüente".

¹¹³ *Ibidem*, p. 558.

¹¹⁴ *Ibidem*. *O Rio Purus*. In: *Obras Completas*, v. 1, cit., p. 753.

Nesse documento oficial a trajetória da expedição ganha contornos mais detalhados, e Euclides sente-se à vontade para apresentar comentários sobre a região. De início, não se furta a reforçar as adversidades que encontrou na organização da missão. Registra o "atraso das Instruções, recebidas poucos dias antes da partida, de sorte que o tempo despendido em Manaus nos desalentava, tornando problemático o chegarmos ao termo da viagem de que nos encarregáramos, sobre aumentar grandemente as suas dificuldades".¹¹⁵ Corrobora, assim, as impressões e críticas que manifestara nas cartas que enviou de Manaus durante o intervalo entre sua chegada, em dezembro de 1904, e a partida da expedição, em abril de 1905.

Após apresentar as características físicas principais do Alto Purus, Euclides detém-se, no relatório oficial, no exame dos povoadores da região. É aqui que ele define, pela primeira vez, as notas distintivas dos dois grupos responsáveis pela ocupação do interior amazônico. Não constituem, aliás, simples grupos. Nas palavras de Euclides, poder-se-ia dividir, no Purus, duas "sociedades novas e originais": a dos caucheiros e a dos seringueiros.¹¹⁶ Conquanto se trate de uma descrição sucinta, Euclides esboça um exame sociológico que se alia à descrição técnica que faz do Purus e do clima da Amazônia.

As duas "sociedades" apontadas por Euclides representam, grosso modo, os pólos do conflito que envolvia o Brasil e o Peru. De um lado estariam os caucheiros peruanos, objeto, com o visto, de um artigo de Euclides publicado no jornal *O Estado* de São Paulo. De outra parte, os seringueiros brasileiros. As diferenças entre as duas classes de povoadores é clara: os caucheiros exploram o caucho, goma elástica que, ao contrário do látex, não se renova. Desse modo, o "caucheiro é por força um nômade, um pesquisador errante, estacionado nos vários pontos a que chega até que tombe o último pé de caucho".¹¹⁷ Esse nomadismo em basava inclusive argumentos jurídicos que respaldavam a posição brasileira, porquanto o deslocamento contínuo dos caucheiros peruanos inviabilizaria a configuração do *uti possidetis*, segundo a qual apenas a ocupação efetiva do território pleiteado poderia gerar o direito à reclamação de um título legal.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 779.

¹¹⁷ *Ibidem*.

O seringueiro, por seu turno, "é por força sedentário e fixo. Enleiam - no, prendendo-o para sempre ao primeiro lugar em que estaciona, as próprias estradas que abriu, convergentes na sua barraca, e que ele percorrerá durante a sua vida toda".¹¹⁸ Apesar da distinção traçada, Euclides é cristalino ao destacar a contribuição dos dois grupos para o povoamento do Alto Purus. Sua apreciação do tema esgota-se, por conseguinte, na definição das duas "sociedades" e no contraste entre o nomadismo dos caucheiros e o sedentarismo dos seringueiros. A análise prosseguirá em *À Margem da História*, momento em que Euclides vai dar maior ênfase ao caráter do caucheiro e à precária situação social das populações que viviam da exploração da borracha.

Essa conciliação de descrição geográfica e apreciação sociológica atesta a convicção de Euclides de que, no início do século XX, o desenvolvimento industrial e científico impunha ao escritor a necessidade de novos conhecimentos. A literatura deveria, assim, em simbiose com a ciência, espelhar as transformações em curso. O escritor, ante a necessidade de dominar novas linguagens, tornou-se um polígrafo: "A sua obra [de Euclides] distribuiu-se em cinco gêneros: historiografia, geografia, crônica, epistolografia e poesia, versadas todas em estrito consórcio com o conteúdo científico. Raramente Euclides praticou alguns deles em estado puro, optando também aqui preferivelmente por uma combinação das formas".¹¹⁹ Essa fusão de discursos se faz presente em toda a sua obra. Assim, no relatório oficial que produziu para o Itamaraty, Euclides lança mão tanto de enunciados em linguagem geográfica e técnica - é o caso daqueles relativos ao levantamento hidrográfico e ao clima do Purus -, como em juízos sobre o povoamento da região e a etnografia "destemor estóico" de seus habitantes.¹²⁰

No relatório da comissão Euclides não deixará de prestar tributo a seus antecessores na exploração do Purus. Um dos tópicos do texto oficial é dedicado a resgatar a contribuição das diversas personalidades que enfrentaram os rios desconhecidos da Amazônia. Neste ponto Euclides revela um amplo conhecimento acerca da bibliografia sobre o tema e

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ Sevcenko, Nicolau, *op. cit.*, p. 134.

¹²⁰ Cunha, Euclides da. *O Rio Purus*, *cit.*, p. 801.

sumaria, em linhas gerais, as diversas descrições da região e o equívoco de cronistas e viajantes que não citavam o Purus e suas populações. Assim, para Euclides o desconhecimento e o "abandono" do Purus se deviam sobretudo às "lacunas lamentáveis das nossas tradições".¹²¹ O fato de o Purus mostrar-se pouco conhecido teria motivado a Royal Geographical Society de Londres a designar em 1864 um de seus membros, William Chandless, para explorar o rio amazônico. Mas Chandless, admirado e freqüentemente citado por Euclides, não foi o primeiro a percorrer o Purus no intuito de conhecer seu traçado e as populações que o margeavam. O crédito caberia a um brasileiro, Manuel Urbano da Encarnação. Euclides o descreve com o "um cafuz destemeroso e sagaz, [que] tinha, a par do ânimo resolutivo e sobranceiro aos perigos, uma vivacidade intelectual, a grande natural intelligence, no dizer de Chandless, que muito contribuiu para o ascendente que teve sobre todas as tribos ribeirinhas, e para que se abrisse naquelas bandas um dos melhores capítulos da nossa história geográfica".¹²²

A resenha que Euclides faz das expedições comandadas por Manuel Urbano tem como propósito salientar que foi este brasileiro o primeiro a fixar dados seguros sobre o Purus e sobre as populações indígenas que o povoavam. O outro brasileiro, o engenheiro Silva Coutinho, teria sucedido Urbano na exploração do Purus, tendo inclusive mostrado capacidade de prever os problemas que se abateriam sobre a região, salientando o fato de que o Purus é o único canal de comunicação do Peru e da Bolívia com o rio Amazonas, o que confere ao rio uma importância estratégica para os países vizinhos.¹²³

As páginas de abertura do relatório são, contudo, consignadas a William Chandless. Ao revés de Manuel Urbano, que era, nas palavras de Euclides, um homem inculto, porém aparelhado de um "tino admirável"¹²⁴, além de ser um "mestiço inteligente e bravo"¹²⁵, Chandless era um pesquisador europeu respeitado. Pôde, assim, ter maior precisão no estabelecimento de dados sobre o Purus, que visitou em 1864. Euclides é

¹²¹ *Ibidem*, p. 780.

¹²² *Ibidem*, p. 783-784.

¹²³ *Ibidem*, p. 785.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 784.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 779.

perem ptório ao assinalar que Chandless "realizou a mais séria entre todas as explorações do grande rio".¹²⁶ Apesar dos obstáculos impostos pela região, pôde solucionar diversas questões que permaneciam irrespondidas, demonstrando principalmente que o Purus não se confundia com o rio Madre de Deus, constituindo uma bacia independente.¹²⁷

Chandless foi o último explorador do Purus antes da viagem da Comissão Mista Brasileiro-Peruana em 1905. Os avanços por ele obtidos teriam sido tão valiosos que Euclides assevera, no relatório, que os resultados da expedição são "em grande copia um complemento dos esforços daquele explorador".¹²⁸

Um último aspecto do relatório que atrai a atenção é a análise feita por Euclides do povoamento do Purus. Com o já visto anteriormente, ele discerniu a existência de duas "sociedades", a dos caucheiros e a dos seringueiros, ambas dedicadas à exploração das riquezas da região. Posteriormente, em *À Margem da História*, Euclides voltaria a salientar com os recursos naturais atraíram levadas de povoadores, retomando os argumentos de base científica que marcaram os Serões e os artigos sobre a Amazônia publicados em meados de 1904.

Para ele, no interior da Amazônia ocorre uma "vasta seleção natural": "Lá persistem apenas os fortes. E sobrepujando-os pelo número, pelo melhor equilíbrio orgânico de uma climação mais pronta, pela robustez e pelo garbo no enfrentarem perigos, os admiráveis caboclos cearenses que revelaram a Amazônia".¹²⁹ Euclides persiste, assim, nestes evolucionistas, lançando mão da terminologia darwinista e reiterando que, dadas as condições físicas e climáticas da região, apenas os mais preparados fisicamente – e os imigrantes do nordeste, os "jaguinhos", seriam o melhor exemplo disso – poderiam sobreviver.

Euclides também faz menção a um dos elementos que impulsionarão seu livro *À Margem da História*: o quadro social da região. Seu juízo é o de

¹²⁶ *Ibidem*, p. 786.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 788.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 789.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 801.

que "o rude seringueiro é duramente explorado", mostrando-se "quase um servo".¹³⁰

Além das teses evolucionistas e da preocupação social, um terceiro aspecto é mencionado de passagem e constituirá o último elemento do tripé que sustentará a posterior elaboração do livro *À Margem da História: o isolamento da região*. A exploração do caboclo é facilitada pelo isolamento em que vive, e os males sociais, de acordo com Euclides, "desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade seqüestrada ao resto do país, e para isto requer-se, desde já, com o providência urgentíssima, o desenvolvimento da navegação até o último ponto habitado, completada pelo telégrafo, ao menos entre Manaus e a Boca do Acre".¹³¹

O Relatório da Comissão é um texto original pelo interesse demonstrado por Euclides em propor, ainda que de passagem, medidas tendentes a redimir a marginalização das populações amazônicas. A perspectiva técnica que norteia o relatório não é, por conseguinte, exclusiva. Convivem, em seu texto, o foco histórico, demonstrado na preocupação em relembrar a contribuição de William Chandless; o foco social, consubstanciado no depoimento sobre a exploração do seringueiro e no exame das razões econômicas que promoveram o célebre povoamento do Purus; e, por derradeiro, uma visão estratégica do rio, visto como plenamente navegável e de grande interesse econômico. Esses aspectos não poderiam ser objeto de uma análise mais extensa em virtude dos objetivos e características de um relatório. Nada obstante, é neste texto oficial que Euclides apresenta as proposições que serão posteriormente desenvolvidas em *À Margem da História*.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 801-802.

¹³¹ *Ibidem*, p. 802.

IV - EUCLIDES DA CUNHA E A AMAZÔNIA

IV. BRASIL E MUNDO ANTE O SÉCULO XXI

4.1 – A AMAZÔNIA, TERRA SEM HISTÓRIA

A viagem de Euclides à Amazônia permitiu-lhe testemunhar de perto a difícil situação das populações que ali viviam. A constatação das precárias condições de vida do seringueiro e o isolamento da região levaram Euclides a projetar a redação de um segundo "livro vingador", que receberia o título *Um Paraíso Perdido*. Sua morte prematura obstaculizou, porém, a concretização desse projeto. Sobre a Amazônia, além de artigos esparsos e dos textos reunidos em *Contrastes e Confrontos*, Euclides pôde escrever os ensaios de *À Margem da História*, cuja revisão foi concluída pouco antes de sua morte, em 1909.

Cum pre registrar, porém, que os ensaios amazônicos de Euclides padecem da falta de unidade, tratando-se de artigos e textos esparsos que foram posteriormente reunidos nos dois livros citados. Apesar da qualidade de sua produção sobre a Amazônia, Euclides não teve a oportunidade de conceber uma obra sistemática sobre a região, análogo que se consubstanciaria no livro *Um Paraíso Perdido*. Francisco Foot Hardy an assinala, dessa forma, que

"do ponto de vista estético-literário, este projeto euclidianos permitiu-lhe alcançar algo truncado. Apesar de, entre os melhores textos escritos por Euclides, nessa fase final da vida, situarem-se alguns dos ensaios de sua prosa amazônica, inspirados em boa parte, mas não exclusivamente, naquela expedição, faltou ao conjunto a unidade épico-dramática e a arquitetura estilística que salta aos olhos em *Os Sertões*".¹³²

Em *À Margem da História* deparamos com a elaboração formal de argumentos apenas esboçados em textos anteriores. O relatório sobre a

¹³² Hardy, Francisco Foot. "A vingança da História: os sertões amazônicos de Euclides". In: *Revista Tempo Brasileiro*, n. 144, jan/mar 2001, p. 31.

expedição ao Amazonas e ao Acre, redigido para o Itamaraty, contém apenas o emblema da crítica social e das propostas de integração da Amazônia ao Brasil. Esses dois aspectos ganham vulto em *À Margem da História*.

Um primeiro ponto a ser observado é o título do segmento inaugural da obra: *Terra sem história*. Trata-se da parte mais substancial do livro, dedicada exclusivamente à Amazônia. Os outros dois capítulos reportam-se a temas variados. O segundo recebe a designação de *Vários Estudos*, com sendo de três ensaios sobre temas distintos: *Viagem sul-americana*, *Martín García e O primado do Pacífico*. O terceiro capítulo é um ensaio histórico, denominado *Da independência à República*. A reflexão sobre a Amazônia está circunscrita, logo, ao primeiro capítulo da obra.

Ao lançar mão da expressão *Terra sem história* Euclides predispõe o leitor para a sensação de abandono e desconhecimento que atinge a Amazônia. Sobre a região pouco se tinha escrito, afóra as crônicas de viajantes e os relatos de pesquisadores estrangeiros que buscaram desvendar os segredos naturais dos rios e florestas tropicais. O povoamento efetivo do interior amazônico era, à época, recente, estimulado sobretudo pela exploração da borracha, que fez as cidades do Amazonas e do Acre experimentarem um surto de progresso na passagem do século XIX para o século XX. Já no relatório da Comissão de Exploração do Alto Purus, que analisam os anteriormente, Euclides se referia ao "abandono" a que era relegado aquele tributário do rio Amazonas. Nesse sentido, não se poderia falar, naquele momento, numa "história" da Amazônia, momento em que se consideraram os com o parte fundamental dessa recuperação histórica o estudo das populações amazônicas, sobretudo o seringueiro vindo do Nordeste.

A migração de nordestinos para a Amazônia foi uma resposta à demanda de mão-de-obra para a exploração da borracha, matéria-prima cada vez mais procurada no mercado mundial: "Sabem que as possibilidades de incremento não fossem muito grandes, as exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro decênio deste século [XX]." ¹³³ A transumância de nordestinos para a Amazônia

¹³³ Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991, p. 131.

era, assim, uma resposta à escassez de mão-de-obra na região. As condições de trabalho que os aguardavam, contudo, não eram propícias à prosperidade. Celso Furtado destacaria, posteriormente, o contraste entre a situação dos imigrantes europeus e nordestinos. O imigrante europeu chegava ao Brasil "com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a primeira colheita", ao passo que o imigrante nordestino na Amazônia encontrava situação bem distinta: "começava sem precatório para trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação".¹³⁴ Essa difícil situação do seringueiro, confrontado com as dívidas e com a insalubridade da região amazônica, é retratada com detalhes em *A Margem da História*.

Nesse sentido, a expressão "terra sem história" deriva do pouco conhecimento que se tinha a respeito da Amazônia no início do século XX. Roberto Ventura pondera que para Euclides os sertões – tanto os nordestinos como os amazônicos – "são vistos como desertos, espaços fora da escrita". Assim, "o escritor defendia a integração dos sertões à escrita e à história, cujos limites e cujas fronteiras estariam em contínua expansão desde a chegada dos navegadores e colonizadores europeus à terra brasileira".¹³⁵ O ideal de Euclides seria, logo, o de resgatar a região do abandono e integrá-la ao processo histórico de desenvolvimento.

O primeiro segmento de *Terra sem história* denomina-se "Impressões gerais" e inicia com uma assertiva imponente. Euclides salienta que a leitura dos viajantes que escreveram sobre o rio Amazonas – com o Humboldt – contribuiu para formar no leitor uma imagem idealizada do maior rio do planeta. Esta face a face com o rio, contudo, causou no escritor uma frustração, "um caso vulgar de psicologia". Euclides diz que "ao defrontarmos o Amazonas real, vemos o inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada", e conclui de maneira surpreendente: "Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba".¹³⁶

¹³⁴ *Ibidem*, p. 133-134.

¹³⁵ Ventura, Roberto. "Os Sertões entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Veisso, Mariza. *Descobertas do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 122-123.

¹³⁶ Cunha, Euclides. *A Margem da História*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999, p. 1.

Euclides aludia especificamente à impressão visual que a Amazônia causa no visitante. A uniformidade da vegetação, a longa extensão dos rios, a magnitude da floresta, tudo geraria no observador uma espécie de entorpecimento dos sentidos. A igualdade daquele cenário, em toda sua vasta extensão, resultaria no que Euclides denominou de "monotonia". Escreve esse sentimento a partir de uma analogia com os mares: "(...) em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inaturlve sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos com o os dos mares".¹³⁷

O pessimismo inicial de Euclides dispõe-se, pois, com as concepções que idealizam a Amazônia como um paraíso, cujas belezas naturais não encontrariam rivais em nenhuma outra parte do mundo. A constatação da monotonia visual não impede, todavia, que deixe transparecer seus sensíveis efeitos de impressão que o contato com a região deixa no visitante, lançando mão, quando necessário, de superlativos que exprimiriam o êxtase derivado do contato com a natureza local. Esses superlativos, porém, são acompanhados de ressalvas que lhe retiram a força. É o caso da menção à "in perfeita grandeza" da flora. E, numa síntese de suas impressões íntimas, afirma: "Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior".¹³⁸

Assim, Euclides vai carregar nas cores com que descreve a Amazônia, trabalhando com um jogo de antíteses que se presta a impressionar o leitor. Essas antíteses são componentes fundamentais de seu estilo, que prima em lidar com as oposições e contrastes.¹³⁹ Podem os nos utilizar, mais uma vez, de suas próprias palavras: "Parece que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avante-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipérbolos".¹⁴⁰

¹³⁷ *Ibidem*, p. 2.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 3.

¹³⁹ "É uma constante em sua obra a ênfase sem pre-reincidente sobre os contrastes, as antíteses, os choques, os confrontos, os desafios, os cotepos, as oposições, os antagonismos". In: Sevcenko, Nicolau, op. cit., p. 136.

¹⁴⁰ Cunha, Euclides da. *A Margem da História*, cit., p. 4.

Os contrastes presentes na prosa euclidiana são indicativos do estilo expressionista identificado por Gilberto Freyre no autor de *Os Sertões*. Para Freyre, Euclides é um estilista da linguagem, habituado a conferir às palavras um tratamento escultural, "exagerando então os abngamentos, os ângulos, os relevos"¹⁴¹. A com posição desse estilo distancia-se muitas vezes da preocupação em apresentar uma descrição objetiva e sintética dos fenômenos naturais. Ao assinalar que "às induções avantejam-se demasiado os lances da fantasia" Euclides corrobora essa tese, e justifica seu próprio estilo expressionista.

As hipérbolés assumem a condição de uma das notas definidoras de sua literatura. Freyre apresenta uma reflexão que talvez explique a visão inicial de Euclides sobre a Amazônia: "A Euclides com o que repugnava na vegetação tropical na paisagem dominada pelo engenho de açúcar o gordo, o arredondado, o farto, o satisfeito, o mole das formas; seus mactos com o que de carne; o pegajento da terra; adoçado mactapê. A traía o o anguloso, o ossudo, o hirto dos relevos ascéticos ou, quando muito, secamente masculinos do "agreste" e dos "sertões"¹⁴².

Nesse sentido, a pecha de "monotonia inatural" que atribui à Amazônia decorreria de sua própria dificuldade em lidar, no plano literário e da imaginação, com o "farto", com o "satisfeito". O agreste ofereceria, nesse passo, maiores possibilidades ao exercício de sua criação literária. A insidiosa da Amazônia, sua exuberância, a riqueza de sua flora e fauna, a abundância de recursos naturais, o clima úmido e as chuvas intensas, tudo parecia se incompatibilizar com a exigüidade dos sertões. Para o escultor da linguagem, como o define Freyre, o contraste é fundamental. Na natureza, esses contrastes parecem em armônias do "anguloso" e do "hirto" do que do "arredondado" das florestas tropicais.

Mas Euclides, a despeito de sua afirmação inicial, segundo a qual "toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba", não vai se escusar de preservar seu estilo expressionista na apresentação que fará da região. Ele o confessa ao fixar que alios lances da fantasia rivalizam com a objetividade das induções.

¹⁴¹ Freyre, Gilberto, op. cit., p. 27.

¹⁴² *Ibidem*, p. 30.

Em *À Margem da História* esse dualismo entre fantasia e objetividade, entre o literário e o científico, será um a das forças motrizes do texto.

Ainda no primeiro segmento de "Terra sem história", Impressões Gerais, Euclides dá um a demonstração da simbiose entre a fantasia e a descrição ao assinalar que na Amazônia os fenômenos naturais muitas vezes fogem dos quadros tradicionais de apreensão científica. Com esteio na análise dos estudos que percorreram a região, observa que se trata talvez da terra mais nova do mundo. Por ser recente, os fenômenos são mais vigorosos em seus regulares, o que desafia o observador: "Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é com o que a grande lógica inconsciente das cousas".¹⁴³ D essa constatação adviria a visão da Amazônia com o um a região em constante mutação, de construção inacabada, um a espécie de página incompleta do Gênesis.¹⁴⁴

As reflexões iniciais de Euclides em *À Margem da História* denotam sua preocupação em ressaltar que não basta o rigor científico para compreender a magnitude da Amazônia, porquanto o encadeamento dos fenômenos é, ali, surpreendente. Seu pressuposto de trabalho é harmonizar o discurso científico com o discurso literário. Ao se referir aos grandes exploradores da Amazônia, Euclides observa que sua produção "reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso".¹⁴⁵

Esse "mundo maravilhoso" exigiria qualidades de imaginação, e não apenas a postura de simples observação. Euclides tem o cuidado de embasar sua posição recorrendo a um dos pesquisadores europeus que exploraram a Amazônia, Frederico Hartt. Ao estudar a geologia da região, Hartt teria se confrontando com a ineficácia das fórmulas científicas. Nesse momento, segundo Euclides, "teve de colher de súbito todas as veias à fantasia".

¹⁴³ Cunha, Euclides. *À Margem da História*, cit., p. 3.

¹⁴⁴ Ventura, Roberto. "Os Setores entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Vebo, Mariza, op. cit., p. 118.

¹⁴⁵ Cunha, Euclides. *À Margem da História*, cit., p. 3

H artt teria resistido à tentação de am parar-se no sonho e na im aginação , asseverando : " -N ão sou poeta. F ab a prosa da m inha ciência. R evenons!" . Todavia, o esforço cientificista teria resultado infrutífero. E uclides conclui o com entário sobre o relato de H artt destacando que as m aravilhas naturais da Am azônia in pedem que o observador m antenha um a posição de distanciam ento e neutralidade: "[H artt] E screveu: encarrilhou-se nas deduções rigorosas. M as decorridas duas páginas não se forrou a novos arrebatam entos e reincidiu no en levo...É que o grande rio, m abrado a sua m onotonia soberana, evoca em tantam aneira o m aravilhoso, que em polga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro rom ântico e o sábio precavido" ¹⁴⁶

A s páginas de À M argem da H istória seguem esse m odelo de conciliação entre fantasia e zelo cientificista. Seus ensaios não podem ser considerados apenas artigos científicos: sua filiação à literatura decorre da inevitabilidade da fantasia, aceita por E uclides com o pressuposto de trabalho. E ssa dialética entre ciência e fantasia vai persistir ao lngo do livro , podendo-se verificar um a alternância na qualidade da prosa euclidiana. D e um a parte se colocam os capítulos m ais apegados ao relato técnico, sobejando as descrições geológicas e clim áticas da região ; de outro, o retrato do seringueiro e do caucheiro e a enum eração das riquezas da floresta dão vazão ao estilb propriam ente literário. Francisco H ardm an observa que a valorização da fantasia indicaria, em E uclides, um a frustração com a idéia de progresso, levando-o a buscar um a conciliação entre ciência e arte: "H erdeiro da m elhor tradição rom ântica, E uclides, a essa altura fazendo coro no grupo de escritores e intelectuais desiludidos com a ideologia do progresso, tentava apontar para um a nova síntese entre ciência e arte com o destino da linguagem na m odernidade" ¹⁴⁷

E ste é o caso da análise que E uclides faz do rio Am azonas. Inicialm ente são apresentadas as especificidades científicas que o peculiarizam , especialm ente a circunstância de o seu leito caudaloso destruir as próprias m argens: trata-se da "função destruidora" ¹⁴⁸ que dá à água a colbração barrenta. E ssa apresentação do rio extrapola, entretanto, os lim ites da ciência. Em face da capacidade destruidora do rio Am azonas, E uclides

¹⁴⁶ *Ibidem* .

¹⁴⁷ H ardm an, Francisco Foot, op. cit., p. 40.

¹⁴⁸ Cunha, E uclides da. À M argem da H istória, cit., p. 5.

o denomina de "o m enos brasileiro dos rios"¹⁴⁹, e, fiel a seu estilo expressionista, encerra suas ponderações de forma metafórica: "(...) sempre desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a com eçar perpetuamente um quadro indefinido"¹⁵⁰.

A fantasia e a expressão literária da vastidão amazônica são instrumentos eficazes manejados por Euclides, ao causar no leitor uma forte impressão daquela região pouco conhecida. A sua natureza se colocaria com o homem adversária do homem, oferecendo condições precárias de adaptabilidade e minando, paulatinamente, o ânimo empreendedor do habitante da floresta. A impressão inicial lavrada por Euclides é, por conseguinte, pessimista: "D aí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que alivagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril"¹⁵¹. Essa assertiva prepara o leitor para a crítica social que Euclides, de forma pioneira, vai desenvolver nos tópicos subsequentes de *A Margem da História*.

4.2 – A CRÍTICA SOCIAL

A afirmação de que Euclides da Cunha empreende, em seus ensaios amazônicos, a denúncia da difícil situação das populações amazônicas não é unânime. Roberto Ventura, um de seus mais renomados biógrafos, recusa essa interpretação. Para ele, Euclides propugnava sobretudo pela chegada do progresso e da civilização à Amazônia, pregando, ainda, "a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores, ao defender a integração dos vazios e desertos à escrita e à história, cujos limites e fronteiras estão em contínua expansão. Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos para tal transplante da civilização para os "territórios bárbaros"¹⁵². Nesse sentido, ainda segundo Roberto Ventura, o discurso de Euclides sobre a Amazônia não seria "politicamente correto": "A originalidade e a excentricidade de tal discurso residem muito mais na

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 6.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 9.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 12.

¹⁵² Ventura, Roberto. *Retrato interrompido de Euclides da Cunha*, cit., p. 248.

escrita exuberante, fortemente imágica e figurativa, do que no tom missionário da denúncia social”¹⁵³

Os textos de Euclides sobre a Amazônia – assim como aqueles reunidos em *À Margem da História* – manifestam, com efeito, a preocupação de seu autor com o desenvolvimento da região. A perspectiva, contudo, ia além da simples absorção dos “povos bárbaros”. Cuidava-se, antes, de promover a integração efetiva da Amazônia ao Brasil. Os problemas de fronteira que o Brasil enfrentava, à época, indicavam que o abandono da região poderia acarretar a perda da soberania brasileira sobre aqueles territórios, com o demonstravam as incursões de caucheiros peruanos no Acre. Euclides defendia a integração física da Amazônia ao resto do Brasil com o fim de preservação da soberania e de desenvolvimento econômico, procurando livrar a região do abandono e do isolamento, inserindo-a na história.

Dessa maneira, o tom de denúncia social fica claro nos ensaios inseridos em *À Margem da História*. A forma com o retrata o seringueiro, inclusive na descrição da cerimônia do “Judas Ahasverus”, além de apontar as duras condições de vida do trabalhador da floresta. Não se cogita, logo, de proposições que se dedicam a pregar, sem mais, a conversão dos povos locais à “civilização” e ao “progresso”. Nos textos de Euclides faz-se presente, ao contrário, uma necessidade de valorização das populações consideradas “bárbaras”, havendo mesmo uma utilização problemática dos termos civilização e barbárie. Berthold Zilly pondera que “não se trata de substituir simplesmente a barbárie pela civilização, mas de valorizar e fundir as duas, pelo menos no plano simbólico, criando uma cultura e, eventualmente, uma sociedade nova, nem exclusivamente civilizada no sentido europeu, nem americanamente selvagem”¹⁵⁴.

A defesa que Euclides faz do desenvolvimento da região é, em verdade, resultado de seu nacionalismo e de seus temores com relação à preservação da integridade do território nacional ante a cobiça estrangeira. Mesmo que se possa inferir, dessa circunstância, uma eventual

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Zilly, Berthold. “A barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do Fausto de Schopenhauer aos Serões de Euclides da Cunha”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, n. 144, janeiro-março 2001, p. 124.

incompatibilidade de discursos – o que se admite a título de argum entação –, é certo que essa incompatibilidade se dá, de toda maneira, entre duas vertentes: de um lado a defesa do progresso; de outro, a da denúncia social. Assim, mesmo que venha a contradizer a pregação do desenvolvimento econômico, a denúncia social continua a se fazer presente nas páginas dos ensaios de Euclides (uma eventual contradição não eliminaria suas críticas sobre as condições de vida no interior amazônico). É lícito, igualmente, assinalar que na obra de Euclides o desenvolvimento da Amazônia – sua inserção na história – apresentar-se-ia justamente com o formato de redução das discrepâncias e injustiças sociais. Afinal, com o pondera Ventura, “fora da história e da geografia, o sertão tornou possíveis atos de violência e barbárie, com o massacre dos conselheiros, o cárcere dos seringueiros e a destruição das matas e das florestas”¹⁵⁵. Assim sendo, a inserção na história não permitiria tão somente o desenvolvimento econômico, mas também a melhoria na vida da população local. De resto, impõe-se admitir – com o verem os fatos adiante – que Euclides incorreu em alguns erros de análise, derivados, mais uma vez, de sua visão da questão racial e do exacerbado em prego de argumentos científicos.

Todavia, antes que se proceda à análise dos argumentos contidos em *A Margem da História*, torna-se relevante um breve recapitulação da trajetória de Euclides no campo da crítica social. É essa preocupação com as desigualdades que vai conduzi-lo a professar um liberalismo humanitário, e por vezes manifestar adesão a alguns princípios do socialismo – atitude que é importante elemento para a interpretação de seus textos sobre o seringueiro.

Em 1º de maio de 1904, dia do trabalho, e pouco antes de ser nomeado chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, Euclides publicou em *O Estado de São Paulo* artigo “Um Velho Problema”, no qual expõe sua visão da desigualdade social e das doutrinas políticas que a envolviam com batê-la. A relevância do artigo repousa principalmente na circunstância de o escritor apresentar reflexões sobre o pensamento marxista. Para alguns autores esse artigo atesta que Euclides, desiludido com os rumos da República, passou a professar o credo socialista¹⁵⁶ – apesar

¹⁵⁵ Ventura, Roberto. “Os Sertões entre dois centenários”. In: Madeira, Angélica e Vebo, Mariza, op. cit., p. 113.

¹⁵⁶ “Fizera-se um republicano e, por fim, sentindo-se desprezado pela República, apeara para o socialismo marxista”. In: Rabeb, Sílvia. Euclides da Cunha, op. cit., p. 463.

de, com o verem os, recusar alguns dos princípios basilares da doutrina, com o a idéia de revolução. Em "Um Velho Problema", desferiu críticas ao sistema capitalista e não esconde sua admiração pelas proposições do socialismo científico voltadas à proteção do trabalhador. Contudo, com partilham os o entendimento de que a aceitação apenas fragmentária das teses dos autores socialistas impede que se considere Euclides um marxista.¹⁵⁷

Tomando com o ponto de partida a fome e a indigência de parcela considerável da população, Euclides da Cunha observa que os avanços políticos trazidos pela Revolução Francesa – um dos ícones dos republicanos brasileiros – não tiveram com o contrapartida a eliminação das discrepâncias sociais. Ao revés, os privilégios da nobreza teriam apenas sido substituídos pela instituição da propriedade burguesa:

"Por isto, a breve trecho, se patenteou a inanidade das reformas executadas: ao invés de um número de privilegiados, nos quais o egoísmo se atenuava com as tradições cavaleirescas da nobreza, um outro, formado pela burguesia vitoriosa, mais inapta ainda a compreender a missão social da propriedade, ávida por dominar livre na arena que se lhe abria, e tomando maior o contraste entre a sua opulência recente e a situação inalterada do proletariado sem voto (...)"¹⁵⁸

Essa observação prepara o terreno para a defesa de alguns princípios característicos do socialismo científico. Euclides, descrente das revoluções burguesas, conclui que fenômenos como o ocorrido na França em 1789 não ultrapassaram os limites das palavras de ordem, pouco representando em termos de transformação da vida dos trabalhadores. Citando Karl Marx, assevera que foi "com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, com premissas e positiva"¹⁵⁹. Sua admiração pelas concepções marxistas advém do rigor científico e do método lógico que lhe serviam de aparato. Importava, para Euclides, a objetividade e o lastro teórico que embasavam o marxismo.

¹⁵⁷ "Não se pode afirmar, em consciência, haver sido Euclides da Cunha um socialista, muito menos um marxista". Cf. Moura, Clóvis, op. cit., p. 109.

¹⁵⁸ Cunha, Euclides. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 217.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 218.

Nesse sentido, aponta as características que reputava fundamentais no socialismo científico: "Nada de idealizações: fatos; e induções inabaláveis, resultantes de uma análise rigorosa dos materiais objetivos; e a experiência e a observação, adestradas em lúcido tirocínio ao través das ciências inferiores; e a lógica inflexível dos acontecimentos (...)"¹⁶⁰

A admiração de Euclides pelo marxismo não se detém, todavia, no burocrático suposto objetivismo científico que fundamentava a doutrina. Esse respeito seria natural em Euclides, cuja formação positivista tendia a valorizar o conhecimento factual e a coerência lógica das idéias. O escritor vai mais além, deixando clara sua adesão às concepções socialistas voltadas para a valorização do trabalho. A sinala, por exemplo, que a "fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho". Em seguida, afirma: "Dá aí uma conclusão irreduzível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação"¹⁶¹.

A partir da asserção de que "o capital é uma espoliação", Euclides passa a criticar de maneira contundente o capitalismo, num tom quase panfletário. Observa que a "exploração capitalista é assim brocante clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina"¹⁶², num indício de que de fato havia lido Marx, dada a similitude de seus argumentos com os do pensador alemão. Mais adiante, pondera que "neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, merecido o salário insuficiente, que se conserve tão bem com os seus aparelhos metálicos"¹⁶³. Essa exploração impiedosa do trabalhador na economia capitalista justificaria, segundo Euclides, os dois princípios basilares do socialismo científico, a socialização dos meios de produção e circulação e a posse individual somente dos objetos de uso.¹⁶⁴

O desfecho de "Um Velho Problema" não deixa dúvidas quanto ao entusiasmo de Euclides por alguns dos itens que compunham o ideário

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*, p. 219.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

socialista. Em sua opinião, o poder dos trabalhadores seria enorme, bastando que cruzem os braços para "abalar a terra inteira".¹⁶⁵ Contudo – e este é um ponto fundamental quando se discute se o escritor era ou não efetivamente marxista – Euclides demonstra preferência pelos processos reformistas, não se mostrando adepto de revoluções e insurreições violentas. Em suas palavras, "o caráter revolucionário do socialismo está apenas no seu programa radical. Revolução: transformação. Para a conseguir, basta-lhe erguer a consciência do proletário", já que o seu triunfo seria "inevitável". Esse triunfo seria garantido pelas "leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranqüilo das ciências e das artes".¹⁶⁶ A mobilização dos trabalhadores seria o passo fundamental para a melhoria de suas condições de vida.

Nesse sentido, ao negar a revolução com o mecanicismo principal de transformação da sociedade, Euclides deixa claro que sua adesão às teses socialistas restringe-se à defesa do trabalhador e à distribuição equitativa das riquezas. Não se trata, logo, de um marxista, por negar a necessidade da revolução e tão pouco aludir ao surgimento de uma sociedade comunistas. A melhoria nas condições de vida deveria ocorrer de forma gradual, sem rupturas bruscas. A que se apresenta, novamente, a influência das concepções evolucionistas, que preconizam a transformação constante e paulatina da sociedade: "O caso de Euclides é bastante sintomático. O autor interpreta a idéia socialista nos estreitos parâmetros do evolucionismo, sob a égide do princípio lapidado do positivismo – "conservar melhorando". A instância privilegiada da ação política seria a das reformas da legislação, conduzidas a um aperfeiçoamento progressivo".¹⁶⁷

A defesa de reformas sociais se faz presente também num texto menos conhecido. Trata-se de um pequeno manifesto intitulado "Programa de O Proletário e Mensagem aos Trabalhadores", publicado no jornal "O Proletário" em 1º de maio de 1899, exatamente cinco anos antes que o artigo "Um Velho Problema" aparecesse em O Estado de São Paulo. Os dois textos foram publicados, sugestivamente, no dia do trabalho. O "Programa de O Proletário", redigido por Euclides, com põe-se de vinte um pontos, nos

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 220.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ Sevcenko, Nicolau, *op. cit.*, p. 151.

quais se destacam princípios de base socialista. Euclides propõe “in postos diretos e pesadíssimos sobre a renda”, defende a criação de tribunais arbitrais “para decidir as questões entre patrões e operários”, propugna pela jornada diária de oito horas e proibição do trabalho noturno, prega a edição de “leis repressivas contra os usurários” e a “nacionalização do crédito”, além de propor a “reivindicação dos bens do clero para a comunhão social”.¹⁶⁸ Na “Mensagem aos Trabalhadores”, Euclides refere-se à “reabilitação do proletariado” pela valorização do trabalho e sua justa remuneração. Reitera, ainda, que o propósito do clube “Filhos do Trabalho” – responsável pela edição do jornal *O Proletário* – é o de “divulgar os princípios essenciais do programa socialista, empenhando-se em difundir-lhes entre todas as classes sociais”.¹⁶⁹

Não se pode negar, por conseguinte, o escopo reformista das proposições de Euclides. Suas convicções republicanas e a simpatia pelas “leis positivas” do socialismo científico revelam a insatisfação com o quadro social brasileiro – cuja transformação, com o vim os, deveria se dar progressivamente, e não pela via revolucionária, no que destoava da doutrina marxista. Os Sertões, trazendo ao público a miséria do sertanejo, tornou-se um “livro vingador” ao contribuir para que se repensasse as bases da República e a situação de precariedade em que viviam as populações do interior do Brasil. A viagem à Amazônia, por sua vez, ofereceu a Euclides a oportunidade de efetuar a crítica social da situação de outro personagem esquecido: o seringueiro. Nas páginas em que retrata a vida do trabalhador da floresta amazônica, Euclides deixa transparecer sua preocupação com os rumos daquela “terra sem história”.

É ainda no capítulo de abertura de *A Margem da História* – “Impressões Gerais” – que Euclides vai veicular uma forte denúncia da situação social do seringueiro. O painel físico-climático da região é, logo, o pano de fundo de um cenário social dramático.

O seringueiro, geralmente vindo do Nordeste em busca de melhores padrões de vida, encontrava nos confins da Amazônia uma situação de

¹⁶⁸ Cunha, Euclides da. “Programa de *O Proletário* e *Mensagem aos Trabalhadores*”. In: *Obras Completas*, v. 1, cit., p. 578-579.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 579.

sem escravidão. A violência pareceu a Euclides a linguagem básica das relações sociais no interior amazônico. Segundo o escritor, é à entrada de Manaus que o imigrante efetuará a transição para sua nova condição social. A ida à Amazônia não representaria um a etapa melhor de sua vida, daí a referência a Manaus com o sendo um "luzete de almas", onde o nordestino abdicaria das ilusões que motivaram sua viagem: "À entrada de Manaus existe a belíssima ilha de Marapatá - e essa ilha tem uma função alarmante. É o mesmo original dos luzetes - um luzete de almas! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência".¹⁷⁰

Do ponto de vista histórico a situação social apresentada por Euclides destoa do progresso econômico vivido pela região amazônica. A exploração da borracha atingia seu auge no limiar do século XX, e cidades como Manaus simbolizavam esse surto de prosperidade e riqueza, travando contato direto com metrópoles européias, seja do ponto de vista cultural, seja por intermédio de transações financeiras e comerciais. O instrumento da exploração do látex, o seringueiro, era o pólo frágil desse sistema que levava para a Amazônia os interesses do capitalismo internacional.¹⁷¹

Euclides descreve o trabalho no interior da floresta com traços fortes:

"É que, realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castilhas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desajustado egoísmo".¹⁷² Em seguida, justifica o seu raciocínio com uma definição contundente do que enfrentava o seringueiro: "(...) o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se".¹⁷³

¹⁷⁰ *Ibidem*. À Margem da História, cit., p. 12.

¹⁷¹ Celso Furtado realça as difíceis condições de vida dos seringueiros: "Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Demais, os perigos da floresta e a insalubridade do meio encurtavam sua vida de trabalho". *In*: Furtado, Celso, op. cit., p. 134.

¹⁷² Cunha, Euclides da. À Margem da História, cit., p. 13. Euclides volta a mencionar a crueldade do sistema de trabalho à pág. 35, valendo-se de termos semelhantes: "Aguardava-as e ainda as aguarda, bem que numa escala menor, a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano".

¹⁷³ *Ibidem*.

Euclides procede, então, à enumeração dos mecanismos os que enredam o seringueiro num sistema em que seu trabalho, por mais intenso que seja, não o livra da condição de devedor. Desde sua partida é obrigado a contrair dívidas com o patrão: transporte, habitação, alimentação, vestuário, instrumentos de trabalho, tudo passa a ser contabilizado com o passivo perante o barracão senhorial. As dificuldades para saldar o débito se avolumam em razão das características climáticas da região, cujas enchentes obstam a extração do látex durante parte considerável do ano. A conjugação desses fatores subjugam o seringueiro e o vinculam ao comando dos senhores da borracha.

A situação se reveste de maior gravidade, com o assinala Euclides, em função dos contornos jurídicos desse sistema de organização do trabalho. Nos seringais existiam "Regulamentos" que fixavam por escrito "cousas assombrosas"¹⁷⁴, com a obrigação de que o trabalhador só pode efetuar compras no barracão do patrão, sob pena de ser multado, ou de que as benfeitorias feitas em sua casa não ensejariam qualquer direito de indenização quando da mudança do morador. Essa precária situação fazia com que o seringueiro não se sentisse preso ao local, senão em virtude das dívidas que contrairia. A final, só a quitação de seu débito – tomada inviável por seu crescimento ininterrupto – recuperaria a liberdade perdida já à entrada de Manaus, no "buzeteiro de almas" onde o imigrante renunciaria à sua consciência.

O drama do seringueiro leva Euclides a exortar o poder central a agir em benefício daqueles trabalhadores: "Esta resenha com portaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dele ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilita o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma a qualquer do homem que o consorcie definitivamente à terra".¹⁷⁵

As duras reflexões acerca da situação social do seringueiro não afastam, entretanto, alguns erros de avaliação que derivam das concepções filosóficas perfiladas por Euclides. Em bora presente de forma cristalina

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 14.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 16.

o funcionamento do sistema de exploração do seringueiro, o escritor não se escusa de ensaiar uma explicação etnográfica para as mazelas do imigrante nordestino. Trata-se de um esboço de explicação, porque Euclides dedica-lhe passagens episódicas. A primeira delas consta das "Impressões Gerais" que abrem *À Margem da História*.

Em um único parágrafo, Euclides assevera: "Agora vede o quadro real. Aquele tipo de lutador é excepcional. O homem de ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sem preadoece, merecida a incontinência generalizada".¹⁷⁶ Os contrastes dessa passagem são surpreendentes. A explicação de Euclides é sumária, destacando apenas a "imprevidência característica de nossa raça", em mais um reflexo de sua visão determinista. Seu raciocínio não impede a inferência de que a mistura de raças que resultou no sertanejo é o elemento causador dessa fraqueza, a imprevidência. Assim, o fator racial passa a ser uma das forças que tornam mais precária a situação do trabalhador: além da criminoso organização do trabalho, a raça – e a imprevidência que dela resulta – vem a acentuar as fraquezas do seringueiro.

É importante assinalar que em *À Margem da História* a explicação etnográfica encontra-se em um acanhamo superficial, já que Euclides não se aventura numa reflexão mais profunda sobre os condicionamentos raciais do seringueiro. Sua preocupação básica é pôr de manifesto a escravização do trabalhador da Amazônia pelo sistema de exploração de mão-de-obra que ali se instaurou. Mas uma interpretação de seu discurso etnográfico é passo necessário para a avaliação dos argumentos fixados em *À Margem da História*.

4.3 – O DISCURSO ETNOGRÁFICO : O SERTANEJO

O povoamento da Amazônia após o surto de exploração do látex, a partir do final do século XIX, teve com o protagonista principal o imigrante nordestino. O "clima calunioso" da Amazônia ofereceria, no entanto, poucas possibilidades de progresso para o trabalhador recém-chegado. No início de *À Margem da História*, Euclides apresenta uma imagem expressiva

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 14.

do que significa a migração do sertanejo: já na ilha de Marapata, próxima a Manaus, o viajante abandonaria sua consciência. Com o se percebe ao longo da obra, essa abdicação da consciência é um mecanismo que propiciará a adaptação do migrante ao isolamento e à sua própria "escravização". Despojado de sua consciência, o nordestino sofreria paulatinamente com o enfraquecimento de suas forças morais.

Euclides refere-se à ocorrência de um "desfalecimento moral"¹⁷⁷, resultado do contato com o ambiente inóspito e com um clima que fustiga as energias do ser humano. Uma metáfora é empregada para ilustrar esse quadro: o sertanejo torna-se um exilado conforme vai penetrando aquele "paraíso tenebroso". As noções de "exílio", "expatriado" e "deserto" aparecem com frequências nos ensaios azônicos de Euclides. Seu objetivo é o de dimensionar a distância que separa aquelas populações das regiões centrais do Brasil, além de dar cores mais fortes à empreitada a que se dedicam os migrantes. Ademais dos percalços da natureza, o próprio clima encarregar-se-ia de selecionar os mais aptos. O nordestino, habituado às intempéries, emigria assim com o responsável pelo povoamento de um território em que as moléstias dificultam a sobrevivência humana: "O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cum prindo, sem o saberem, uma das maiores presas destes tempos. Estão ansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável"¹⁷⁸.

Euclides recorre ao evolucionismo para explicar o fenômeno do povoamento da Amazônia. A seleção natural puniria os organismos despreparados para enfrentar as doenças e o clima causticante. Os nordestinos, com suas almas "disciplinadas pelos reveses", estariam preparados para a tarefa de ocupar o vazio da floresta. O custo, todavia, seria alto: o desfalecimento moral, o abandono da consciência, o exílio, e o trabalho que, paradoxalmente, leva à servidão.

Os custos do povoamento da Amazônia, pagos pelo nordestino, seriam agravados em razão da própria desorganização do processo de

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 28.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 30.

imigração. Euclides ressalta que “não se conhece na história exemplo mais gozante de imigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto a que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levadas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará para aquele recanto da Amazônia”.¹⁷⁹

Essa desorganização faria com que o povoamento do Acre se apresentasse com o “um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso”.¹⁸⁰ Euclides ataca a ausência de planejamento do povoamento movido pela constatação de que as populações que migram para a Amazônia o fazem em razão do flagelo da seca. Seria a “escassez de vida” do Nordeste que impulsionaria o fenômeno – o nordestino vai à Amazônia para se foragir das mazelas de sua própria região. É a partir dessa premissa que Euclides avança na discussão racial, formulando um discurso etnográfico contraditório sobre o nordestino.

Com o viés anterior, Euclides buva a empreitada levada a cabo pelo nordestino. Sua tese é a de que ele, acostumado às dificuldades de adaptação a um clima rude, mostra-se capaz de arrostar os desafios de povoamento da Amazônia, podendo sobreviver ao crivo da seleção natural. Em seguida, após criticar a desorganização do processo migratório, Euclides parece seguir outra trilha, impugnando o caráter benéfico da imigração nordestina a partir de argumentos estritamente raciais.

Euclides registra que os imigrantes resultariam de uma “seleção natural invertida”: “(...) todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, com o rebotalho das gentes, para o deserto”.¹⁸¹ Neste momento o nordestino não é mais visto com o um bravo predisposto a suportar as agruras do clima amazônico. Ao revés, os imigrantes representariam o “rebotalho das gentes”, enviado pelos poderes públicos para a Amazônia com o objetivo de minorar os efeitos das secas. Caso contrário, aquela população de “famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas”, “bárbaros oribundos que infestavam

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 33.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*.

o Brasil", poderiam encher as cidades do litoral nordestino.¹⁸² A política governamental consistiria em se desvencilhar do problema remetendo a população excedente do Nordeste para a Amazônia: "Abarratavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia - vastíssima, despovoada, quase ignota - o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria".¹⁸³

A mudança no discurso de Euclides é evidente. Num momento o espírito dos nordestinos é visto com o "heróico" e sua alma se apresenta "disciplinada pelos reveses". Ademais, seus "organismos robustos" garantiriam o triunfo da campanha de povoamento da Amazônia.¹⁸⁴ Em seguida, esse "rebotinho das gentes" é tomado apenas com o produto de uma seleção natural invertida, capaz de "malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo".¹⁸⁵ Essa contradição é mais um exemplo do dualismo que marca o pensamento de Euclides. O observador que testemunha a inórcia em preta dos nordestinos tende a buvar os imigrantes; já o escritor que se ampara nos referenciais teóricos das correntes filsoóficas européias é um pessimista quanto à miscigenação.

Convém destacar que a alusão ao "rebotinho das gentes" é o mote que Euclides utiliza para atacar a política governamental de povoamento da região. O papel dos poderes públicos se cingiria ao envio das populações à região. Após isso, via-se o abandono: "Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão do brossíssima e única de desaparecerem".¹⁸⁶

A conclusão de Euclides é, também ela, paradoxal. Após referir-se às condições das populações que migravam para a Amazônia - marcadas pela fome e pela doença: "famintos", "febrentos", "variolosos" - , volta a manifestar surpresa com o resultado do processo de povoamento. A severa que, malgrado o descaso governamental, "as populações transplantadas se

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 29-30.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 34.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

fixam, vinculadas ao solo; o progresso demográfico é surpreendente – e das cabeceiras do Juruá à confluência do Afunã alonga-se, cada vez mais procurada, a terra da promessa do Norte do Brasil”.¹⁸⁷ Ao afirmar a possibilidade de povoamento da Amazônia, apesar do clima pouco propício, refutava o juízo de Chandless, que via com pessimismo as condições de habitabilidade da região.¹⁸⁸

Talvez a contradição seja apenas aparente, e Euclides saliente que é o “rebotalho das gentes” que vai à Amazônia apenas para, por contraste, dar mais destaque ao resultado do processo: o nordestino faminto e doente que chega à floresta é capaz, sem qualquer auxílio governamental, de levar adiante o povoamento e exploração das riquezas da região. É desse fenômeno – o fraco que vence o ambiente inóspito – que emerge o heroísmo do sertanejo. De toda maneira, o discurso etnográfico que permeia *À Margem da História* não se apresenta coerente. Seu grau de objetividade é mínimo, resultando numa escala de impressões subjetivas do observador e da aplicação aleatória de teses evolucionistas. Na verdade, o discurso etnográfico mostra-se mais literário do que propriamente científico, daí resultando as contradições apontadas.

4.4 – O DISCURSO ETNOGRÁFICO: O CAUCHEIRO

Após as reflexões iniciadas em “Impressões Gerais”, Euclides mantém a conciliação entre o discurso etnográfico e a crítica social. Já no relatório oficial da Comissão de Exploração do Alto Purus se aludia à existência, naquela região, de duas sociedades, a dos caucheiros e a dos seringueiros. Nesse texto, todavia, Euclides não desenvolve maiores considerações, atendo-se à nota distintiva entre as duas sociedades: enquanto o caucheiro peruano é nômade, por explorar a castiça elástica – cuja goma não se renova –, o seringueiro é sedentário, podendo dedicar-se à extração do látex que periodicamente se renova.

Em *À Margem da História* também o caucheiro merece uma análise sociológica original. Ele é visto como um desbravador que transpõe os

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ Reis, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 122.

obstáculos geográficos, notadamente os Andes, para atingir o Alto Purus. Suas dificuldades não se cingiam, porém, à superação das barreiras naturais, já que as áreas de exploração do caucho eram povoadas por tribos indígenas que se antagonizavam com os peruanos. O combate aos índios modelava o caráter do caucheiro, visto por Euclides com o dotado de bravura e coragem. O interesse pela figura do caucheiro não decorria apenas da circunstância de ser ele o símbolo da penetração dos peruanos no Acre. Em verdade, ali transcorreria um embate de maiores proporções, envolvendo o que Euclides denomina de "civilização" (representada pelos brasileiros, peruanos e bolivianos) e as tribos indígenas.

Nos artigos publicados em 1904 em O Estado de São Paulo, Euclides insistia em que o choque entre interesses brasileiros e peruanos era um episódio da "concorência vital" entre os povos. Os confrontos entre caucheiros peruanos e índios no Alto Purus não fugiria à regra, consistindo também numa disputa pela sobrevivência. O caucheiro seria impulsionado pelas forças da civilização, e a satisfação de seus objetivos dependia da superação do obstáculo indígena: "E os caucheiros aparecem com os mais avançados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos".¹⁸⁹

Com o se depreende do excerto transcrito, Euclides percebe a complexidade do problema e se recusa a reduzi-lo à dialética entre civilização e barbárie. A final, os próprios elementos representativos da civilização levariam a cabo o extermínio dos "mais interessantes aborígenes sul-americanos". Assim como em Os Sertões a civilização supostamente consubstanciada nas forças militares da República engendrou o massacre de Canudos - o que tornou a obra um "livro vingador", de denúncia -, também nos ensaios sobre a Amazônia Euclides trabalhou cautelosamente com a ideia de "civilização". A exploração da mão-de-obra do seringueiro e a dizimação de tribos indígenas expõem, ao contrário, os efeitos nocivos que os interesses da civilização levavam ao interior amazônico. Em seus textos resta claro que "a civilização engendra a sua própria antítese: uma barbárie moderna, mais perigosa e desumana do que a barbárie pré-moderna, e que só pode ser superada

¹⁸⁹ Cunha, Euclides da. *A Margem da História*, cit., p. 42.

por meio da própria civilização, que deve incorporar elementos das com batidas culturas tradicionais”¹⁹⁰

O caucheiro, com o nômade, é mais um agente destruidor do que um suporte da civilização. Seu cotidiano é o de derrubar a árvore, extrair sua riqueza e abandonar a área devastada. Euclides pondera: “Assim, entre os estranhos civilizados que ali chegam de arrancada apenas para ferir e matar o homem e a árvore, estacionando o tempo necessário a que ambos se extingam, seguindo a outros rumos onde renovam as mesmas tropéias, passando com o um a vaga devastadora e deixando ainda mais selvagem a própria selvageria – aqueles bárbaros singulares [os índios] patenteiam o único aspecto tranqüilo das culturas”¹⁹¹

O contraste entre civilização e barbárie não é nítido. A final, Euclides reporta-se aos “estranhos civilizados” cuja missão é destruir (“vaga devastadora”). Contrariamente, os “bárbaros singulares” simbolizariam o “único aspecto tranqüilo das culturas”. Aparentemente, logo, houve uma inversão da carga semântica dos termos “civilização” e “barbárie”, o primeiro denotando a ação devastadora do caucheiro, e o segundo indicando o único elemento de estabilidade naquele cenário de disputa vital.

Ademais, desse choque entre bárbaros e civilizados não resulta uma síntese possível. Sérgio Paulo Rouanet sugere, com o chave explicativa do dualismo modernidade/barbárie em Euclides, a ideia de “dialética negativa” com o apresentada por Adorno: uma dialética “capaz de manter a contradição em toda a sua virulência, uma dialética sem síntese, em que os dois pólos permanecessem inconciliáveis”¹⁹². Dessa maneira, em Euclides teríamos a dicotomia entre modernidade e a barbárie – e sua fé repousaria na modernidade, explicitada pela ciência e pelo progresso técnico. Essa crença na modernidade constituiria a primeira vertente da “dialética negativa” do pensamento euclídiano. A segunda vertente seria o que Rouanet denomina de “modernidade enquanto barbárie”¹⁹³ – isto é, as forças

¹⁹⁰ Zilly, Berthold, op. cit., p. 128-129.

¹⁹¹ Cunha, Euclides da. *A Margem da História*, cit., p. 45.

¹⁹² Rouanet, Sérgio Paulo. “O Sertão da Dialética Negativa”. In: *Folha de São Paulo*, Caderno “Mais”, 1º de Dezembro de 2002, p. 12.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 12-13.

supostamente civilizatórias com o motor da barbárie, o que em *À Margem da História* se revela tanto no caucheiro que dizimava a floresta e atacava as tribos indígenas com o no senhora da borracha que explorava impiedosamente a força de trabalho do seringueiro.

O dualismo civilização/barbárie ultrapassa, em Euclydes, a análise do caucheiro. A integralidade de seu pensamento parece estar ancorada, de forma implícita ou explícita, nesses dois pólos. Berthold Zilly destaca que uma das temáticas mais caras a Euclydes, a construção do Estado nacional, leva em consideração a existência de um litoral civilizado e um interior – o sertão, a Amazônia – ainda em estágio pré-civilizado. Mas não se trata de propor simplesmente que o litoral avance para o interior com seus valores e práticas: “Po isto interior pode ser incivilizado, mas ele é típico e autêntico, mais nacional do que as cidades e o litoral, que são civilizados, porém demasiado internacionalizados”.¹⁹⁴ Dilui-se, assim, o sentido tradicional da oposição litoral-interior, desobscurendo-se para o interior o potencial de construção da nacionalidade brasileira.

A visão positiva do caucheiro – e todo o discurso etnográfico que Euclydes formula em torno desse personagem – é consequência sobretudo da admiração por suas qualidades de desbravador. Assim, o explorador da castanha é um nômade, cuja vida em constante perigo face a face com diversos perigos, e que encontra no indígena sua antítese. O brigado a bater-se com os silvícolas, o caucheiro desafia o perigo continuamente. Esse entusiasmo literário pela figura do caucheiro está vazado em trechos com o seguinte: “Há, realmente, neste lance, um traço com ovente de heroísmo. O homem perdido na solidão absoluta vai procurar o bárbaro, levando a escolta única das dezotoitobalas de seu rifle carregado”.¹⁹⁵ Para que o leitor melhor visualize a audácia do caucheiro, e sua argúcia em se aproveitar do descuido do inimigo, Euclydes mostra-se preocupado em narrar os detalhes que cercam esse cotidiano de enfrentamento. A “conquista” dos indígenas pelos caucheiros parece ser um dos corolários da seleção natural que é, também ali, implacável.

Todavia, esse processo de disputa pela sobrevivência, na Amazônia, mostrou-se a Euclydes tão cruel a ponto de as páginas de *À Margem da*

¹⁹⁴ Zilly, Berthold, *op. cit.*, p. 123.

¹⁹⁵ Cunha, Euclydes da *À Margem da História*, *cit.*, p. 43.

Historia se limitarem à aplicação assistemática de teses evolucionistas àquela região. O cientista perdeu espaço, neste momento, ao crítico social. O autor deixa claro que o drama humano que se desenrola nas áreas de exploração do caucho e da borracha requerem a percepção que vá além da frívolização dos pressupostos darwinistas e deterministas.

Assim, Euclides salienta que "o drama real que se desenrola é quase inconcebível para o nosso tempo", referindo-se a "uma série indefinida de espoliados".¹⁹⁶ Essas populações - vítimas da riqueza trazida pela borracha - trabalham anos a fio, sofrem com as moléstias típicas da região e, por fim, "extinguem-se no absoluto abandono".¹⁹⁷ Com o visto, o drama na Amazônia não atingia apenas o seringueiro, afetando também as populações indígenas, cujo trabalho era duramente explorado pelos caucheiros.

Podemos retomar, então, a discussão relativa à dialética entre civilização e barbárie que pautou as ponderações de Euclides. A princípio, o caucheiro parece ser o representante do processo civilizatório, já que é ele quem está integrado aos interesses fundamentais da modernidade e do capitalismo. O que impulsiona sua ação é a racionalidade instrumental e a busca incessante do lucro. A barbárie, ao revés, estaria consubstanciada no atraso das populações indígenas, alheias às possibilidades contidas nas riquezas naturais da floresta. A organização do trabalho que se impõe à força, contudo, inverte os pólos dessa relação. Com o tempo, ali parece operar uma "dialética negativa", em que a civilização se torna barbárie, por meio da escravização e do extermínio dos indígenas.

O caucheiro, portanto, revela em suas ações uma ambigüidade essencial, expondo a faceta obscura da civilização. A narrativa de Euclides apresenta, nessa esteira, dois níveis distintos. No primeiro, o da perspectiva positiva, procura-se realçar as qualidades do caucheiro, sua coragem e destemor em enfrentar os desafios trazidos pelo ambiente inhóspito. No segundo são acentuados os traços negativos do caucheiro, e a tônica recai sobre a barbárie perpetrada contra os indígenas. O conflito entre essas duas perspectivas desperta Euclides para a dificuldade em se classificar esse personagem contraditório da Amazônia. Convém reproduzir suas

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 47.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

palavras: "Realmente, o caucheiro não é apenas um tipo inédito na história. É, sobretudo, antinômico e paradoxal. No mais pomposo quadro etnográfico não há um lugar para ele. A princípio figura-se nos um caso vulgar de civilizado que se barbariza, num recuo espantoso em que lhe apagam os caracteres superiores das formas primitivas da atividade".¹⁹⁸

Esse "tipo inédito na história", com suas ambigüidades e contradições, diluía a fronteira tradicional entre a civilização e a barbárie. É um caso de civilizado que se barbariza. Essa constatação explicita a consciência que Euclides tinha das forças obscuras que subjazem à modernidade. Apesar de sua crença no progresso e na força da razão, que persistiu ao longo de toda a sua vida, ele pôde divisar os contrastes sociais provocados pela penetração do capitalismo naquela "terra sem história".

A confissão de Euclides de que não há espaço para o enquadramento do caucheiro nos moldes etnográficos tradicionais torna-se mais clara conforme ele avança em seu esforço analítico. O fato de o caucheiro combinar elementos da civilização e da barbárie não significa que suas ações sejam instáveis ou que careçam de racionalidade. Ele não é civilizado e bárbaro em função de uma indefinição fundamental de personalidade. Antes, resta claro que seu lado "bárbaro" está a serviço de seus interesses econômicos, isto é, de seu lado "civilizado". O bárbaro aflora para dar eficácia aos interesses do civilizado.

Euclides expõe esse raciocínio na seguinte passagem :

"É um caso de mimetismo psíquico de homem que se finge bárbaro para vencer o bárbaro. É o caballeo selvagem, consoante as circunstâncias. O dualismo curioso de quem procura manter intactos os melhores ensinamentos ora ao lado de um amoral fundado especialmente para o deserto - reponta em todos os atos de sua existência revoltosa. O mesmo homem que com invejável retidão esforça-se por satisfazer os seus compromissos, que às vezes sobem a milhares de contos, com os exportadores de Iquitos ou Manaus, não vacila em iludir o pérfido miserável que o serve, em alguns quilômetros de semana biordinária; ou passa por vezes

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 48.

da mais refinada galanteria à máxima brutalidade, deixando em meio um sorriso cativante e um sorriso inpecável, para saltar com um rugido, de cuilbrebrilhante em punho, sobre o indobdesobediente que o afronta”¹⁹⁹

A fim de tornar mais nítida a ambivalência do caucheiro – ora civilizado, ora bárbaro – Euclides o compara aos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil. Para ele, o bandeirante age de acordo com uma lógica inexorável: é sempre brutal. O caucheiro, por seu turno, não tinha essa coerência em suas ações, podendo ser, consoante suas conveniências, bárbaro ou civilizado. Com o, então, defini-lo? Euclides é sintético: “É o homúnculo da civilização”.²⁰⁰ O caucheiro, em sua inconstância, despende energias durante anos nos confins da floresta para, em meses, esgotar todos os seus recursos numa viagem a Paris. Na metrópole européia, como destaca Euclides, nada denuncia sua origem e seu lado nômade e bárbaro. Tensionado pelos dois pólos de sua personalidade contraditória – o lado civilizado e o lado bárbaro – é capaz de se revestir da persona que melhor lhe convém. Ante o indígena ele é bárbaro, já que é “um homem que se finge de bárbaro para vencer o bárbaro”.²⁰¹ Em Paris se esmera em atos de elegância, manifestando seus dotes de civilizado.

Resta claro que o embate entre os caucheiros e as populações locais não é regido por nenhum tipo de regra. Com toda etapa da concorrência vital, a preponderância é dos mais fortes: “Não há leis. Cada um traz o código penal no rifle que sobraça, e exercita a justiça a seu alvedrio, sem que o chamem a contas”.²⁰²

A apreciação final de Euclides sobre a presença dos caucheiros no Acre não é positiva, em razão fundamentalmente de seu modo de vida dos peruanos que exploram a castíla acarretaria “a desorganização sistemática da sociedade”, já que a inexistência de apego à terra – e a voracidade com que se lançam em busca de novas árvores – provocaria “uma involução lastimável no homem perpetuamente arredio

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 48-49.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 49.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 48.

²⁰² *Ibidem*, p. 50.

dos povoados, enante de rio em rio, de espessura em espessura, sem pre em busca de um amata virgem onde se oculte ou se homizie com o um foragido da civilização".²⁰³

Ao enunciar sua conclusão Euclides se refere ao caucheiro com o um "foragido da civilização". À luz do que já fora assinalado, podem os consignar a essa afirmação o mesmo significado da assertiva segundo a qual o caucheiro é o civilizado que se barbariza. Foragir-se da civilização não é renunciar a ela: o caucheiro enfrenta os perigos da floresta com o propósito de enriquecer e retornar à civilização com um novo status. Sua riqueza permitirá, segundo o exemplo apresentado por Euclides, ir a Paris, um dos centros da civilização, abandonando a nudeza que lhe permite sobreviver na Amazônia.

"Tipo inédito na história", "homúnculo da civilização", "civilizado que se barbariza", "foragido da civilização": essas designações, que Euclides utiliza em seu discurso sobre o caucheiro, dão conta da contraditória personalidade desse personagem. Ao apresentá-lo, o autor não se adstrito aos fundamentos científicos da etnografia: seu texto é eminentemente literário, ainda que não lhe faltam detalhes de observação que caracterizam o estilo científico. Com o escritor, foi tomado pela complexidade do personagem, nele revelando todos os traços do expressionismo identificado por Gilberto Freyre.

4.5 – O JUDAS A HASVERUS

Já no início de *A Margem da História* Euclides da Cunha delineia o panorama desalentador em que vive o seringueiro, protagonista do drama humano que afeta a Amazônia. Esse imigrante nordestino viveria o paradoxo de trabalhar para escravizar-se, ensejando a denúncia do sistema de organização do trabalho que envolvia a exploração da borracha.

Os contornos do drama do seringueiro encontram sua melhor expressão na descrição da rotina do Judas Ahasverus. Além da relevância propriamente estilística, esse segmento de *A Margem da História* é um valioso registro sociológico da vida do seringueiro. O mito do "Judas Ahasverus",

²⁰³ *Ibidem*, p. 67.

com um na Idade Média, envolve um personagem – Ahasverus – condenado a uma vida errante até o fim dos tempos, resultado de “uma culpa irremissível, ou do gesto impiedoso para com aquele que ia morrer crucificado”.²⁰⁴ Milton Hatoum sublinha que a vida errante de Ahasverus guarda semelhança com a vida de Euclides, cuja ânsia por movimento e novas paragens foi decisiva em sua viagem a Canudos e à Amazônia. Dois aspectos da lenda de Ahasverus teriam interessado a Euclides: o pecado sem redenção e a fatalidade do destino.²⁰⁵

A vida penosa do seringueiro no labor das “estradas”, onde se empenhava na exploração do látex, pareceu a Euclides representar com propriedade o drama de Ahasverus. Condenado a trabalhar para escravizar-se, sem perspectiva de futuro, o seringueiro é relegado ao abandono e à sua própria sorte. Seu pecado primordial – a ambição – torna-o um ímpio, sujeitando-o às vicissitudes de um destino cruel. Esse destino, com o exporá Euclides, é fatal: o seringueiro parece condenado a sofrer na floresta o resto de seus dias.

A celebração religiosa do Judas Ahasverus tem lugar no sábado de Aleluia. É nesse dia que “os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes. É um desafogo. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se-lhes, nesse dia, todas as maldades”.²⁰⁶ O extenso leque de sofrimentos vividos pelo seringueiro – as moléstias, as duras condições de trabalho, as dívidas impagáveis que obstaculizam o seu retorno à terra de origem, a solidão da floresta (floresta a que Euclides se refere metafóricamente com o um deserto, para ilustrar o impacto da solidão) – são expurgados com a passagem, pelos rios da região, do boneco de palha que simboliza o Judas, objeto da fúria vingadora das populações locais.

O transcurso dos dias santos não altera a rotina do seringueiro. Sua faina prossegue inodificada – exceto com a chegada do sábado. A rotina

²⁰⁴ Hatoum, Milton. “Expatriados em sua própria pátria”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, nos. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 322. Francisco Foot Hartman salienta que o Judas Ahasverus é um personagem que se associa “ao mito do Judeu Errante, condenado ao eterno degredo e a não morrer antes do Juízo final, por ter blasfemado contra o Cristo caminho do calvário”. Cf. Hartman, Francisco Foot, op. cit., p. 47.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ Cunha, Euclides. *À Margem da História*, cit., p. 52.

de purgações enseja a analogia entre a vida do seringueiro e a paixão de Cristo. No caso do seringueiro, todavia, os sofrimentos não se concentrariam numa semana, mas se estenderiam ao longo de sua existência: "E consideram, absortos, que esses sete dias excepcionais (...) lhes são, ali, a existência inteira, monótona, obscura, do brosíssima e anônima, a girar acobrunhadora na via do brosa inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado das "estradas" ".²⁰⁷ O seringueiro viveria permanentemente os sofrimentos que são lembrados naquela semana santa. A paixão de Cristo é uma oportunidade de dar vazão ao acúmulo de penas a que se submete durante todo o ano.

Essa teia de martírios teria incutido no seringueiro uma certa resistência ao sofrimento. A costumeiro aos pesares diários, não é na religião que ele busca a resposta para seu martírio: "É mais forte; é mais digno. Resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza. (...) Tem a noção prática, tangível, sem raciocínios, sem diluições metafísicas, mais aciada e inexorável – um grande peso a esmagar-lhe inteiramente a vida – da fatalidade; e submete-se a ela sem subterfugar na cobardia de um pedido, com os olhos dobrados".²⁰⁸

O seringueiro parece saber, assim, que a resposta para o seu drama não é de ordem metafísica. Seu pragmatismo ambiciona no máximo um lenitivo para a raiva, e o Judas Ahasverus emerge com o mesmo intento de catarse para o sofrimento contido. É um comportamento que Euclides classifica de "estóico"²⁰⁹: suportar um ano inteiro de privações para, num único dia, entregar-se à vingança contra o Judas corporificado num boneco que navega a esmo pelos rios. Essa vingança se dá por meio de tiros, pedras e objetos lançados contra a estátua inerte que atravessa as vias fluviais da região.

Euclides não se cinge à descrição da construção do Judas e de sua passagem pelos povoados. Entrega-se a um esforço de interpretação do fenômeno social. Sua tese é a de que o seringueiro constrói o boneco à sua semelhança. Ao expurgar na estátua de palha seus sofrimentos, está

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 53.

²⁰⁹ *Ibidem*.

praticando uma vingança contra si mesmo. Sua ambição – que o trouxe do Nordeste em busca da riqueza – redundou em fracasso, e a vingança contra o Judas é sobretudo uma vingança contra sua imprevidência: “É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o modelo à sua imagem. Vingou-se de si mesmo: puniu-se, afinal, da ambição modelada que o levou àquela terra; e desafiou-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebelião recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil jogou, escravo, à gélida pantanada dos traficantes, que o iludiram”.²¹⁰

A discrepância com os caucheiros é evidente. Enquanto os peruanos têm a possibilidade de enriquecer por intermédio da utilização da mão-de-obra indígena obtida à força ou aliciada com manufaturas de valor insignificante, o seringueiro é, ele próprio, a força de trabalho. Ao contrário dos indígenas, porém, sua ida à floresta é voluntária. Sua escravização é resultado do sistema de trabalho ao qual aderiu por vontade própria, ao buscar um padrão de vida melhor. Essa adesão imprevista aos contratos unilaterais e aos regulamentos injustos impostos pelos senhores da bonacheira gera a frustração consigo mesmo. Por essa razão Euclides dividiu na cerimônia do Judas a haverus o momento de autopunição do seringueiro.

Ao observar que o boneco do Judas a haverus representa também o próprio seringueiro, Euclides revela o seu pessimismo com a situação social da Amazônia. A descrição que faz de todo o ritual de construção dos bonecos – formados à imagem e semelhança do seringueiro, para que este possa expiar melhor suas próprias culpas – e de sua passagem pelos rios adquire uma forte dramaticidade. Como assinala Milton Hatoum, esse pessimismo está enraizado na História²¹¹: a sina do seringueiro não deriva simplesmente de seu isolamento no interior da floresta. É consequência de uma cadeia mais ampla de fenômenos, sobretudo do avanço do capitalismo sobre a periferia e do sistema de organização do trabalho que prevalece na Amazônia. O isolamento do seringueiro é múltiplo, sendo ditado não somente pela insidiosa floresta mas também pelo fato de que o trabalho a que se dedica determina sua circunscrição às “estradas” onde procede à coleta do látex. A expressão “à margem da história” é, portanto, paradoxal:

²¹⁰ *Ibidem*, p. 55-56.

²¹¹ Hatoum, Milton, *op. cit.*, p. 334.

o habitante da Amazônia está à margem porque sofre com o abandono a que é relegado pelo poder público, mas seus sofrimentos são concretos, e derivados da inserção da Amazônia no processo histórico de expansão do capitalismo.

Esse pessimismo de Euclides levou-o, inclusive, a escolher o título de *O Paraíso Perdido* para sua planejada obra sobre a Amazônia. É o que confessa a José Veríssimo em março de 1905, em carta enviada de Manaus, pouco antes de partir a expedição que percorreria o Purus: "Acha bom o título *Um Paraíso Perdido* para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo".²¹²

4.6 – A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA AO BRASIL

Com o viés nos tópicos precedentes, Euclides discorreu sobre o homem da Amazônia não apenas sob o ponto de vista das teorias deterministas e evolucionistas que marcaram o conjunto de sua obra. Sua perspectiva foi, também, sociológica, denunciando as difíceis condições de vida na região. Ao utilizar a expressão "expatriado em sua própria pátria" para designar o seringueiro, deixou entrever um juízo crítico sobre a incorporação da Amazônia ao Brasil: seria possível conceber a soberania sobre aquele território – em especial o Acre –, se a população ali presente era constituída de "expatriados"?

A constatação de que a população de seringueiros e caboclos que vivem na região não tem maiores laços com o resto do Brasil levou Euclides a desenvolver argumentos sobre o processo de integração da Amazônia ao resto do país. Em *À Margem da História* esta preocupação está manifestada sobretudo na parte final de "Terra sem história". No artigo "Brasileiros", por exemplo, Euclides repassa as pretensões peruanas de incorporação de parte da Amazônia brasileira. A tentativa de explicação dessas incursões peruanas já fora feita no artigo "Conflito Inevitável", publicado em 1904 em *O Estado de São Paulo*. "Brasileiros", por seu turno, foi originalmente publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 1907. Euclides retomou, nesse texto, a análise do que denominou de "o problema do Oriente": a penetração de peruanos na Amazônia seria fruto de um a

²¹² Carta a José Veríssimo, em 10 de março de 1905. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 268.

necessidade histórica, porquanto o país vizinho ambicionava uma saída para o Atlântico, e o acesso ao rio Amazonas passava pelo domínio de seus afluentes, em especial o Purus e o Juruá.

Reproduzindo algumas teses já apresentadas em "Conflito Inevitável", Euclides pondera que a anexação de parte do território fronteiriço era um dos pontos cardiais da política exterior peruana. Nesse passo, a incursão de caucheiros não era um acaso, mas corolário de "uma marcha regeneradora para o oriente"²¹³ encabeçada pelo Estado. O governo peruano teria coordenado, segundo Euclides, o processo de colonização das áreas adjacentes ao Brasil, sempre com vistas a obter uma saída para o Atlântico. Todavia, somente com a descoberta do caucho surgiu um atrativo consistente para a colonização. Essa forma de ocupação seria nociva à região, já que, com o foi assinalado anteriormente, o caucheiro erra pela floresta em busca de riquezas, não se apegando à terra, o que provoca "a desorganização sistemática da sociedade".²¹⁴

O propósito de Euclides ao discorrer sobre a questão parece ser o de contrastar o intenso interesse do governo do Peru com a ausência de políticas de ocupação do lado brasileiro. Como sublinha o autor de *Os Setes*, "o Governo peruano nunca renunciou ao seu primitivo propósito de uma colonização intensiva".²¹⁵ Apesar dos fracassos dos projetos de colonização, a exploração do caucho dava novo alento às pretensões peruanas, criando o cenário para que se contrapusessem caucheiros e brasileiros. Apenas com o agravamento das tensões – e com a organização de expedições armadas peruanas, em apoio à penetração dos caucheiros – é que o governo brasileiro voltou suas atenções para a área em litígio, sem esboçar, contudo, um plano maior de integração física da Amazônia ao Brasil.

O artigo seguinte – "A Transacriana" – veicula uma das propostas de Euclides para que se proceda à integração: a criação de uma via férrea que percorresse o recém-incorporado território do Acre. Seu argumento é o de que o povoamento da Amazônia seguiu o leito dos rios, relegando ao

²¹³ Cunha, Euclides. *A Margem da História*, cit., p. 62.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 66.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 69.

abandono a parte interior da região. A solução para esse problema consistiria, segundo ele, na "ligação transversa de seus grandes vales", isto é, na criação de "varadouros": "O varadouro – legado da atividade heróica dos paulistas com partido hoje peb an azonense, peb boliviano e peb peruano – é a vereda atabadora que vai por terra de um a vertente fluvial à outra".²¹⁶

Euclides valeu-se, aqui, de sua formação de engenheiro para apresentar com detalhes seu projeto de integração. Parte da premissa de que o desenvolvimento da engenharia tornou superáveis eventuais empecilhos naturais à criação de linhas de comunicação. Após indicar as características geográficas do território acreano, Euclides observa que o traço da linha férrea já se encontra reconhecido, demandando, por conseguinte, uma ação rápida do governo federal: "A intervenção urgentíssima do Governo Federal impõe-se com o dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados", intervenção essa que deveria consistir "no estabelecimento de uma via férrea – a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre".²¹⁷

Os benefícios que defluiriam da concretização do projeto são enfatizados por Euclides, que destaca os múltiplos efeitos sociais e estratégicos. No que respeita aos efeitos sociais, assevera que assimelhorariam "do simples fato concreto da redistribuição do povoamento" à "gerência imediata, imediata, imediata, dos poderes públicos, que hoje ali se triparte, desunida, em sedes administrativas impostas exclusivamente pelas vicissitudes geográficas".²¹⁸ Relativamente aos resultados estratégicos, registra a importância de um sistema eficaz de comunicações na região de fronteira, facilitando a defesa do território brasileiro e reduzindo a vantagem dos peruanos decorrente do domínio de posições nos rios Madre de Dios e Ucayali.²¹⁹ Dá a sua conclusão de que, ao propiciar o equilíbrio de forças na região, a Transaccreana deveria ser vista com o "uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz".²²⁰

²¹⁶ *Ibidem*, p. 73.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 76.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 79.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 82-83.

²²⁰ *Ibidem*, p. 84.

A enunciação de propostas de integração física da Amazônia ao resto do Brasil não se exaure, em *À Margem da História*, nos dois artigos mencionados, "Brasileiros" e "Transacriana". Já no início do livro Euclides tece considerações sobre os problemas que acometem as principais vias de comunicação da região, os rios. É no artigo "Rios do abandono" que são desenvolvidas reflexões sobre o potencial do Rio Purus, ainda inexplorado pelo governo central. Neste artigo resta evidenciada a instrumentalização do trabalho científico – Euclides lança mão de terminologia técnica e de números para fundamentar suas observações sobre as características hidrográficas do Purus – em prol da proposição de políticas que deveriam ser adotadas pelo governo central. Com o comissário brasileiro de exploração do Alto Purus, Euclides não se cingiu ao registro burocrático e à mera descrição dos aspectos naturais relevantes do rio. Ocupou-se, também, de indicar possibilidades de melhor aproveitamento das vias de comunicação disponibilizadas pela natureza, em bom papel da comissão fosse apenas o de harmonizar, com os peruanos, os dados geográficos sobre a região de fronteira.

No caso do Purus, a constatação é a de que o rio, conquanto apresente boas condições de navegabilidade, sofre com a carência de melhoramentos que poderiam aumentar sua importância econômica. Em função dos fenômenos naturais peculiares à região, o Purus pode ser obstruído pela queda de barrancos (as "terras caídas") ou pelo acúmulo de troncos e galhos. Os habitantes da região, caucheiros e seringueiros, não dependem, segundo Euclides, "do mínimo esforço e não dependem um golpe único de facão ou de machado num só daqueles paus, para desafogar a travessia".²²¹ Daí a conclusão de que o Purus encontra-se abandonado, a despeito de seu potencial para o desenvolvimento da região. Essa obstrução pelas "terras caídas" não constituiria, contudo, empecilho de monta para o governo central. Sua superação não apresentaria maiores dificuldades, faltando apenas a intervenção governamental: "Entretanto, o simples enunciado destes inconvenientes, evidentemente alheios às suas admiráveis condições estruturais, debata que a remoção deles, em bom tempo, não demanda trabalhos excepcionais de engenharia e excepcionais dispêndios".²²²

²²¹ *Ibidem*, p. 25.

²²² *Ibidem*, p. 26.

As condições para a exploração do Purus estariam dadas pela natureza, tendo em vista suas "admiráveis condições estruturais" e sua excelente hidráulica fluvial, o que conduz Euclides a afirmar: "O Purus é um das maiores dádivas entre tantas com que nos esmaga a natureza escandalosa e perdulária".²²³ Na linha da preocupação social que permeia *À Margem da História*, procura salientar que o quadro de isolamento da Amazônia e as dificuldades vividas por seus habitantes não decorrem da situação de abandono a que foi relegada pelo governo central. Para Euclides, a preservação da integridade territorial iria além, no entanto, da celebração de acordos de limites, já que enquanto não se promovesse a inclusão da Amazônia e de sua população na pauta de políticas de desenvolvimento do poder central, a soberania brasileira sobre a região persistiria ameaçada. O litígio com o Peru, intensificado logo após a celebração do Tratado de Petrópolis, demonstrava a fragilidade da presença brasileira na área do Alto Purus e Alto Juruá.

Crisis da capacidade do rio em gerar o desenvolvimento local, Euclides é enfático ao rogar pela intervenção governamental na região: "De qualquer modo, urge iniciar-se desde já o destíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno em bora em começo, mas crescente com os nossos recursos – que nos salve o majestoso rio".²²⁴

Coerente com a assertiva – enunciada no início de *À Margem da História* – de que na Amazônia "as verdades desfecham-se em hipérbolos", Euclides é ainda mais enfático ao consignar que o Purus – "um rio enjeitado" – pode vir a ser um das mais importantes linhas de expansão histórica do Brasil: "Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, um das mais arrojadadas linhas da nossa expansão histórica".²²⁵

Uma das singularidades de *À Margem da História* é, portanto, a veiculação de uma visão estratégica da integração da Amazônia ao Brasil.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*, p. 28.

²²⁵ *Ibidem*.

Fiel ao reformismo o qual abraça sua condição de intelectual de classe média, Euclides defende um papelativo do Estado na proteção do território e das populações mais afastadas. A proposta de criação da Transacriana e os argumentos em prol do melhoramento do rio Purus demonstram que sua reflexão é coerente com o panorama traçado na parte inicial do livro: uma vez constatado o abandono do Purus e das populações locais, tomava-se premente a concepção de propostas que pudessem minorar os problemas regionais. Com o texto sobre a Transacriana Euclides encerra uma obra que apresenta fundamentos em três níveis distintos de análise. O primeiro desses níveis é descritivo, alicerçado na apresentação dos dados fundamentais – geográficos, geológicos, hidrográficos – da região que percorreu com o chefe da Comissão de Exploração do Purus. Não se trata, porém, de uma descrição pura e simples, uma vez que, com o assinalar nos capítulos iniciais de *À Margem da História*, o contato com a natureza da Amazônia provoca no observador acessos de imaginação e de fantasia. O texto de Euclides é revelador dessa particularidade: muito embora se verifiquem lampejos cientificistas, no mais das vezes a apresentação das características físicas do rio Amazonas e da floresta é acompanhada de liberdades metafóricas.

O segundo nível é o da crítica social, consubstanciando-se no discurso sobre o caucheiro e na denúncia das condições de vida do seringueiro. Euclides ocupou-se não apenas em fixar os traços etnográficos mais marcantes desses dois personagens, mas foi pioneiro na revelação das mazelas sociais que resultavam do sistema de organização do trabalho vigente nas áreas de exploração da borracha. O terceiro nível é o das propostas de integração da Amazônia ao Brasil, por meio de políticas de governo (com o melhoramento das condições de navegabilidade do Purus e a criação da Transacriana) tendentes a promover a inclusão física e social da região ao restante do país.

A concatenação dessas três camadas de reflexão torna *À Margem da História* uma obra complexa, de difícil classificação. O interesse que desperta é não somente literário, mas também histórico, sociológico e político. A diversidade de discursos em níveis de análise empregados por Euclides permite que se considere esse livro o retrato fiel de um momento histórico. Em verdade, seu esforço foi o de empreender uma "interpretação" da Amazônia em sentido lato. A designação de "intérprete da Amazônia" indica com

em abrir clareza a pretensão de Euclides de efetuar uma síntese abrangente da região, contemplando os diversos aspectos – inclusive o social – daquele território ainda pouco conhecido pelo poder central.

É por esta razão que Péricles Moraes inicia sua obra *Intérpretes da Amazônia* com a assertiva de que Euclides foi o primeiro grande pensador dos problemas da região:

“De fato, naquela época, a não ser o prosador dos Setões, nenhum outro escritor se aventurou à temeridade de tais empresas. Pode-se mesmo avançar que os seus estudos sobre a Amazônia, assim nas páginas do *Amargem da História*, como no prefácio magistral do *Inferno Verde*, são o eixo central de tudo quanto se tem pensado e escrito sobre a região portentosa”.²²⁶

Do ponto de vista da diplomacia brasileira, por sua vez, os “textos fundadores” de Euclides sobre a Amazônia oferecem uma visão clara da amplitude que deve ter a política externa brasileira relativa à região. A preservação do território não estaria cingida à manutenção das fronteiras, avançando sobre duas outras dimensões: a da integração física e inclusão social. Os ensaios de Euclides veiculam, assim, uma evidente perspectiva estratégica. Além de permitir uma compreensão histórica dos problemas que atingem a Amazônia, suas reflexões trazem, de forma objetiva, os problemas fundamentais da região, que persistem até hoje: a porosidade das fronteiras, o isolamento das populações e as dificuldades de integração física. O “abandono” da Amazônia encontrou em Euclides, do ponto de vista da diplomacia e da política externa, uma de suas melhores formulações.

²²⁶ Moraes, Péricles. *Os intérpretes da Amazônia*. Manaus, Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001, p.15-16.

V - EUCLIDES DA CUNHA
E A POLÍTICA INTERNACIONAL

V – EUCLIDES DA CUNHA E A POLÍTICA INTERNACIONAL

O presente capítulo aim eja apresentar alguns aspectos da visão de Euclides da Cunha sobre a política internacional do início do século XX . Trata-se de um esforço ensaístico visando à extração, das ponderações presentes em seus textos, de algumas linhas gerais representativas do pensamento do escritor sobre a realidade mundial. Com o verem os, a visão que tem das relações de poder entre as nações foi tam bém fortem ente influenciada pela correntes científicas e filosóficas que configuram a ideologia de seu campo intelectual, e que tiveram os a oportunidade de exam inar no prim eiro capítulo.

Euclides manifestou em diversas oportunidades suas opiniões sobre assuntos internacionais, seja em artigos publicados na imprensa, seja em obras com o Peru versus Bolívia. Era um observador privilegiado e nutria vivo interesse pelas questões internacionais, mas não am bicionava tomar-se um pensador ou um formulador de política externa. Mais correto é considerá-lo um intelectual cuja vocação em revelar o lado pouco conhecido do país – é um dos intérpretes do Brasil, preocupado em afirmar a nacionalidade brasileira e refletir sobre a construção da República – levou-o a manifestar juízos sobre as relações internacionais do país.

A propensão a escrever sobre política externa em ergiu em especial nos momentos que antecedem sua adm issão no Itamaraty, em 1904. Sua viagem oficial à Amazônia, ao longo de 1905, ensejou a oportunidade de escrever seus textos principais sobre as questões de fronteira que envolviam o Brasil e, tam bém , sobre o contexto político sul-am ericano. D a m esm a

¹ Esse estudo veio a ser publicado de pgs. 61 a 83 no livro Reflexões sobre Defesa e Segurança: um a Estratégia para o Brasil, vol. 1, Brasília, Ministério da Defesa, 2004.

forma, as disputas de fronteira entre Peru e Bolívia, que poderiam afetar o Brasil, levaram Euclides a escrever, a pedido de Rio Branco, o livro *Peru versus Bolívia*, publicado em 1906, em que declina argumentos favoráveis à posição boliviana.

Três artigos publicados em 1904 no jornal *O Estado de São Paulo* consubstanciam sua visão pré-amazônica acerca do litígio de fronteira com o Peru: "Conflito Inevitável", "Contra os Caucheiros" e "Entre o Madeira e o Javari". Estes textos, já analisados na parte inicial do presente trabalho, estão reunidos no volume *Contrastes e Confrontos*, que Euclides editou em 1907. Esta mesma obra contém três outros artigos importantes no que concerne à política internacional: "Solidariedade Sul-Americana", "O Ideal Americano" e "Temores Vãos", que apreciaremos mais adiante.

Sua obra de referência sobre a Amazônia, *À Margem da História*, também se mostra indispensável com apreensão de sua visão dos problemas externos do Brasil. Escrita após a viagem que Euclides fez ao Amazonas e ao Acre, delineia os problemas sociais que atingiam as populações da região. Conforme expuse no tópico anterior, o autor preocupou-se em assinalar que a incorporação efetiva da Amazônia ao Brasil passava pela ação do poder central, seja no sentido de promover políticas de integração física, seja promovendo a inclusão social daqueles "expatriados em sua própria pátria".

5.1 – O CONTEXTO SUL-AMERICANO

Euclides ingressou e trabalhou nos quadros do Itamaraty entre 1904 e 1909, durante parte da gestão do Barão do Rio Branco. Nesse período o governo brasileiro, pressionado pelas circunstâncias, viu-se na contingência de resolver problemas de fronteira com diversos de seus vizinhos. Esses litígios, que muitas vezes repercutiam junto à opinião pública (as controvérsias com o Peru são ilustrativas a esse respeito, ao acarretarem mobilizações militares de ambas as partes), colocaram a relação com os países sul-americanos na ordem do dia. Mesmo as relações com a principal potência hemisférica, os Estados Unidos, desenvolviam-se de maneira a fortalecer a posição brasileira em face dos demais países do continente.

A produção de Euclides relativa a temas de política externa leva em consideração esse contexto específico. Dá a predominação, em seus textos,

de reflexões sobre o cenário político sul-americano e a influência norte-americana na região. O volume *Contrastes e Confrontos*, com o volume, traz o artigo "Solidariedade Sul-Americana", em que Euclides apresenta a ideia de "concorrência vital" entre povos. Ainda nesse artigo, preconiza a superioridade brasileira sobre os vizinhos, geralmente vistos com as repúblicas desordenadas e dadas ao belicismo. Refere-se, assim, a noções evolucionistas com a de "seleção natural invertida" e "darwinismo perverso", aplicando-as à situação vigente nas repúblicas sul-americanas de língua espanhola. Curiosamente, verá o Brasil com o sendo dotado de uma certa superioridade com relação aos países fronteiriços, o que não ocorre quando reflete sobre a ação de potências com o Estados Unidos e Alemanha no continente: nesse caso, seriam os todos nações frágeis e timorosas da "vanguarda da civilização".

Euclides não ocultava, portanto, seu pessimismo com o ideal de solidariedade sul-americana, classificando essa ideia de "perigosa" e colocando a palavra governo quando se referia ao poder central das nações da América do Sul²²⁷, de modo a registrar a instabilidade política e o caudilhismo que caracterizariam a região.

Trata-se de uma posição singular, que não chega a destoar, porém, da orientação geral da política externa republicana no início do século XX. Conquanto se almejassem a maior integração com os países do continente, as desconfianças que estes nutriam relativamente ao Brasil eram levadas em consideração, dando à política externa de Rio Branco um curso pragmático e realista. Para Euclides, o "espírito superior" do Brasil esteve patente nos episódios que envolveram a aquisição do Acre e os posteriores problemas de fronteira com o Peru. Com o já assinado, o Tratado de Petrópolis seria um reflexo da "irradiação superior de nosso espírito", expressando uma "atitude desinteressada e originalíssima, de povo cavaleiro-andante".²²⁸

Essa visão deriva do fato de que Rio Branco renunciou ao uso da força e pôs termo ao litígio por intermédio de um acordo, recompondo a Bolívia financeiramente e com territórios, muito em bora a região em

²²⁷ Cunha, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 190.

²²⁸ *Ibidem*, p. 192.

disputa já estivesse sob o controle de brasileiros. Haveria, assim, um a incompreensão geral dos países de língua espanhola com relação ao Brasil. A diligência da República instalada em 1889 em travar as melhores relações possíveis com as nações sul-americanas esbarraria numa espécie de prevenção permanente contra as aspirações brasileiras. Desse modo, "essa solidariedade sul-americana é um belíssimo ideal absolutamente irrealizável, com o efeito único de nos prender às desordens tradicionais de dois ou três povos irremediavelmente perdidos, pelo se incompatibilizarem às exigências severas do verdadeiro progresso".²²⁹

Em "Solidariedade Sul-Americana" Euclides com para o isolacionismo da política externa do Império com as tentativas de aproximação levadas a cabo após a proclamação da República. Num exceção curiosa à sua crença republicana, vê positivamente a diretriz de afastamento do Brasil observada durante o período monárquico, quando a desordem das repúblicas vizinhas pouco interferiria na política nacional. A implantação do regime republicano teria feito, paradoxalmente, com que as desconfianças contra o Brasil se acentuassem nos países vizinhos. Ademais, o fato de o Brasil também ter se tornado uma república eliminou o elemento que o diferenciava dos demais governos do continente: não se poderia mais falar, a partir de então, na distinção entre a estabilidade monárquica brasileira e a anarquia tipificadora das repúblicas que emergiram do império colonial espanhol. Ao contrário:

"Sem aquele ponto de referência, a opinião geral desvairada; (...) confunde-nos nas desordens tradicionais de caudilhagem; mistura os nossos quatorze anos de regime em novo a mais de um século de pronunciamentos; e com o, durante esta crise de crescimento, nos saltaram e saltaram desastres – que só podem ser atribuídos à República por quem atribuída ao fim amento as tempestades que no-lo escondem – já não nos distingue nos mesmos conceitos. E que conceitos..."²³⁰

Do ponto de vista da política exterior, para Euclides, a República teria trazido inconvenientes para o Brasil, inserindo-o, aos olhos da opinião pública externa, no contexto de desordem e conflitos que peculiarizavam os demais

²²⁹ *Ibidem*, p. 193.

²³⁰ *Ibidem*, p. 190.

países sul-americanos. Tornava-se necessário, assim, que o Brasil enviasse esforços no sentido de desvincular-se da imagem atribuída a seus vizinhos. Euclides observa que uma "guerrilha de descrédito" estaria sendo mobilizada contra o Brasil, colocando-o na mesma posição de países como o Paraguai ("convalescente"), a Bolívia ("dilacerada pelas motins e pelas guerras"), a Colômbia (em conjunto com a "abortícia republicana que há meses lhe saiu dos flancos") e o Uruguai ("a esta hora abalado pelas cavalarias gaúchas").²³¹

Essa visão negativa dos países sul-americanos baseava a oposição de Euclides à idéia de solidariedade continental. Extrai-se de suas considerações a defesa de um certo isolacionismo em face dos demais países sul-americanos, na linha da política praticada durante o Império. Tratava-se de um meio de recompor a imagem do país junto aos observadores estrangeiros, que passaram a ver com desconfiança a república brasileira, em função das desordens inerentes a esse regime nos demais países do continente. O conflito com o Peru, segundo Euclides, constituiria uma oportunidade para que o Brasil recuperasse uma parte de seu prestígio. O confronto armado poderia apresentar-se como uma "guerra reconstitutiva". Ante a ineficácia do diálogo com o vizinho, resultante principalmente dos preconceitos que os países sul-americanos alimentavam contra o Brasil, cumpriria que seguissem os "para o futuro; e, conscientes da nossa robustez, para a desafiante e para a defesa da América, onde a visão profética de Humboldt nos revelou o mesmo cenário de toda a civilização da terra".²³²

A crítica ao ideal de solidariedade sul-americana fazia-se acompanhar pela defesa de uma maior aproximação com os Estados Unidos. Euclides mostrava-se, nesse ponto, em sintonia com as concepções pan-americanistas de Rio Branco. A aliança estratégica com os Estados Unidos poderia trazer benefícios ao Brasil, sobretudo num contexto em que aquele país se via desafiado pelas tentativas de penetração da Alemanha na América do Sul.

5.2 – A DISPUTA INTERIMPERIALISTA

Euclides da Cunha foi um observador da política internacional no limiar do século XX. Esse período é marcado pela disputa interimperialista

²³¹ *Ibidem*, p. 191.

²³² *Ibidem*, p. 193.

entre os Estados Unidos e outras potências – notadamente a Alemanha – pela hegemonia sobre o continente americano. Com o Barão do Rio Branco à frente da chancelaria, e a consolidação da aliança estratégica com os Estados Unidos, os debates sobre política internacional passam a fazer parte da ordem do dia. Testem unhas-se, à época, o debilitamento da pax britânica e o robustecimento da economia norte-americana nas relações internacionais de troca.

Os capitais estrangeiros, em virtude da saturação dos mercados domésticos na Europa e nos Estados Unidos, buscavam, a partir da década de 1870, expandir-se para outras regiões do globo. A América do Sul passou, nesse contexto, a ser objeto da cobiça das economias em acelerado crescimento, tomando-se um a área de influência disputada, sobretudo após a reorientação da política externa dos Estados Unidos no sentido de um maior intervencionismo político e econômico nos países latino-americanos. O corolário Roosevelt à doutrina Monroe, segundo o qual o hemisfério ocidental deveria ser protegido da ação colonialista europeia, podendo os Estados Unidos assumir o papel de polícia continental, simboliza a guinada política daquele país em direção a um a maior interferência nos assuntos da região.

A Alemanha, por seu turno, sofreu um surto de industrialização após a unificação política, passando a almejar abertura de novos mercados a seus produtos: “O comércio com os países novos era visto com o necessário à indústria. Impunha-se entrar de rijo na competição colonial. Para isso era preciso aumentar a Marinha mercante e a de guerra. Em 1896, o Kaiser anunciou que o futuro da Alemanha estava nos mares”²³³.

A rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha marca, portanto, o período em questão. Os artigos de Euclides sobre política internacional têm com o pano de fundo esse cenário de competição imperialista, sendo freqüentes as alusões às políticas desses dois países para a América do Sul. Euclides, todavia, não acreditava que a competição pudesse ameaçar a soberania brasileira: “Numa quase mania coletiva da perseguição, andam, por vezes, às anancadas com alguns espectros: o perigo alemão e o perigo

²³³ Bueno, Cildoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo, Paz e Terra, 2003, p. 35.

yankee".²³⁴ Entretanto, o medo das potências seria apenas o medo da "civilização": "Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora. Esta última consideração é expressiva. Mostra que os receios são vãos".²³⁵ Apesar de ver nos Estados Unidos e na Alemanha símbolos de progresso, Euclides formulou algumas críticas à política desses países, persistindo, porém, na tese de que a Alemanha imperialista carecia de concretude para o Brasil. Trata-se, novamente, de uma ambigüidade: ao mesmo tempo em que vislumbrava as duas potências emergentes com os símbolos de evolução e progresso econômico, mostra-se receoso de suas pretensões imperialistas.

Num dos artigos do volume *Contrastes e Confrontos*, intitulado "O Kaiser", Euclides enuncia críticas ao imperador alemão, Guilherme II, e à política expansionista do país. Para ele, a Alemanha, "que acordou tarde para a expansão colonizadora", estaria se agitando "num estontamento".²³⁶ O súbito projeto expansionista alemão, num cenário em que os melhores quinhões do planeta já haviam sido repartidos entre as grandes potências, afigurar-se-ia com o "uma política de gorjetas":

"Em todos os seus atos - nos arrogantes ultimatos contra a Venezuela, nos assaltos ferocíssimos de W altersée, em Pequim, ou nas tortuosidades e perfdias diplomáticas que rodeiam a longa história da estrada para Bagdá, ou, ainda, no ganancioso abngar de olhos para os Estados do Sul, a sua ânsia alucinada do ganho, pela pilhagem dos últimos restos da fortuna dos países fracos, pode assumir todas as formas, até mesmo o aspecto heróico: mas destaca-se com aquele traço inferior e irredutível".²³⁷

Condena, por estas razões, a política do kaiser Guilherme II, assinalando que sua continuidade "vai isolando a Alemanha do convívio das nações".²³⁸ As críticas prosseguem em outro texto, também inserido em *Contrastes e Confrontos*, mas publicado originalmente no jornal *O Estado de São Paulo*, em 6 de agosto de 1904. Denominado "A Arcádia da

²³⁴ Cunha, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 196.

²³⁵ *Ibidem*, p. 197.

²³⁶ *Ibidem*, p. 133.

²³⁷ *Ibidem*, p. 133-134.

²³⁸ *Ibidem*, p. 134.

A *lem anha*", o artigo é mais cristalino no julgamento depreciativo do imperialismo teutônico. O ponto de partida da análise é um artigo publicado na revista *Contemporary Review*, cujo autor assevera, nas palavras de Euclides, "que somos um povo sem juízo, e a vitalidade germânica, em breve, nos absorverá".²³⁹

Para Euclides esse vaticínio, ainda que não de todo despropositado, não se realizaria naquele momento histórico específico. Em sua opinião, a *lem anha* não reunia, à época, condições de subjugar o Brasil e torná-lo sua "América". A disputa imperialista que travava com os Estados Unidos, a Inglaterra e a França impedia-lhe vôos mais altos, já que a obtenção de novas colônias implicaria, de pronto, o choque com alguma dessas potências. Euclides fiava-se, ademais, no papel de gendarme ou de polícia continental exercido pelos Estados Unidos na América Latina, conforme pregava o coronel Roosevelt à doutrina Monroe: "A *lem* disto, o princípio de Monroe, interpretam o-lo à vontade, com ser um reflexo político dos interesses estritamente comerciais dos yankees, tem o valor de nos facilitar ao menos uma longa trégua".²⁴⁰

A circunstância da *lem anha* encontrar dificuldades para a concretização de sua política expansionista e a presença protetora dos Estados Unidos no hemisfério não impediam, porém, que Euclides vislumbrasse a ameaça representada pelos ideais germânicos. No início do século XX a pretensão alemã de obter mercados para seus produtos e conquistar colônias fornecedoras de matérias-primas engendrou o surgimento de concepções pangermânicas, que preconizavam a incorporação de regiões habitadas por populações de origem alemã – caso do sul do Brasil. Celso do Prado Bueno observa que os "Estados do Brasil meridional, especialmente Santa Catarina, já possuem, então, forte contingente imigratório de origem alemã. Não obstante não tenha partido do governo imperial alemão qualquer iniciativa ou incentivo, os elementos pangermânicos, em 1900, mantiveram a ilusão de transformar aquelas "colônias sem bandeiras" em base de um império na América do Sul".²⁴¹

²³⁹ *Ibidem*, p. 137.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 140.

²⁴¹ Bueno, Celso do Prado, *op. cit.*, p. 35.

Nessa esteira, Euclides, conquanto não acreditasse na hipotética incorporação do Brasil ao império alemão, não se furtava a alertar para os perigos que a política pangem-anista poderia trazer para o país. Cita, assim, diversos autores alemães, por ele classificados de "folclóricos assanhados", que defendiam explicitamente a posse do sul brasileiro. A omissão do governo brasileiro poderia provocar, advertia, nossa inserção na órbita de poder da Alemanha.²⁴² Dá a necessidade de que fossem formuladas e concretizadas políticas de ocupação do território brasileiro e de exploração de suas riquezas. A final, se de um lado a Alemanha, em função de seu acelerado progresso e das reduzidas dimensões de seu território, via-se compelida a buscar recursos em outros continentes, de outro o Brasil, apesar de suas potencialidades, apenas contava com "as nossas virgens bacias carboníferas, as nossas montanhas de ferro, as nossas cordilheiras de quartzito, os nossos litorais dourados pelas areias moquitas, e o estupendo dilúvio canalizado de nossos rios, e os cerros listreados de ouro das grupiaras (...)"²⁴³.

Os dois artigos indicados – "O Kaiser" e "A Arcádia da Alemanha" – revelam, por conseguinte, os receios que Euclides cultivava relativamente ao expansionismo alemão. Tais receios não são, contudo, significativos, porquanto Euclides não via na Alemanha, com o visto, a capacidade imediata de violar a soberania brasileira. O mesmo ocorreria no que respeita ao intervencionismo norte-americano. A final, a política externa dos Estados Unidos voltava-se mais para a obtenção de hegemonia política e econômica do que à aquisição de colônias na América do Sul. O interesse dos norte-americanos era, logo, o de preservar a região com o área de influência, em detrimento das potências europeias, conforme salienta Celso do Prado Bueno: "O smétodos do imperialismo norte-americano não são, portanto, os típicos da época. Pelo fato de os Estados Unidos terem sido colônias da Europa, a opinião pública e o legislativo pressionaram o Poder Executivo no sentido de se evitar a imposição a outros povos de uma sujeição contra a qual haviam se insurgido para se constituírem em nação independente. Preferiam-se as zonas de influência"²⁴⁴.

A política intervencionista dos Estados Unidos é com entada por Euclides no artigo "O Ideal Americano", também inserido no livro *Contrastes*

²⁴² Cunha, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 139.

²⁴³ *Ibidem*, p. 137.

²⁴⁴ Bueno, Celso do Prado, op. cit., p. 41.

e Confrontos. O título do texto é o mesmo do livro que Euclides se dedica a resenhar, escrito pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt. Para o autor de *À Margem da História*, Roosevelt não se mostra um bom escritor ("Roosevelt é um estilista medíocre"), e suas teses não trazem nada de inovador ("o seu último livro, o *Ideal americano*, é uma sistematização de truismos"²⁴⁵). Todavia, a obra do presidente norte-americano traria conclusões relevantes para os países sul-americanos, que são retratados de forma negativa no livro, apresentando-se com nações "de segunda"²⁴⁶.

Para Euclides, a pregação de Roosevelt em prol do americanismo, com o fim de se evitar as desordens características das repúblicas sul-americanas, deveria ser vista com realismo. Para ele, a política intervencionista de Roosevelt demonstraria que o presidente norte-americano era o "melhor discípulo de Hobbes e Gumplovicz"²⁴⁷. Num contexto de confrontação entre potências por áreas de influência, estariam os diante do "darwinismo rudemente aplicado à vida das nações"²⁴⁸. Revela, nesse passo, sua descrença na eficácia do Direito Internacional: "(...) o falar-se no Direito é extravagância idêntica à de quem procura discutir ou indagar sobre a moralidade de um terremoto"²⁴⁹.

A interpretação que faz do pan-americanismo é, portanto, de fundo realista. O "ideal" em questão ocultaria, em verdade, o expansionismo das nacionalidades mais fortes contra as mais fracas. A América do Sul seria um dos palcos dessa confrontação, cumprindo, assim, que os formuladores de nossa política externa atentassem para as colocações do presidente norte-americano, inclusive o quadro pessimista que traça da "anarquia sul-americana"²⁵⁰. Somente o robustecimento do país e de suas instituições poderia oferecer proteção adequada contra os perigos trazidos pela concorrência imperialista.

²⁴⁵ Cunha, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 193.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 194.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 196.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 194.

Desse modo, o Brasil deveria se acautelar diante das forças imperialistas, mas não por meio da invocação de princípios jurídicos ou da condenação abstrata do expansionismo das grandes potências. Em seu ponto de vista, o "darwinismo" entre nações deveria ser trabalhado a partir de uma leitura pragmática do cenário internacional: se não aperfeiçoassem os nossas instituições, fortalecendo nossa soberania, estaríamos sujeitos às vicissitudes das forças imperialistas: "Roosevelt com para de modo pinturesco essa concorrência formidável a um vasto e estupendo football on the green: o jogo deve ser claro, franco, enérgico e decisivo; nada de desvios, nada de tortuosidades, nada de receios, porque o triunfo é obrigatório em todo lutador que hist the line hard!"²⁵¹

Em outro artigo, intitulado "Tem ores Vãos", deixa claro que o Brasil não deve temer a ação dos Estados Unidos no continente:

"De fato, atentando-se para a maior destas ameaças, a da absorção yankee, põe-se de manifesto que o imperialismo nos últimos tempos tem predominante na política norte-americana não significa o fato material de uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas – senão, numa esfera superior, o triunfo das atividades, o curso irresistível de um movimento industrial incomparável, e a expansão naturalíssima de um país onde um individualismo esclarecido, suplantando a iniciativa oficial, sem preempção ou tardia, permitiu o desdobramento desafogado de todas as energias garantidas por um senso prático incomparável, por um largo sentimento da justiça e até por uma idealização maravilhosa dos mais elevados destinos da existência"²⁵²

Essa admiração pelo sucesso norte-americano coloca Euclides em consonância com os projetos de aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos, levado a cabo por Rio Branco: "É extraordinária a similitude da sua posição [de Euclides] com a política do Pan-Americanismo e do ABC, imprimidas pelo Barão do Rio Branco à atuação do Itamaraty"²⁵³

²⁵¹ *Ibidem*, p. 196.

²⁵² *Ibidem*, p. 197.

²⁵³ Sevcenko, Nicolau, *op. cit.*, p. 142.

Para Euclides, o verdadeiro perigo não era o imperialismo, mas o "perigo brasileiro": a desorganização política, a fragilidade econômica, um "federalismo incompreendido", o "domínio impertinente da velha tolice metafísica"²⁵⁴, dentre outros males. Rematando suas reflexões sobre o imperialismo norte-americano e alemão, Euclides não vê, ao menos no curto prazo, perigos palpáveis para a soberania brasileira. As potências estrangeiras não seriam inimigas do Brasil, antes representariam a vanguarda da civilização e do progresso (embora nutrissem, também, pretensões imperialistas). Temê-las importaria em temer a própria civilização: "Veremos, então, melhor, todo o infundado de receios ou de ingenuas conquistas, que são até uma calúnia e uma condenável afronta a nacionalidades que hoje nos assombra, porque progredem, e que nos ameçam pelo motivo único de avançarem triunfante e civilizadoras para o futuro".²⁵⁵

O surgimento de Euclides sobre a ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha com as potências são marcadamente ambíguos – ora se faz uma avaliação positiva, ora negativa. Essa ambigüidade pode ser explicada, uma vez mais, por sua adesão aos cânones do evolucionismo, que fundamenta, por exemplo, a tese de que as duas potências constituiriam a "vanguarda" da civilização, ao passo que as nações sul-americanas representariam a ocorrência de uma espécie de "darwinismo invertido". Por outro lado, ao lidar com o problema sob um enfoque mais realista e pragmático, Euclides pôde apontar os perigos do expansionismo teutônico e norte-americano, dividindo as ameaças que traria para os países da região. Não obstante, podem os concluir que mesmo o reconhecimento desses perigos cede ante a ideologia do evolucionismo, que acaba por prevalecer: qualquer apreensão com as políticas imperialistas poderia ser visto, em última instância, como um medo da "civilização".

5.3 – "PERU VERSUS BOLÍVIA"

A publicação do livro *Peru versus Bolívia*, em 1906, é outro fruto do trabalho de Euclides no Itamaraty. A edição da obra – originalmente publicada, em artigos, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro – se deu a pedido do Barão do Rio Branco, que vislumbrava a possibilidade de que

²⁵⁴ Cunha, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*, cit., p. 199.

²⁵⁵ *Ibidem*.

interesses brasileiros fossem afetados pelo desfecho da pendência territorial entre os dois países vizinhos.²⁵⁶

Ao retornar da missão à Amazônia, em janeiro de 1906, Euclides viu-se sem funções definidas no Ministério das Relações Exteriores, após finalizar o relatório oficial da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. O relatório veio a ser publicado em junho de 1906, pela Tipografia Nacional. Apesar da indefinição quanto à sua situação no Itamaraty, continua colaborando com Rio Branco. Em correspondência a Francisco Escobar, assinala: "Extinta a minha comissão, o ministro não me dispensou, encarregando-me da organização de umas mapas. Assim vivo enleado entre os velhos traços dos velhos cartógrafos, os sujeitos mais desleais e desonestos que andam pela Geografia (...)"²⁵⁷

Em carta a Firmo Dutra, já em julho de 1906, reitera a insatisfação com as atividades que vem desempenhando no Ministério, restritas basicamente ao ofício de cartógrafo. Salienta que ainda se encontra "às voltas com uns velhos mapas indecifráveis". Na mesma correspondência, refere-se à possibilidade de ser nomeado para um cargo na equipe que supervisionaria a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré: "Não sei se já chegou a notícia de que eu ia ser nomeado chefe da fiscalização da Madeira-Mamoré. Realmente as coisas se encaminham para isto – e se obstáculo sério que encontro – a oposição de meu pai – for desviado, aí estarei em breve, calçando de novo as minhas botas de sete léguas"²⁵⁸.

Euclides voltaria a fazer referência às suas "botas de sete léguas" em diversos outros momentos, procurando enfatizar sua propensão ao nomadismo. Em correspondência de 24 de julho de 1906, com unika a seu pai – principal opositor de uma nova viagem ao Acre – que recebeu, e aceitou, o convite do Ministro da Viação para ser o fiscal do Governo junto à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: "Não pude resistir a esta atração. Será mais um sacrifício; mais um arrancada valente para o futuro; e sei que o sr. não reprovará o meu ato, que será o meu último ato de tenacidade."

²⁵⁶ Tocantins, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro, Record, 1968, p. 186-187.

²⁵⁷ Carta a Francisco Escobar, em 13 de junho de 1906. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 305.

²⁵⁸ Carta a Firmo Dutra, em 7 de julho de 1906. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 307.

A lém disto irei completar as minhas observações, ainda falhas, sobre a Amazônia".²⁵⁹

A resoluta contrariedade do pai, contudo, deu o seu Euclides da ideia de prosseguir com a intenção de viajar novamente à Amazônia. A possibilidade de vir a participar da missão que demarcaria as fronteiras com a Venezuela – pretensão que não se concretizou – também motivou sua desistência²⁶⁰, oficializada em setembro. Neste mesmo mês inicia a redação de Um Paraíso Perdido, conforme salienta em carta a Firmo Dutra.²⁶¹ Continua, assim, suas atividades regulares no Ministério, com o auxílio do Barão do Rio Branco.

É ao longo desse ano de 1906, marcado por incertezas profissionais, que Euclides escreve Peru versus Bolívia. O litúrgio de fronteiras entre esses dois países fora submetido à arbitragem do presidente argentino. O Peru, insatisfeito com o Tratado de Petrópolis, postulava todo o território do Acre e o restabelecimento das fronteiras originalmente previstas no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. O laudo arbitral a ser emitido em Buenos Aires poderia, nesse passo, atingir fortemente as fronteiras brasileiras, uma vez que o Peru pregava que sua fronteira com o Brasil deveria ser dada pela linha média entre os rios Madeira e Javari, o que aumentaria sua extensão territorial. A preocupação de Euclides era a de apresentar argumentos favoráveis à posição boliviana, resguardando, dessa maneira, os efeitos decorrentes do Tratado de Petrópolis, que concretizara a aquisição, pelo Brasil, do território do Acre.

Euclides principia a obra observando que o território em disputa "envolve a maior superfície territorial que ainda se discutiu entre dois Estados".²⁶² A área total, segundo cálculos efetuados pelo próprio escritor, atingia os 720.000 quilômetros, o que corresponderia a vinte e cinco Bélgicas, com o faz questão de salientar.²⁶³ A controvérsia entre Peru e Bolívia não

²⁵⁹ Carta a Manoel Rodrigues Pinenta da Cunha, em 24 de julho de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 310.

²⁶⁰ Ventura, Roberto. Retrato interrompido de Euclides da Cunha, cit., p. 245.

²⁶¹ Carta a Firmo Dutra, em 30 de setembro de 1906. In: Correspondência de Euclides da Cunha, cit., p. 314.

²⁶² Cunha, Euclides da. Peru versus Bolívia. In: Obra Completa, v. 1, cit., p. 811.

²⁶³ *Ibidem*, p. 812.

poderia ser vista com o sendo apenas um a desinteligência acerca da linha limítrofe entre os dois países. As dimensões da área em disputa indicavam que o processo de arbitragem em curso em Buenos Aires poderia vulnerar interesses de outros países do continente.

A intenção do governo do Peru em restaurar as linhas demarcatórias previstas no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, importava, em verdade, numa tentativa de restaurar o Vice-Reinado do Peru. O sucesso da pretensão significaria o revigoramento de documentos reais que remontavam ao período colonial. Euclides impugna a validade desses documentos, apontando-se justamente no paradoxo de o Peru invocar textos legais que repudiava ao proclamar sua independência da Espanha. Não caberia, por esta razão, a tentativa de lastrear sua pretensão em cédulas reais, ordenanças de intendentes ou na "caótica" Recopilación de Leyes de Indias:

"(...) é evidente que estas caducas, e não raro contraditórias, resoluções do mais retrógrado imperialismo da história, retardatárias de séculos, no fixarem as raízes meramente judiciárias, ou administrativas, das parcelas dos Vice-reinados do Peru e Buenos Aires, contravião, em muitos pontos, aos limites políticos dos dois Estados constituídos mais tarde com o mais ruidoso repúdio das antigas instituições que os vitimavam".²⁶⁴

O escritor reconhece, de início, a arguição jurídica. Observa que o Tratado de Santo Ildefonso, e as cédulas reais que a ele se vinculavam, careciam de legitimidade à luz dos princípios de Direito Internacional, por duas razões fundamentais. A primeira, já mencionada, decorre do fato de que tanto o Peru como a Bolívia tornaram-se repúblicas independentes, fazendo tabula rasa do ordenamento jurídico que lhes fora imposto pela potência colonial. A segunda razão tornaria mais patente a impropriedade do pleito peruano: os dois países vizinhos, no exercício de sua soberania, firmaram tratados de fronteira com o Brasil ao longo do século XIX, não cabendo, nesse sentido, a invocação do Tratado de Santo Ildefonso contra o que fora pactuado pelos próprios governos das nações litigantes. Tendo o Peru firmado seus limites com o Brasil em 1851, e a Bolívia em 1867, o debate sobre documentos legais expedidos ao longo do período colonial

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 813.

representaria, de acordo com Euclydes, um "grande salto mortal de cem anos, flagrantemente violador de toda a continuidade histórica".²⁶⁵

A circunstância de o Peru insistir na demarcação de fronteiras à luz do Tratado de Santo Ildefonso leva Euclydes a observar que o governo do país vizinho decidira abandonar, sem mais, "os compromissos de sua existência autônoma", inclusive "abdicando a própria altitude política". Dá referir-se ao Peru, de forma irônica, com o "República sonhadora do Pacífico".²⁶⁶

Euclydes demonstra a profundidade de seu conhecimento sobre a questão ao articular, ainda, outra tese jurídica original: a de que o Tratado de Santo Ildefonso constituiria apenas um acordo preliminar, que deveria ser complementado por um verdadeiro Tratado de Limites, inclusive com a constituição de comissões representativas dos reinos da Espanha e Portugal. Como apenas os portugueses teriam designado uma comissão para percorrer a área a ser demarcada, os objetivos do Tratado de Santo Ildefonso não puderam se concretizar.²⁶⁷ A conclusão foi extraída de um exame acurado dos textos legais pertinentes, especialmente dos pouco conhecidos "Artigos Separados" que completavam o tratado. Da análise desses artigos Euclydes pôde fundamentar sua tese de que o Tratado de Santo Ildefonso consubstanciava tão-somente uma convenção preparatória para a formação ulterior de outros três tratados: de aliança, de comércio e de limites.

Resgatando a memória histórica relativa à formação dos Tratados de Madrid e Santo Ildefonso, firmados ainda pelas coroas de Espanha e Portugal, Euclydes observa que os próprios negociadores dos acordos reconheciam que a linha divisória neles prevista era desconhecida à época, não tendo sido sequer percorrida por representantes dos dois reinos. Tratava-se, assim, de "terrenos ignotos"²⁶⁸, de uma "teratologia político-geográfica"²⁶⁹, insuscetível de gerar direitos para o governo peruano.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 814.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 819-820.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 818.

A fora os argumentos propriamente jurídicos, Euclides não deixa de se reportar às "características da raça" que diferenciavam a colonização portuguesa da espanhola. Assim, os limites previstos originalmente no Tratado de Tordesilhas e de Madrid sucumbiram à ação desbravadora dos brasileiros, e de seu tipo mais representativo: o bandeirante. Procedendo ao contraste, sublinha que enquanto a "sombría legislação castelhana enclausurava os colônos no círculo intransponível dos distritos, sob a disciplina dos corregedores, vedando-lhes novos descobrimentos, ou entradas", os portugueses "avançavam mil léguas pelas Amazonas acima, e nas bandas do sul os nossos extraordinários mestiços sertanejos iam do Iguaçu às extremas do Mato Grosso, percorrendo o vale tortuoso e longo do rio Paraguai".²⁷⁰

A ocupação de vastos territórios pelos portugueses consolidava, assim, "o triunfo de uma raça sobre outra".²⁷¹ De um lado, a regressão dos domínios espanhóis, incapazes de ocupar efetivamente os territórios sob sua jurisdição, e, de outro, a vigorosa ação expansionista dos portugueses, dando novos contornos à geopolítica da América do Sul.²⁷²

Euclides reitera, ainda, que o governo peruano já havia celebrado com o Brasil outro tratado de limites, em 1851, o qual, além de não fazer referência à convenção de 1777, atestaria a absoluta invalidade das linhas traçadas em Santo Ildefonso. Esse documento reconhecia explicitamente que a divisa entre Brasil e Peru seria estabelecida apenas pelo curso do Javari, sem qualquer alusão ao rio Madeira.²⁷³

Após contestar as pretensões peruanas de revalidar o Tratado de Santo Ildefonso, Euclides passa a discurrir especificamente sobre o litígio entre Peru e Bolívia, submetido à arbitragem do presidente argentino. Com o já assinado, a resolução do conflito de fronteiras poderia afetar o Brasil, porquanto o Peru pleiteava, dentre outros territórios, a área que compreendia o território do Acre. Temia-se, por conseguinte, que o Tratado

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 820.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 815.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 816.

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ *Ibidem*, p. 821-822.

de Petrópolis viesse a ser impugnado no caso de um laudo arbitral favorável ao Peru. Os argumentos manejados por Euclides na defesa da posição boliviana amparam-se na minuciosa análise de documentos históricos e jurídicos relativos à questão. De início, pondera que as colônias espanholas foram divididas pela corte em audiências e províncias maiores. No que concerne ao Vice-Reinado do Peru, surgiram duas audiências: a de Lima, hoje Peru, e a de Charcas, abarcando o território hoje pertencente à Bolívia.

O estudo da delimitação entre as audiências de Lima e de Charcas mostrava-se fundamental para a solução da controvérsia. Para Euclides, a audiência de Charcas detinha, por determinação da própria coroa espanhola, o controle da área que posteriormente viria a ser o Acre, além dos territórios adjacentes, à época conhecidos com o províncias no desubiertas. A se com provar o domínio da audiência de Charcas sobre as províncias no desubiertas – que abarcavam, cum pre ressaltar, o Acre –, não restaria dúvida sobre o direito da Bolívia à área pleiteada pelo Peru.

Segundo Euclides, o surgimento da audiência de Charcas, posteriormente Bolívia, se devia fundamentalmente a fatores geográficos, já que a cordilheira dos Andes estabelecia um claro limite natural em face da audiência de Lima. A distância que a separava do litoral contribuiu inclusive para que a Bolívia desenvolvesse características próprias, diferindo em diversos aspectos do Peru: “Falam por si mesmos os acontecimentos, no revelarem que a Bolívia foi, entre todas as repúblicas espanholas, a primeira que se delineou em um passado benigno, rodeando-se, desde o princípio, com os mais notáveis elementos de uma organização poderosa”.²⁷⁴ Euclides assinala que a criação da audiência de Charcas subordinou-se às “exigências do meio”: “Os seus motivos resultaram de fatores físicos, tangíveis: a distância, e os sérios embaraços de comunicações entre a sede litorânea do governo, em Lima, e as paragens remotas, no levante. Entre estas e aquela, aprumam-se os paredões das cordilheiras, ásperos, abruptos, não raro impraticáveis (...)”. Conclui, assim, assinalando que “a Bolívia é um a criação dos Andes”²⁷⁵

A alusão aos fatores geográficos não exclui, porém, a circunstância de que a audiência de Charcas foi criada também com o propósito de fazer

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 830-831.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 831.

frente à expansão portuguesa. A possibilidade de uma invasão portuguesa fez com que o território boliviano se apresentasse com o um a frente de detenção à ação de Portugal: "As forças, que no litoral peruano se dispersavam e disputavam em tumultos e revoltas intestinas, ali se com punham num movimento geral e instintivo de defesa".²⁷⁶

A análise da cédula real que deu origem à audiência de Charcas, em 1573, demonstra, segundo Euclides, que os seus limites compreendem as chamadas províncias nobresubjetas, situadas nos limites dos reinos de Portugal e Espanha. No território dessas províncias situam-se, inclusive, as bacias do Juruá e do Purus, foco da controvérsia envolvendo os governos brasileiro e peruano. A inferência que se faz é a de que a Bolívia – antiga audiência de Charcas – detinha títulos jurídicos sobre a região demandada pelo Peru, mostrando-se válida, inclusive, a negociação com o Brasil em torno do território do Acre. Os direitos da audiência de Charcas foram convalidados inclusive pelo Tratado de Madrid, celebrado em 1750, que manteve a subdivisão em audiências.

O exame dos documentos da coroa espanhola e dos tratados de limites entre Portugal e Espanha atestaria, por conseguinte, que os limites entre as duas coroas, na região em litígio, era dado pela província de Charcas, hoje Bolívia. A audiência de Lima não poderia postular, em consequência, nenhum direito territorial sobre o território do Acre e adjacências. Sua tentativa de recuperar os limites previstos no Tratado de Santo Ildefonso carecia de fundamentos jurídicos ao não levar em consideração a divisão do Vice-Reinado do Peru em audiências e o fato da audiência de Charcas deter a responsabilidade administrativa sobre a área que à época estava em litígio.

Euclides destacou, ademais, que a audiência de Charcas passara a gozar progressivamente de maior autonomia, em razão da distância que a separava de Lima e de Buenos Aires, sedes dos Vice-Reinos do Peru e do Prata, respectivamente. A metrópole, ao outorgar ao governo de Charcas maiores poderes de decisão, "desfechava as derradeiras pancadas na influência com balda do vice-reinado peruano".²⁷⁷ Descabia, portanto, o

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 833.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 849.

objetivo do governo do Peru de recuperar o domínio sobre as áreas em disputa, sob o argumento de que os territórios estariam sujeitos, durante o período colonial, à jurisdição da audiência de Lima.

Peru versus Bolívia traz, ainda, considerações sobre o princípio do *uti possidetis juris*, ou "direito de posse". Muito embora a audiência de Charcas não tivesse logrado estabelecer domínio efetivo sobre as chamadas províncias nosubiertas, onde se incluem as bacias do Purus e do Juruá, é certo que o direito de ocupá-las era do governo local, e não da audiência de Lima. Os documentos da coroa espanhola demonstrariam que a área disputada era parte da audiência de Charcas, sendo seu, portanto, o direito de posse: "As linhas anteriores eram indispensáveis. Demonstram, à sociedade, a posse boliviana, virtualmente inalienável, sobre as paragens ignotas que lhe demoravam ao norte; e, ao mesmo passo, o afastamento da influência peruana, sobejas vezes expresso nos mais solenes documentos oriundos da metrópole".²⁷⁸

Por fim, Euclides invoca os termos do tratado de limites firmado entre Brasil e Peru em 1851, que supera o Tratado de Santo Ildefonso e recusa a linha mediana Madeira-Javari com o sendo a linha fronteira entre os dois países. Ao contrário, segundo os termos do tratado, apenas o Javari seria o limite natural entre Brasil e Peru.²⁷⁹

Euclides finaliza Peru versus Bolívia afirmando que a obra é uma defesa do Direito, e não uma simples defesa dos direitos da Bolívia.²⁸⁰ A publicação do livro trouxe expectativas para Euclides, que esperava uma melhor recepção junto ao público brasileiro. A obra foi rapidamente traduzida para o espanhol pelo representante da Bolívia junto ao Tribunal de Arbitragem em Buenos Aires, Eudoro Villazón, ganhando o título de "La cuestión de límites entre Bolívia y el Peru". A tradução teve larga distribuição em Buenos Aires, mas no Brasil atingiu círculos restritos, apesar dos elogios de intelectuais do porte de José Veríssimo e Oliveira Lima.²⁸¹ Em correspondência a Alberto Rangel, Euclides refere-se à suposta

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 864.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 890-891.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 892.

²⁸¹ Tocantins, Leandro, *op. cit.*, p. 226.

indiferença com que seu livro foi recebido no Brasil: "Espero dentro de poucos dias - traduzido para o espanhol, em Buenos Aires, por E leodoro Villazon, ministro boliviano, - o meu "Peru versus Bolívia". Com o vês, o estrangeiro entendeu que deve aproveitar aquele trabalho, - recebido com indiferença pelos patrícios..."²⁸²

Todavia, a publicação da obra em espanhol - bem como a sensibilidade de seu tema, que envolvia interesses brasileiros e argentinos - colaborou para envolver Euclides em polêmica com o Chanceler argentino Estanislau Zeballos, que viria a insinuar que o escritor brasileiro teria lhe fornecido informações relevantes sobre o conflito entre Peru e Bolívia.

5.4 - A CONTROVÉRSIA COM ZEBALLOS

As relações entre o Barão do Rio Branco e o Chanceler argentino Estanislau Zeballos viviam um momento crítico em 1908. Zeballos, político nacionalista e defensor de uma política externa agressiva, sustentava a campanha em prol de uma corrida armamentista de seu país com o Brasil. Segundo C ldoaldo Bueno, Zeballos era um admirador da *Macht Politik* bismarkiana, e, "a exemplo do que acontecia na Europa, apoiava alianças e negociações secretas"²⁸³. Ademais, foi fundador do periódico *La Prensa*, expoente do antibrasileirismo na imprensa portenha: "Zeballos e o *La Prensa* faziam parte de uma corrente "nacionalista liberal", cujo ideário, segundo Ferrari, abrangia a defesa do território, a compra de armamentos e o revisionismo histórico, entre outros pontos"²⁸⁴.

A nomeação de Zeballos para a chancelaria argentina, em 1906, marcou uma nova fase nas relações entre Brasil e Argentina, tendo sido acentuada a animosidade entre os dois países em função da política agressiva levada adiante pelo governo do país vizinho. A perda de apoio interno, porém, acarretou a saída de Zeballos do ministério em 1908, em decorrência das controvérsias em torno de sua política para o Brasil. Deixando o governo, traz a público uma carta ao presidente argentino, Figueroa Alcorta,

²⁸² Carta a Alberto Rangel, em 20 de setembro de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 377.

²⁸³ Bueno, Clodoaldo, op. cit., p. 254.

²⁸⁴ *Ibidem*.

em que se refere a um documento secreto, "prova instrumental" dos perigos que sofreria a República Argentina. Esse documento secreto seria um texto de Rio Branco contra a Argentina²⁸⁵. Pressionado a tornar público o conteúdo do documento em questão, Zeballos publica artigo em setembro de 1908 em que transcreve um telegrama que teria sido enviado por Rio Branco para as representações diplomáticas do Brasil em Buenos Aires, Assunção, Montevideo, La Paz, Santiago, Lima e Washington. O telegrama determinaria às legações brasileiras que empreendessem uma campanha contra a Argentina, divulgando que sua política externa visava à conquista dos países mais fracos da América do Sul.²⁸⁶

Rio Branco nega, de imediato, a veracidade das afirmações de Zeballos. Este, então, desafia o Chanceler brasileiro a publicar o telegrama número 9, indicando, inclusive, as senhas do documento. Rio Branco solicita aos governos da Argentina e do Chile que forneçam cópias autênticas e oficiais do telegrama cifrado nº 9. A verificada a existência e o conteúdo do telegrama, Rio Branco faz publicá-lo no Diário Oficial de 15 de novembro de 1908 que o documento existe, e que Zeballos utilizou-se de uma falsa tradução do texto. Traz à tona, então, o conteúdo verdadeiro, do qual não consta nenhuma referência à suposta campanha difamatória contra a Argentina.²⁸⁷

Euclides viu-se, de súbito, envolvido no episódio do telegrama nº 9, ante as alusões de Zeballos à alegada obtenção, por meio de correspondência trocada com o escritor brasileiro, de informações secretas da chancelaria brasileira. A imprensa da época dava conta de que Zeballos afirmara ter conhecido da obra *Peru versus Bolívia*, escrita por Euclides em defesa da posição boliviana. A Argentina tendia a ver a publicação de *Peru versus Bolívia* com o exemplo da interferência de Rio Branco nos assuntos de países vizinhos, alegando que a disputa estava submetida apenas à arbitragem do governo de Buenos Aires e que o Brasil não era parte da controvérsia. Zeballos teria escrito a Euclides buscando mais informações sobre o litígio, tendo supostamente obtido uma inconfidência do escritor brasileiro: "Esse livro [*Peru versus Bolívia*] foi-me dado por um ministro brasileiro; escreveu

²⁸⁵ Lins, Álvaro, op. cit., p. 383.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 384.

²⁸⁷ *Ibidem*, pp. 385-389.

autor propositadamente para me documentar, e tenho em meu poder a resposta à minha carta".²⁸⁸ A suposta carta de Euclides daria a Zeballos, segundo o próprio ex-Chanceler argentino, preciosas informações sobre a política externa brasileira, o que poderia configurar crime de traição. Euclides chegou a com parar-se, naquele momento, com o capitão Dreyfus, injustamente acusado de traição na França, cujo caso tornou-se célebre no início do século XX.

Em novembro de 1908, Euclides envia correspondência a Zeballos: "Surpreendi-me vendo ontem as nossas relações exclusivamente intelectuais envolvidas na campanha solitária que V. Exa. está travando com inimigos antagonistas, em flagrante contraste com a harmonia nacional brasileira e argentina".²⁸⁹ Passa, então, a aludir à correspondência citada por Zeballos: "Referindo-se V. Exa. à correspondência particular que hoje confessa haver propositadamente provocado para documentar-se, apresso-me em declarar que não recebi tais documentos. Desse modo vê-los explícitos, autorizo o *Jornal do Commercio* a publicar as cartas que me mandou".²⁹⁰ Assim, pede a Zeballos que também faça publicar a correspondência que recebeu.

As duas cartas que Euclides recebeu de Zeballos, publicadas no *Jornal do Commercio*, trazem apenas elogios e agradecimentos de praxe pelo recebimento dos volumes de *Os Setões* e *Castro Alves e seu tempo*. As correspondências não fazem alusão ao livro *Peu versus Bolívia*.²⁹¹ Por sua vez, a resposta de Zeballos ao pedido de publicação das cartas que recebeu de Euclides cingiu-se a um sucinto telegrama: "Lamento o está. Contesto por correio. Zeballos". Euclides não recebeu, todavia, nenhuma resposta por via postal.²⁹²

Em carta a seu cunhado Otaviano da Costa Vieira, Euclides faz nova referência ao episódio: "Deves ter lido no *Jornal*, o terrível embrulho argentino, enredado pela alma danada do Zeballos, o grande cachorrão

²⁸⁸ Rabeb, Sílvio, op. cit., p. 414.

²⁸⁹ Carta a Estanislau Zeballos, em novembro de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 387.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ Rabeb, Sílvio, op. cit., p. 415.

²⁹² *Ibidem*, p. 415-416.

que tentou enlear-me nas suas traficâncias, ou transformarme em Capitão Dreyfus do Ministério do Exterior!... Deithe, com o vistes, a pancada bem no alto da cuia, e o bruto (por um telegrama que me mandou, lamtoso) gem eu deveras!"²⁹³ A controvérsia foi dirimida com a publicação da versão oficial do telegrama número 9 e com o silêncio de Zeballos acerca do pedido de publicação da correspondência que recebera de Euclides.

O Jornal do Comércio saiu em defesa do escritor, registrando que a imprensa de Peru versus Bolívia foi custeada pelo próprio jornal, e não por Rio Branco ou pelo Itamaraty:

"No artigo de anteontem, o Sr. Zeballos, entre outras coisas pitorescas, pela obsessão que revela de sua parte, sustenta que o Sr. Rio Branco mandou imprimir um livro a favor das pretensões brasileiras (...). O livro que o Sr. Zeballos se refere, com o tendo sido mandado imprimir por Rio Branco, é evidentemente o Peru versus Bolívia, do nosso colaborador Euclides da Cunha. Este trabalho pagamos com o nosso dinheiro, conforme recibo em nosso poder (...) O Sr. Zeballos não é capaz de provar que o Peru versus Bolívia lhe tivesse sido entregue por um ministro brasileiro. A obra do Sr. Euclides da Cunha que o Sr. Assis lhe entregou foi outra"²⁹⁴.

Com o visto, Zeballos asseverara que Peru versus Bolívia lhe teria sido entregue por um "ministro brasileiro". Tratava-se de Assis Brasil, ministro da legação brasileira em Buenos Aires. Contudo, o diploma efetuara a entrega de Os Setões. O livro Peru versus Bolívia foi enviado a Zeballos pelo próprio Euclides, não tendo o escritor se utilizado, para tanto, dos canais diplomáticos do Itamaraty.

A controvérsia com Zeballos ocorreu nos últimos momentos do trabalho de Euclides na chancelaria brasileira. Em menos de um ano ele abandonaria a instituição, após sua nomeação para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II.

²⁹³ Carta a Otávio da Costa Vieira, em 5 de novembro de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 388.

²⁹⁴ Tocantins, Leandro, op. cit., p. 231.

55 – O TRABALHO DE ADIDO E OS DILEMAS DE UM MEMBRO DA
INTELLIGENTSIA DE CLASSE MÉDIA

Após o término de sua missão na Amazônia, Euclides prossegue suas atividades no Itamaraty com o adido do Barão do Rio Branco. Já se assinabua, anteriormente, que o ano de 1906 é marcado por incertezas. O trabalho de cartógrafo não o satisfaz, e o fato de não ocupar um posto estável faz com que tenha uma visão cada vez mais crítica da instituição.

Segundo Sívrio Rabelo, "a sua posição de adido era a pior situação para um homem do tempo de Euclides – de uma instabilidade e de uma insegurança que ele procurava justificar com os rígidos princípios de sua ética".²⁹⁵ Desde início, dedicou-se à elaboração de mapas com vistas à negociação de limites com os países vizinhos, utilizando os documentos e tratados da biblioteca do Itamaraty. Euclides ainda acreditava na possibilidade de vir a obter uma colocação melhor no ministério: "Deste modo, esperava Euclides que mais cedo ou mais tarde a sua colaboração junto a Rio Branco lhe valesse com o credencial para um cargo de melhor representação, talvez mesmo uma comissão no estrangeiro".²⁹⁶

As angústias de Euclides reiteram a fragilidade da relação existente entre a intelligentsia de classe média e o poder. O fato de o Estado se apresentar como a principal fonte de estabilidade financeira para as camadas médias conferia ao intelectual uma ambivalência já discutida no segmento inicial do presente trabalho: em bora crítico do regime, Euclides vê-se na dependência das benesses ou de favores de personalidades do governo. Evidencia-se, de modo exacerbado no Brasil da Primeira República, uma característica comum a todo campo intelectual: nele os escritores, como registra Bourdieu, constituem a fração dominante da classe dominante. As afinidades com Rio Branco, decorrentes da circunstância de partilharem idéias e projetos, não elidem o fato de que os intelectuais de classe média eram, na medida do possível, cooptados pelo poder político como fonte de legitimação do regime.

²⁹⁵ Rabelo, Sívrio, op. cit., p. 408.

²⁹⁶ *Ibidem*.

A referência à debilidade da inteligência de classe média e sua relação ambígua com o poder pode explicar as dificuldades enfrentadas por Euclides na manutenção de sua posição no aparelho de Estado.

Após desistir do cargo de fiscal das obras da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em razão sobretudo da oposição de seu pai, vê-se momentaneamente sem opções no ministério. No final de 1906, escreve ao amigo Francisco de Escobar. Assinala que "continuo ainda adido à Secretariado Exterior, na minha austera atitude, de cartógrafo". Em seguida, desabafa: "Isto dá-me um traço antigo magnífico - com a vantagem de isolar-me, refugindo ao contágio perigosíssimo de um meio ímprobo e inviavelmente perdido. Vê com o descanço a todo o momento para um desalentado pessimismo?"²⁹⁷

Mesmo após a publicação de Peru versus Bolívia a situação de Euclides não se modificou. Apesar de sua boa relação com Rio Branco, e de sua admiração pelo Chanceler, diversas vezes manifestada, continuaria a desenvolver apenas atividades de cartógrafo. Sílvio Rabelo destaca que o escritor chegou a ambicionar um posto na legação brasileira no Paraguai, pretensão que acabou se frustrando.²⁹⁸ Além disso, também sem sucesso, participou da comissão brasileira que fixaria os limites com a Venezuela.²⁹⁹

Ademais da decepção com sua colocação, Euclides também se indispunha com o ambiente do Itamaraty: "Por fim, dera igualmente para detestar o próprio ambiente do Itamaraty com seus ritos da carreira, o seu rigorismo protocolar e a sua elegância de transatlântico. Junto dessa gente superiormente instalada, ele se sentia humilhado. Falta-lhe, por outro lado, a suficiente plasticidade para tolerar a convivência dos ministros e secretários de legação, quase todos uns sofisticados"³⁰⁰.

Sílvio Rabelo observa, ainda, que a natureza da colaboração de Euclides com o Itamaraty era "humilhante": "Humilhante era a natureza

²⁹⁷ Carta a Francisco de Escobar, em 26 de dezembro de 1906. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 321.

²⁹⁸ Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 417.

²⁹⁹ Venâncio Filho, Francisco, Rio Branco e Euclides da Cunha, cit., p. 68.

³⁰⁰ Rabelo, Sílvio, op. cit., p. 418.

dessa colaboração: um cartógrafo pouco diferia de um desenhista. E o pior é que ninguém estranhava a desproporção entre o que poderia render com o engenheiro ou com o intelectual e o que realizava com o simples desenhista de um Ministério que não primava pela eficiência ou pela capacidade dos seus funcionários”³⁰¹.

Mais uma vez emerge a dificuldade da relação entre a inteligência de classe média e os círculos do poder. Essa relação ora se distinguia pelo distanciamento crítico, ora pela proximidade. No caso específico de Euclides, a admiração manifesta pelo Chanceler não era mitigada pelo desconforto de sua posição no Ministério. Assim, a eventual comunhão de idéias que mantinham, derivada do compartilhamento das mesmas preocupações com os destinos do Brasil, parecia não se quebrar com os problemas burocráticos enfrentados por Euclides. Rabelo apresenta uma hipótese para esclarecer a relação de Euclides com o Barão do Rio Branco. Não obstante a relação de respeito mútuo, o escritor nunca chegou a expor para o Chanceler sua insatisfação com a posição de cartógrafo. Para Rabelo, esse fato demonstra a existência de um “sentimento de anulação” que o dominava junto a Rio Branco. Esse “sentimento de anulação” evidencia-se em carta destinada ao cunhado Otaviano da Costa Vieira. Euclides assevera que ainda não havia abandonado o Ministério por duas razões: 1º - porque o Barão continua a tratar-me com a mesma simpatia, e falta-me ânimo para (pela quarta vez!) observar-lhe a inconveniência desta posição; 2º - porque se eu tomar essa resolução decisiva e deixar a secretaria, não faltará quem reprove mais esse atestado de inconstância ou falta de persistência”. Pede, então, um conselho: “Dize-me com franqueza: deverei continuar numa posição, não prevista ainda em lei em bora o ministro até hoje me retivesse despertando-me a esperança do cargo que se criaria? Ou deverei, inflexivelmente, vencendo todas as solicitações, deixá-la?”³⁰².

Em carta a Oliveira Lima, um dos grandes expoentes da diplomacia brasileira durante a Primeira República, Euclides registra: “Continuo na Secretaria do Exterior - na mesma situação de expectativa; e por vezes

³⁰¹ *Ibidem*, p. 421.

³⁰² Carta a Otaviano da Costa Vieira, em 15 de novembro de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 393-394.

torturado de desconfianças, próprias desta índole de caboclo". Em seguida, relembra o caso com Zabalbs, episódio que demonstraria "os perigos da minha posição de Comissário in-partibus, condenado à prisão numa Secretaria". Reitera, ademais, sua insatisfação com a posição ocupada no ministério:

"Lá se vão dois anos de expectativa, em aravilham e a paciência com que os tenho suportado, em bora ela se explique pela própria oposição manifestada pelo Barão do Rio Branco às minhas tentativas de seguir novo rumo. Não me arrependo disto. Mas, desgraçadamente, a reforma planejada, na Secretaria, que deveria criar-me um lugar, ainda não se fez, e provavelmente não se fará. (...) Julgo, porém - e digo-lhe isto reservadamente - que não poderei continuar a ser vencido pelas comodidades desta situação até além do fim deste ano".³⁰³

Euclides, porém, continuaria a trabalhar no Itamaraty, abandonando sua posição apenas depois de assumir a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, em julho de 1909.

Os anos de trabalho no Itamaraty trouxeram, portanto, diversas frustrações a Euclides. Além de não ter logrado ingressar na carreira diplomática, não obteve um cargo estável na burocracia do ministério, atuando durante todo o período com o adido de Rio Branco. Para Roberto Ventura, as ambições de Euclides teriam enfrentado a oposição do próprio Chanceler: "Trabalhou no Itamaraty de 1904 a 1909, com o chefe de expedição e depois com o cartógrafo, mas já perdera o sonho de entrar para a carreira diplomática, e até a esperança de obter cargo estável, já que o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, não chegou a apoiar nenhum a dessas pretensões".³⁰⁴

Gilberto Freyre sugere uma explicação menos convencional para a obstrução de Rio Branco aos objetivos de Euclides. Segundo Freyre, Rio Branco procurava cercar-se de homens bem apresentados, o que erigiria um obstáculo à ascensão de Euclides, que pouco cuidava da aparência: "Essa sua preocupação estendia-se à figura e à apresentação dos homens,

³⁰³ Carta a Oliveira Lima, em 13 de novembro de 1908. In: *Correspondência de Euclides da Cunha*, cit., p. 392.

³⁰⁴ Ventura, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*, cit., p. 254.

parecendo explicar o fato de nunca ter aproveitado Euclides da Cunha – em certa época tão desejoso de ir à Europa que pensou ingenuamente em ser professor em Paris – (...) senão em missões sul-americanas”.³⁰⁵

Seu trabalho com o adido cingiu-se à colaboração técnica na determinação de limites com as repúblicas vizinhas. Sua participação mais importante se deu na elaboração do tratado de condomínio da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. De outra parte, o tratado de limites com o Peru, baseado nos trabalhos da comissão de limites presidida no lado brasileiro por Euclides, foi firmado em 8 de setembro de 1909, logo após a morte do escritor. A exposição de motivos dos dois tratados contém diversas alusões aos relatórios e aos mapas produzidos pelo escritor.³⁰⁶

Dessa maneira, os cinco anos de trabalho no Itamaraty não significaram a obtenção da tão almejada estabilidade. Mantiveram, ao contrário, a preocupação de Euclides com seu rumo profissional, já que, após a viagem à Amazônia, deparou-se com a rotina de cartógrafo, numa posição de estrita confiança do Barão do Rio Branco, sequer prevista em lei. Seu caso é paradigmático a respeito dos percalços da inteligência de classe média em sua relação com o Estado durante a Primeira República.

³⁰⁵ Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1990, p. CL.

³⁰⁶ Venâncio Filho, Francisco, *Rio Branco e Euclides da Cunha*, cit., p. 60-61.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

A passagem de Euclides da Cunha pelo Itamaraty trouxe conseqüências importantes para sua obra. Foi em razão de seu trabalho na chancelaria que pôde produzir dois livros importantes: *A Marga da História e Peru versus Bolívia*, este último, com o visto, escrito diretamente em decorrência de sua atuação com o adido do Barão do Rio Branco. Cabe assinalar, ademais, que alguns artigos presentes no volume *Contrastes e Confrontos* travam relação direta com sua viagem à Amazônia ou com os atritos entre Brasil e Peru em torno de questões de fronteira.

Com o se registrou no capítulo inicial do presente trabalho, a posição de Euclides no campo intelectual e na relação com o campo do poder caracterizava-se pela ambivalência. A intelligentsia de classe média era simultaneamente crítica das novas instituições e dependente dos círculos do poder – já que sua estabilidade financeira estava ligada, no mais das vezes, à ocupação de um cargo no Estado. O pensamento de Euclides contém essa ambigüidade: um dos mais acesos críticos da Primeira República tornou-se parte do círculo de pensadores ligado a umas das figuras mais notórias do regime, o Barão do Rio Branco. A presença de intelectuais no Itamaraty tinha dupla função: ao mesmo tempo que elevava a qualidade dos trabalhos oficiais, legitimava o novo regime junto ao campo intelectual próprio dos escritores de classe média. Com o observa Bourdieu, a intelligentsia de classe média, apesar de sua ideologia reformista, constituía, inclusive no caso de Euclides, uma fração dominante da classe dominante.

Além de possibilitar uma melhor contextualização de parte de sua produção literária, o estudo do trabalho de Euclides no Itamaraty clarifica aspectos importantes de sua biografia após a publicação de *Os Sete Anos*, em 1902. Esses anos – de 1904 a 1909 – são pouco enfatizados em seus estudos biográficos, se com parados com o peso maior dado aos anos de formação (notadamente a passagem pela Escola Militar) e o período em que esteve envolvido na redação de *Os Sete Anos*. Nesses cinco anos, porém, o escritor desenvolveu uma série de projetos pessoais – o caso da viagem à Amazônia – e escreveu três importantes livros: *Contrastes e Confrontos*, *Peru versus Bolívia*

e À Margem da História. Prosseguiu, ademais, na colaboração com a imprensa, o que resultou em artigos relevantes para o conjunto de sua obra.

A especificidade dessa produção intelectual posterior aos Setores permite, assim, que se singularize esses cinco anos da vida de Euclides. O momento de seu ingresso no Itamaraty, em 1904, marca o início de uma nova etapa. Abandonando a rotina de engenheiro, pôde viajar à Amazônia e direcionar sua produção para temas que, em bora já frequentassem sua produção literária, não eram dominantes: a Amazônia, problemas de fronteira e questões de política internacional. É nesse momento que se estreita, além disso, sua rede de relações com o campo intelectual polarizado por Rio Branco.

Do ponto de vista biográfico, dois aspectos merecem realce no exame do período 1904-1909: a relação de Euclides com o Barão do Rio Branco e a viagem à Amazônia. No tocante às relações com o Barão, resta clara, da leitura da correspondência pessoal de Euclides, sua admiração pelo Chanceler brasileiro. Euclides se refere a Rio Branco como um dos grandes personagens de sua época, o único, por exemplo, capaz de preservar, pelos canais diplomáticos, a integridade territorial do Brasil. O conceito de "campo intelectual" nos permite esclarecer melhor essa relação, já que um dos elementos estruturantes dessa noção, segundo Bourdieu, é o exame da posição de intelectuais e artistas na classe dirigente, o que se mostra fundamental no caso de Euclides, pois sua relação com uma das figuras mais importantes da estrutura de poder – Rio Branco – vai lhe abrir novas perspectivas profissionais. A viagem à Amazônia, por seu turno, ensejará a produção de artigos que posteriormente darão origem ao segmento inicial do livro À Margem da História e ligarão Euclides diretamente aos problemas de limites em que o Brasil estava envolvido. A viagem ao Amazonas e ao Acre e os textos que escreveu com base em sua experiência na região são os pontos altos de sua passagem pelo Itamaraty, porquanto o trabalho de cartógrafo que desenvolveu a partir de 1906 trazia-lhe, como confessou renitentemente em sua correspondência a amigos, mais sabores que entusiasmo.

Dos ensaios amazônicos de Euclides se depreende a preocupação com a preservação da integridade do território brasileiro. Tanto sob o ponto de vista sociológico, como sob o ângulo das considerações geopolíticas, o tema que subjaz aos textos sobre a Amazônia é a manutenção do domínio brasileiro sobre a região. A recuperação dos "expatriados" que lá trabalham – o seringueiro simboliza as difíceis condições de vida da população local

- e a ocupação efetiva do território, por meio da integração física e da criação de vias de comunicação com o resto do Brasil, são propostas que dão contornos políticos aos ensaios de Euclides.

Cabe notar que a leitura feita pelo escritor dos problemas da Amazônia reveste-se de evidente atualidade. As questões por ele expostas - basicamente o abandono da região, que conduz tanto à porosidade das fronteiras com o ao agravamento da situação social - constituem, ainda hoje, os temas básicos de reflexão sobre a região. Seus ensaios são vistos, por esta razão, com os textos fundadores da reflexão sociológica acerca da Amazônia. Euclides pensou, do ponto de vista da diplomacia, os fatores estratégicos que se relacionavam à ação do poder público na região, acrescentando, à discussão sobre o território, a variável social. Para a diplomacia brasileira seus textos ainda oferecem novas perspectivas de leitura. Além de sua importância historiográfica, por retratar a situação da Amazônia no início do século XX, durante o ciclo borracha, permite uma leitura renovada dos problemas de fronteiras, de integração física e de inclusão social, enfatizando a relevância dessas três dimensões para a formulação da política externa brasileira.

No que concerne à sua visão da política internacional, resta evidenciada a influência do cientificismo que peculiarizou o seu pensamento. A referência às repúblicas sul-americanas vizinhas está carregada, por exemplo, de equívocos resultantes de uma visão de mundo assentada no evolucionismo. A instabilidade política desses países poderia ser explicada, segundo Euclides, a partir da mistura de raças que marca sua formação social. O evolucionismo também se prestaria a elucidar a confrontação imperialista travada por Estados Unidos e Alemanha na América do Sul. Assim, os países mais desenvolvidos disputariam entre si o controle das riquezas das nações mais fracas e desorganizadas, com os sul-americanos.

O instrumental do evolucionismo vai ser empregado também no discurso etnográfico sobre o seringueiro. Embora Euclides, ao se referir ao que aconteceu com o sertanejo em Os Sete, manifeste inicialmente uma visão negativa do imigrante nordestino (considerado em certo trecho de *A Margem da História* com o "rebotinho das gentes"), não deixa, por outro lado, de explicitar sua admiração pela tenacidade e vigor físico do trabalhador da Amazônia, que resiste às intempéries em busca de melhores condições de vida. A admiração que nutre pelo personagem convive, em verdade, com os erros de interpretação derivados da interpretação evolucionista de Euclides.

Nesse sentido, a aplicação de doutrinas científicas à análise dos mais diversos temas – do seringueiro à política internacional – retira muito da consistência de alguns dos argumentos de Euclides, ao simplificar a análise de certos fenômenos, com o adivinção para a Amazônia e o acirramento do imperialismo. Do ponto de vista literário, contudo, os estudos contidos em *À Margem da História* e os artigos de *Contrastes* e *Confrontos* têm grande valor por duas razões basilares: representam um documento importante de eventos históricos que marcaram o início da República e consubstanciam um exemplo da originalidade do trabalho de Euclides, voltado sobretudo para questões relativas à constituição da nacionalidade.

Dos ensaios amazônicos e dos textos sobre política internacional analisados no presente trabalho resta evidenciada, portanto, a relevância dos trabalhos do autor de *Os Setões* para a interpretação da Amazônia e para uma compreensão geral dos problemas enfrentados pela Primeira República. O processo de consolidação das fronteiras nacionais e a relação do Brasil com os países sul-americanos e com potências como os Estados Unidos e a Alemanha são temas que se fazem presentes nos ensaios e artigos de Euclides, inserindo-se no quadro de sua "literatura militante". Testemunha de seu tempo, a obra de Euclides é um instrumento de valia para o entendimento dos problemas que se apresentavam para o governo republicano no limiar do século XX.

BIBLIOGRAFIA

Obra completa de Euclides da Cunha

CUNHA, Euclides. *Obra Completa*, 2 vols. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1995.

Textos de Euclides da Cunha

a) Livros

À Margem da História. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Contrastes e Confrontos. In: *Obra Completa*, v. 1, pp. 123-245.

Os Sertões. 4ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

Peu versus Bolívia. In: *Obra Completa*, v. 1, pp. 811-893.

b) Artigos

"A Pátria e a Dinastia". In: *Obra Completa*, v. 1, pp. 595-597.

"Atos e Palavras". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., pp. 603-615.

"O Brasil Mental". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., pp. 441-456.

"O Inferno Verde", prefácio ao livro de Alberto Rangel. In: *Obra Completa*, v. 1, cit., pp. 492-499.

"Os Trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus". Entrevista ao Jornal do Comércio em 29 de Outubro de 1905. In: *Obra Completa*, v. 1, pp. 553-558.

"Programa de O Proletário e Mensagens aos Trabalhadores". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., p. 578-579.

"Revolucionários". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., pp. 597-601.

c) Relatório oficial da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus

"O Rio Purus". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., pp. 753-810.

Bibliografia geral

ANDRADE, O Impio de Souza. *História e interpretação de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2002.

_____. "Para a Peneira da História". In: *Obra Completa*, v. 1, cit., pp. 587-593.

BO SI, Alfredo. "As Letras na Primeira República". In: Fausto, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930). v. II, t. III. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

BRAGA, Róberio. Euclides da Cunha no Amazonas. Manaus, Editora Valer/Fundação Lourenço Braga, 2002.

BUENO, Cildoaldo. Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo, Paz e Terra, 2003.

CANDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. 8ª ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes. v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides e outros perfis. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.

_____. Ordem e Progresso. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1990.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991.

GALVÃO, Wánice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (orgs.). Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GALVÃO, Wánice Nogueira. "Anseios de amplidão". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nos. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. "A vingança da Híelias: os sertões amazônicos de Euclides". In: Revista Tempo Brasileiro, n. 144, jan/mar 2001, pp. 29-61.

HATOU M , Milton. "Expatriados em sua própria pátria". In: Cadernos de Literatura Brasileira, nos. 13/14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.

JORG E , Arthur Guimarães de Araújo. Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília, Senado Federal, 1999.

LIM A , Luiz Costa. Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Petrobrás, 2000.

LINS , Álvaro. Rio Branco. São Paulo, Ed. Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

MANNHEIM , Karl. Ideologia e Utopia. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.

MORAES, Péricles. Os intérpretes da Amazônia. Manaus, Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MOURA , Clóvis. Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1964.

RABELO , Sívio. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Livraria Editora Casa do Estudante Brasileiro, 1948.

REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. "O Sertão da Dialética Negativa". In: Folha de São Paulo, Caderno "Mais", 1º de dezembro de 2002, p. 12-13.

SANTANA , José Carlos Barreto de. Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SEVCENKO , Nicolau. Literatura com omissão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Wernicke. "Revisão de Euclides da Cunha". In: *Obras Completas*, v. 2, cit., pp. 11-59.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. "O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha". In: Cardim, Carlos Henrique e Amínio, João (orgs.). *Rio Branco - a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro, EM C, 2002.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. "Retrato Humano de Euclides da Cunha". In: *Cunha, Euclides. Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

_____. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946.

VENTURA, Roberto. "Memória Seletiva - À Frente da História". In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, números 13 e 14. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. "Os Setores entre dois centenários". In: Madeira, Angélica e Veloso, Mariza (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, pp. 109-123.

_____. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. Organização de Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2003.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Brasília, Senado Federal/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

ZILLY, Berthold. "A barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do Fausto de Schopenhauer a Os Setores de Euclides da Cunha". In: *Revista Tempo Brasileiro*, n. 144, jan. mar. 2001, pp. 103-146.

L ivro	E uclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia
A utor	Kassius Diniz da Silva Pontes
Fomato	15,5 x 22,5 cm
M andragáfrica	11 x 18 cm
T ipologia	Garantido nos corpos 24, 20, 18, 15, 14, 12, 11 (texto), 10 e 8
T iragem	1.000 exemplares
Impressão e acabamento	Gráfica Prol

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)